



GUIA LAPPCOM

Eleições Gerais 2026 - VOL.2
Balanço de pré-campanha



EXTREMOS
religião, política e violência

Guia Lappcom
Eleições Gerais 2026
Volume 2: Balanço da pré-campanha

Coordenação Geral: Mayra Goulart

Organização: Isabel Uchôa, Millena Dias, Mônica Gonçalves, Priscila Schmitz e Victor Escobar

Edição: Isabel Uchôa, Millena Dias, Mônica Gonçalves, Priscila Schmitz, Victor Escobar e Vítor Medeiros

Diagramação: Petronilio Ferreira

Autores: Allana Ribeiro, Allegra Levandoski, Alice Leal, Ana Luiza Helpe, Ana Kevelin Machado da Silva, Beatriz Monteiro Lemos, Esther Barros, Felipe de Andrade, Gabriel Melo Mizrahi, Gabriel Meneguete, Gustavo André Couto Lourenço Marques, Isabel Uchôa, João Pedro Alencar, João Pedro Silva Dias, José Fernando Balbi, José Robson Tavares de Paiva, Júlia Pereira, Lara Reis, Letícia Berto, Márcia Lopes, Miguel do Rosário, Millena Dias, Mônica Gonçalves, Niara Mello Retana, Paulo Baía, Pedro Henrique de Paula Gomes, Priscila Schmitz, Rayssa Veras, Silvana Telles, Tayná Paolino, Theófilo Rodrigues, Victor Escobar e Vítor Medeiros



EXTREMOS
religião, política e violência

Sumário

Apresentação	3
por Isabel Uchôa, Millena Dias, Mônica Gonçalves, Priscila Schmitz e Victor Escobar	
Guia Lappcom	5
Região Intermediária do Rio de Janeiro	8
por Júlia Pereira, Letícia Berto, Allana Ribeiro e Vítor Medeiros	
Região Intermediária da Baixada Fluminense	18
por Rayssa Veras, João Pedro Silva Dias, Victor Escobar e Ana Kevelin Machado da Silva	
Região Intermediária da Leste Fluminense	28
por Ana Luiza Helpe, Alice Leal, José Robson Tavares de Paiva e Pedro Henrique de Paula Gomes	
Região Intermediária Sul Fluminense	39
por Felipe de Andrade e Gustavo André Couto Lourenço Marques	
Região Intermediária de Macaé, Rio das Ostras e Cabo Frio	44
por Niara Melo Retana e João Pedro Alencar	
Região Intermediária de Campos do Goytacazes	52
por Millena Dias, José Fernando Balbi e Silvana Telles	
Região Intermediária de Petrópolis	59
por Priscila Schmitz, Lara Reis, Gabriel Meneguete e Márcia Lopes	
Região Intermediária de Volta Redonda	73
por Esther Barros	
Análises Eleições 2026	84
<i>Monitoramento eleitoral e gramática conspiracionista</i>	85
por Beatriz Monteiro Lemos e Gabriel Melo Mizrahi	
<i>Janelas partidárias e reorganizações de forças</i>	93
por Tayná Paolino e Victor Escobar	
<i>Reorganização de poder político no Rio de Janeiro</i>	97
por Paulo Baía	
<i>O emedebismo fluminense fora do MDB</i>	105
por Theófilo Rodrigues	
<i>O rápido envelhecimento da filiação partidária</i>	107
por Miguel do Rosário	
<i>Populismo de esquerda</i>	114
por Allegra Levandoski	
Nossos pesquisadores	120
Referências	124

Apresentação

por Isabel Uchôa, Millena Dias, Mônica Gonçalves, Priscila Schmitz e Victor Escobar

Em prosseguimento ao esforço de observação do cenário político fluminense em vista das Eleições 2026, este Guia analisa as movimentações e estratégias das principais lideranças locais. O estudo dá continuidade à pesquisa iniciada no final do último ano, cujos resultados preliminares foram publicados no volume inaugural desta série: [Guia Lappcom Eleições 2026, vol. 1: A estrutura da disputa e as clivagens territoriais.](#)

O Grupo de Trabalho de Política Local do Laboratório de Partidos, Eleições e Política Comparada (Lappcom-UFRJ/UFRRJ) realiza o acompanhamento das eleições no âmbito local desde 2022, iniciando com a publicação de um dossiê dedicado ao monitoramento da dinâmica política na Baixada Fluminense. Na ocasião, o monitoramento concentrou-se nos atores políticos com atuação na Baixada Fluminense, abrangendo desde os candidatos locais às Eleições Gerais até os apoios e alianças estabelecidos pelas principais lideranças políticas da região.

Com o início das movimentações políticas voltadas para as Eleições Municipais de 2024, ainda no último trimestre de 2023, o grupo publicou o Guia Lappcom Eleições Municipais 2024: Prefeitos Atuais, Candidatos Potenciais, apresentando um panorama preliminar do cenário político local. Ao longo de 2024, o GT, composto por um amplo conjunto de gra-

duandos, pós-graduandos e docentes vinculados ao Laboratório, deu continuidade ao acompanhamento do processo eleitoral por meio da publicação de novos volumes da série: o [Guia Lappcom Eleições Municipais 2024 – Volume 2: Vereadores](#); o [Guia Lappcom Eleições Municipais 2024 – Volume 3: Bairros e Importância para o Processo Eleitoral](#); e o [Guia Lappcom Eleições Municipais 2024 – Volume 4: Análise de Resultados.](#)

Compreendendo a política como um processo contínuo, que ultrapassa o período eleitoral, o Grupo de Trabalho manteve o monitoramento das principais administrações municipais eleitas no estado. Como resultado desse esforço, no primeiro trimestre de 2025 foi publicado o relatório 100 Dias de Governo: Acompanhamento das Gestões Municipais Eleitas em 2024, voltado à análise dos primeiros meses das novas administrações e à continuidade das pesquisas desenvolvidas pelo laboratório.

Neste Guia, sob uma perspectiva de monitoramento contínuo, analisamos a formação de coalizões e alianças estratégicas; conflitos institucionais ao longo do mandato e mudanças e continuidades nas elites políticas locais. Os atores políticos privilegiados neste guia foram os líderes locais que obtiveram as maiores votações em 2022 para os cargos do Legislativo estadual e federal em cada região, além dos prefeitos e vereadores mais votados

dos principais municípios. Assim, além dos políticos locais, analisamos os cinco deputados federais e estaduais mais bem votados em cada região do estado e em cada subdivisão da Região Metropolitana, a partir da definição de Região Intermediária estabelecida pelo IBGE e explicitada na seção “O mapeamento das articulações políticas em 2026 por região”. Assim, nosso objetivo foi apresentar as mudanças dos atores monitorados durante a janela partidária e as principais movimentações políticas durante a pré-campanha. Este guia foi escrito durante os meses de abril a junho, com atualizações pontuais no início de julho, contemplando, assim, apenas o período de pré-campanha e anterior às convenções partidárias. Desse modo, não abordamos aqui as candidaturas lançadas pelos atores mais relevantes em cada região, trabalho este que será apresentado no próximo volume do Guia Lappcom Eleições Gerais 2026.

O monitoramento realizado para este segundo volume ocorreu em parceria com o Núcleo Interdisciplinar de Estudos Judaicos (NIEJ) da UFRJ. Em conjunto, trabalhamos na criação, no preenchimento e na análise dos dados de uma planilha que busca capturar diversos aspectos das publicações do Instagram dos atores políticos monitorados nesta pesquisa, com o objetivo de sistematizar o tom da comunicação nas redes sociais e as menções a outros atores. No total, foram monitoradas as redes sociais e as movimentações políticas de 67 deputados no total, sendo 28 deputados federais e 39 deputados estaduais. Dado que alguns nomes se repetem por região entre os cinco mais votados ao cargo, priorizamos que eles fossem monitorados pelas regiões mais significativas às suas votações no pleito de 2022. Desse modo, utilizamos como primeiro recorte o indicador do Lappcom RCAN_UESP, a Rele-

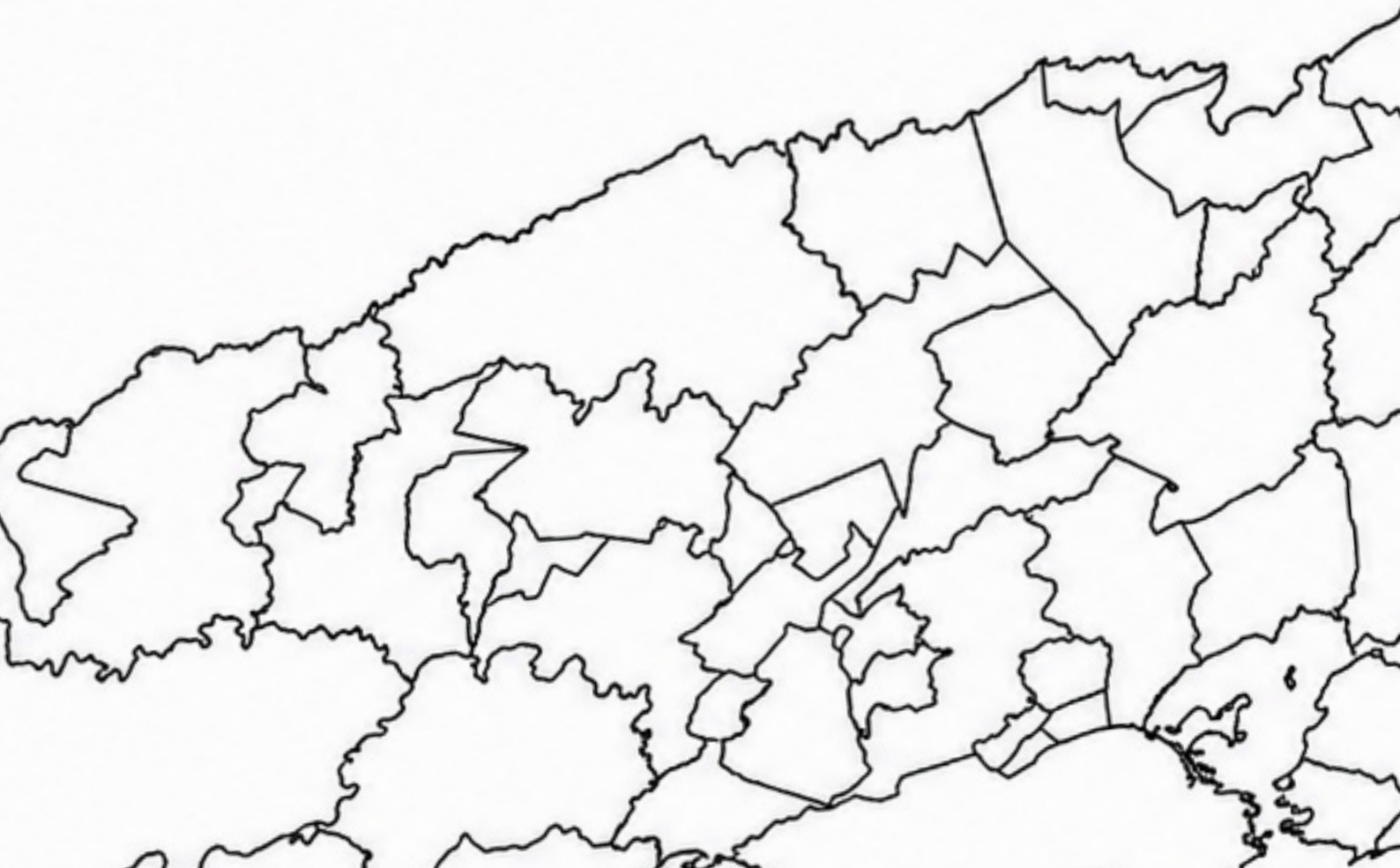
vância do Candidato na Unidade Espacial, que apresenta a porcentagem de votos que a região destinou a um candidato em uma eleição. Em seguida, delimitamos o monitoramento no caso dos personagens que aparecem como um dos cinco mais votados em mais uma região a partir do indicador RUESP_CAN, a Relevância da Unidade Espacial para o Candidato, que aponta o quão relevante foi a votação em uma determinada região para o total de um candidato (em porcentagem).

Para responder a essa complexidade, o volume organiza-se em dois eixos. Inicialmente, apresentamos um conjunto de artigos temáticos de política local e nacional, abordando temas como o impacto da comunicação e das plataformas digitais na disputa de 2026, migração e reorganização partidária, transformações nas identidades e filiações dos partidos no Brasil, e enquadramentos ideológicos no debate político recente.

Na sequência, a publicação dedica-se ao mapeamento regionalizado das articulações políticas, detalhando os movimentos estratégicos e as dinâmicas locais nas diferentes Regiões Intermediárias do estado do Rio de Janeiro, conforme a classificação do IBGE. Em momento de pré-campanha, essa apresentação dos atores mais relevantes de cada região é importante para traçar um perfil das principais lideranças do estado que podem vir a se candidatar durante o período das convenções partidárias. Esses personagens importantes e que se lançarão oficialmente candidatos durante o período de oficialização das candidaturas serão o foco dos nossos próximos trabalhos.

Desejamos a todas e todos uma excelente leitura!

Guia LAPPCOM



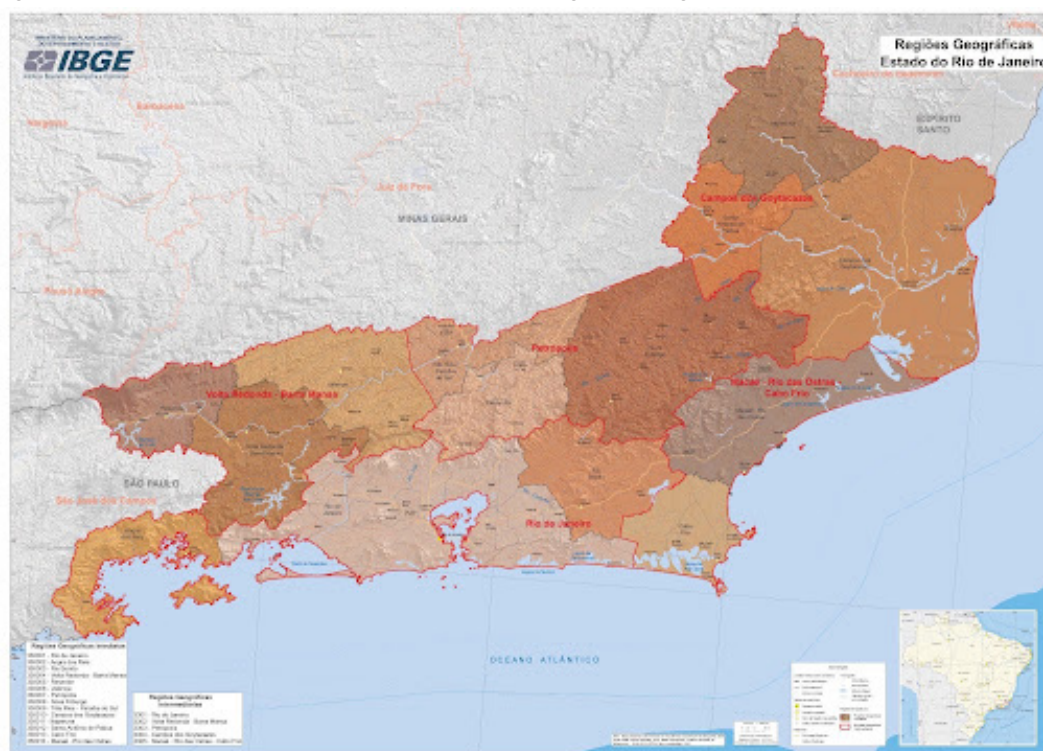


Para compreender as dinâmicas de competição eleitoral, a formação de coalizões e a circulação de elites políticas no estado do Rio de Janeiro, adota-se nesta obra a estrutura de regionalização elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017). O modelo oficial atualiza o quadro regional do país com base nos fluxos da rede urbana e na infraestrutura de interconexão territorial, organizando os 92 municípios fluminenses em cinco Regiões Geográficas Intermediárias: a Região Intermediária do Rio de Janeiro, a Região Intermediária de Macaé - Rio das Ostras - Cabo Frio, a Região Intermediária de Petrópolis, a Região Intermediária de Volta Redonda - Barra Mansa e a Região Intermediária de Campos dos Goytacazes. Conforme os critérios metodológicos do instituto, a denominação de cada região é estabelecida a partir do polo de maior hierarquia urbana, podendo agregar mais de um município

de referência no caso de equivalência na rede de articulação territorial.

Com o intuito de conferir maior precisão analítica e cobrir adequadamente as especificidades locais, destaca-se a adequação realizada na Região Intermediária do Rio de Janeiro. Dada a sua elevada densidade demográfica e a heterogeneidade das suas dinâmicas socioeconômicas — englobando toda a Região Metropolitana e os municípios do litoral sul fluminense —, optou-se por subdividi-la em quatro recortes analíticos: Capital, Leste Fluminense, Baixada Fluminense e Sul Fluminense. Esse arranjo metodológico assegura uma cobertura integral e sensível às assimetrias do território, permitindo mapear com rigor os reposicionamentos estratégicos e as articulações políticas regionais rumo ao pleito de 2026.

Figura 1 - Divisão do Estado do Rio de Janeiro em Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias - 2017



Fonte: IBGE/2017

Região Intermediária do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

por Júlia Pereira, Letícia Berto, Allana Ribeiro e Vítor Medeiros

Rio de Janeiro



TOMAZ SILVA/AGÊNCIA BRASIL



Diante da fragilização do Partido Liberal, após queda de Claudio Castro, Eduardo Paes e Eduardo Cavaliere buscam preservação de alianças cariocas

População	6.211.223
Eleitores aptos em Jul.	4.950.429

O cenário político da cidade do Rio de Janeiro passou por mudanças importantes ao longo de 2026. O principal fato político do ano foi a renúncia do então prefeito Eduardo Paes, do PSD, para disputar o governo do estado do Rio de Janeiro nas eleições de outubro. A saída de Paes marcou o encerramento de mais um ciclo de sua longa trajetória no comando da capital e abriu espaço para a ascensão de Eduardo Cavaliere, vice-prefeito eleito em 2024 e integrante do mesmo grupo político. A transmissão de cargo ocorreu em março de 2026, em cerimônia realizada no Palácio da Cidade, consolidando a continuidade administrativa do grupo liderado por Paes, mas também inaugurando uma nova etapa na política carioca. A mudança no comando da Prefeitura ocorreu em um momento de reorganização política provocado pela janela partidária de 2026. O período permitiu que parlamentares trocassem de legenda sem perder o mandato, o que desencadeou negociações entre partidos, lideranças regionais e grupos políticos

locais. Em todo o país, legendas buscaram fortalecer suas bancadas para as eleições estaduais e federais, e o Rio de Janeiro foi um dos principais centros dessas articulações.

Na capital fluminense, a base governista ligada a Eduardo Paes e Eduardo Cavaliere procurou manter estabilidade institucional e preservar alianças já consolidadas desde a eleição municipal de 2024. O PSD permaneceu como o principal eixo político da Prefeitura. Ao mesmo tempo, partidos de oposição seguiram ocupando espaço importante na Câmara Municipal. Outro aspecto importante do cenário político carioca em 2026 foi a tentativa de construção de novas alianças visando a disputa estadual. A candidatura de Eduardo Paes ao governo estadual reorganizou parte do sistema político do Rio, aproximando prefeitos, vereadores e deputados interessados em compor uma frente ampla de apoio ao ex-prefeito. Dentro desse contexto, a janela partidária teve peso importante para observar fidelidades políticas e reorganizar

forças dentro da Câmara Municipal. Alguns vereadores mantiveram suas posições partidárias, enquanto outros passaram a negociar espaço em novas legendas.

Outro acontecimento importante da política no Rio de Janeiro foi a renúncia do até então governador Cláudio Castro (PL), que decidiu renunciar ao cargo em março para tentar viabilizar uma candidatura ao Senado, movimento que ocorreu às vésperas de um julgamento no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), devido ao desvio de finalidade de cargos públicos na Ceperj e na UERJ, utilizados para beneficiar ilegalmente sua campanha de reeleição em 2022. Logo depois, o TSE declarou Castro inelegível por abuso de poder político relacionado ao escândalo da chamada “folha secreta” da Assembleia Legislativa. A decisão atingiu também figuras centrais da base governista e deu início a uma disputa jurídica sobre quem deveria assumir o governo. O posto de vice-governador já estava vago desde a saída de Thiago Pampolha (União Brasil) para o Tribunal de Contas do Estado (TCE) em 2025. Ao mesmo tempo, o então presidente da ALERJ, Rodrigo Bacellar (União Brasil), encontrava-se afastado após investigação conduzida pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Sem sucessores políticos imediatos disponíveis, o comando do estado passou provisoriamente ao presidente do Tribunal de Justiça do Rio, o desembargador Ricardo Couto. A sucessão provocou uma batalha judicial no STF sobre a realização de eleição indireta ou direta para completar o mandato.

A crise sucessória que se seguiu à saída de Cláudio Castro (PL) também produziu efeitos relevantes sobre a capacidade de coordenação política do PL no estado. Embora Douglas Ruas tenha sido alçado à Presidência da ALERJ e se colocado como principal nome do partido para a disputa ao governo, a judicialização do proces-

so sucessório impediu sua posse como governador interino. Com isso, houve uma interrupção temporária do acesso do partido à máquina estadual, recurso que vinha sendo utilizado pelo grupo político ligado a Castro como instrumento de atração e coordenação de elites locais, especialmente prefeitos e vereadores. A dimensão desse impacto pode ser observada nas mais de 2.700 exonerações promovidas pelo governador interino Ricardo Couto, atingindo uma ampla rede de cargos de livre provimento vinculada à coalizão construída durante os governos Castro. A perda da capacidade de distribuir posições e recursos reduziu o poder de coordenação do grupo governista e produziu incertezas sobre a própria composição da chapa majoritária da direita fluminense. Se inicialmente o desenho articulado pelo PL previa Douglas Ruas ao governo e as candidaturas de Márcio Canella (União Brasil) e Cláudio Castro ao Senado, a inelegibilidade de Castro e o desgaste decorrente das investigações que o cercam abriram especulações sobre sua substituição. Nesse cenário, passaram a circular nomes como o do ex-secretário de Polícia Civil Felipe Curi, ao mesmo tempo em que lideranças locais e parlamentares buscam reposicionar-se diante de um contexto em que o PL, apesar de manter forte capilaridade territorial, já não dispõe do controle direto do Executivo estadual como ativo para organizar sua coalizão.

As articulações dos atores locais

Esta seção se propõe a apresentar se e como o período da janela partidária e da pré-campanha alterou o cenário político no caso de alguns dos principais atores locais do município do Rio de Janeiro. Para isso, foram analisados os últimos passos dos três vereadores mais votados no último pleito municipal e do atual e do ex-

-prefeito do Rio, Eduardo Cavaliere e Eduardo Paes, respectivamente.

As transformações ocorridas no Executivo municipal do Rio de Janeiro em 2026 não alteraram substancialmente a configuração das principais lideranças que compõem a coalizão governista carioca. Ao contrário, a manutenção de atores já consolidados em posições estratégicas sugere uma transição marcada pela continuidade política e administrativa. A análise dessas lideranças permite compreender os mecanismos de coordenação que sustentam a base de apoio do governo e as alianças que estruturam a disputa política na capital fluminense.

Carlos Bolsonaro (PL) foi o vereador mais bem votado na cidade do Rio de Janeiro nas eleições de 2024, tendo recebido 130.480 votos. Em 15 de dezembro de 2025, Bolsonaro renunciou ao cargo após um ano pouco produtivo na Câmara Municipal, sendo contratado como dirigente do PL, e transferindo seu domicílio eleitoral para Santa Catarina. Com sua renúncia Alana Passos, primeira suplente do partido, assume sua cadeira. Em agosto de 2026, o PL anunciou a candidatura de Carlos Bolsonaro ao Senado por SC.

Márcio Ribeiro (PSD), o segundo vereador mais votado em 2024, com 56.770 votos, permanece como um dos principais articuladores da relação entre o Executivo e o Legislativo municipal. Vereador da base governista e aliado próximo de Eduardo Paes e Eduardo Cavaliere, foi mantido na liderança do governo na Câmara após a posse do novo prefeito, reforçando seu papel como interlocutor central da coalizão governista.

O histórico partidário de Márcio está diretamente ligado ao grupo político de Eduardo Paes. Sua atuação política foi construída dentro da base governista da Prefeitura, especialmente

em funções de articulação institucional e representação do Executivo na Câmara Municipal. Em 2018, o parlamentar disputou o cargo de deputado estadual pelo Avante e foi eleito suplente. No ano de 2020, foi eleito vereador pela mesma legenda, sendo reeleito em 2024 pelo PSD. Sua permanência no partido durante a janela partidária em 2026 apresenta um cenário de estabilidade na base aliada do novo prefeito.

Já Tainá de Paula (PT), a terceira vereadora mais votada no último pleito municipal, com 49.986 votos, ocupa posição de destaque no campo da esquerda carioca. Vereadora, ela também atuava na gestão municipal como secretária de Meio Ambiente. Em 2026, até o presente momento, Tainá de Paula manteve forte presença política nas redes sociais e em eventos ligados à pauta urbana, ambiental e de habitação popular. Durante a janela partidária de 2026, a parlamentar permaneceu filiada ao PT. O histórico político de Tainá é associado aos movimentos sociais urbanos e da esquerda carioca. Sua trajetória política está vinculada às pautas de moradia, planejamento urbano e justiça social. No ano de 2018, disputou o cargo de deputada estadual pelo PCdoB e foi eleita suplente. Em 2020, eleita vereadora pelo PT e reeleita no último pleito municipal, em 2024. Ao longo dos últimos anos, se consolidou como uma das principais representantes da esquerda na Câmara Municipal do Rio.

No caso de Eduardo Cavaliere (PSD), atual prefeito do Rio, a situação também foi marcada pela continuidade partidária. Ao assumir a Prefeitura do Rio após a renúncia de Eduardo Paes, Cavaliere permaneceu filiado ao PSD. A cerimônia de transmissão de cargo entre Eduardo Paes e Eduardo Cavaliere reuniu importantes lideranças do grupo governista. O evento foi apresentado como um gesto de con-

tinuidade administrativa e política. Em discursos públicos, Paes afirmou que deixava a cidade “em boas mãos”, enquanto Cavaliere destacou o compromisso de seguir o programa político eleito em 2024. O histórico partidário de Eduardo Cavaliere está ligado ao PSD e ao grupo político liderado por Eduardo Paes. Antes de assumir a Prefeitura, Cavaliere atuou como deputado estadual e também ocupou cargos importantes na administração municipal, como a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e a Casa Civil. Sua trajetória política cresceu dentro do núcleo mais próximo de Paes.

A análise das movimentações partidárias desses atores políticos permite observar algumas alianças e desavenças estruturadas na política municipal do Rio de Janeiro em 2026. A primeira grande aliança identificada é a consolidação do grupo liderado por Eduardo Paes e Eduardo Cavaliere dentro do PSD. A permanência de aliados como Márcio Ribeiro na legenda demonstrou coesão política e reforçou a tentativa de continuidade administrativa da Prefeitura. Também ficou evidente a aproximação entre setores do PSD e parte da esquerda institucional da cidade, especialmente em áreas de gestão compartilhada dentro da Prefeitura. Embora Tainá de Paula pertença ao PT, sua participação na administração municipal indicou uma relação de cooperação entre o partido e o governo carioca em pautas urbanas e ambientais. Com a renúncia de Carlos Bolsonaro, por outro lado, o estado do RJ fica sem representação de nenhum membro da família Bolsonaro pela primeira vez desde a primeira eleição de Jair para vereador.

Os deputados e as mudanças de legenda

A janela partidária de 2026 ocorreu entre os dias 5 de março e 3 de abril, período em que

deputados federais, estaduais e vereadores puderam trocar de partido sem risco de perda de mandato. No estado do Rio de Janeiro, a movimentação política foi acompanhada de perto por partidos e lideranças que buscavam reorganizar suas bases para as eleições gerais de 2026. Dessa forma, foi possível observar as movimentações dos principais atores políticos com base eleitoral no município do Rio de Janeiro, visando as eleições gerais de 2026. Observamos, então, se houve, no caso de deputados federais e estaduais com votação expressiva no município do Rio de Janeiro em 2022, mudança de legenda durante a janela partidária e quais temas esses atores mais articularam em suas redes sociais no período da pré-campanha.

General Pazuello (PL), que obteve 3,61% dos votos ao cargo da região e 57,06% de seus votos totais naquele município, segue exercendo o cargo de deputado federal pelo Rio de Janeiro em 2026 e manteve alinhamento político com o campo bolsonarista. No período correspondente à janela partidária de 2026, não foi registrada qualquer mudança de filiação por parte do deputado. Pazuello permaneceu filiado ao Partido Liberal (PL), partido pelo qual foi eleito e que se consolidou como a principal força política do bolsonarismo após as eleições de 2022. O histórico de Pazuello está relacionado ao grupo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Antes de entrar na política institucional, o militar não possuía trajetória partidária expressiva. Em sua página oficial no Instagram, General Pazuello concentra publicações ligadas à segurança pública, pautas militares, críticas ao governo federal e defesa do legado de Bolsonaro. As postagens também dão destaque a temas ligados ao patriotismo, ao Exército e à oposição à esquerda. Entre os atores políticos mais mencionados em suas redes estão, geralmente em tom positivo e de apoio político,

o ex-presidente Jair Bolsonaro e o senador e pré-candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL) e o ex-vereador Carlos Bolsonaro (PL), ambos filhos do ex-presidente. As menções a integrantes do governo federal e a partidos de esquerda ocorreram majoritariamente em tom crítico. O monitoramento das redes do deputado mostrou um perfil voltado para mobilização ideológica e fortalecimento da base conservadora no Rio de Janeiro.

Tarcísio Motta (PSOL), cuja votação representou 3,51% dos votos totais dos eleitores da região ao cargo e que obteve 71,1% de seus votos totais no município, também permaneceu no mesmo partido durante a janela partidária de 2026. O deputado federal seguiu filiado ao PSOL, legenda pela qual construiu sua trajetória política no Rio de Janeiro. Professor e dirigente histórico da esquerda carioca, Tarcísio manteve atuação política ligada às pautas de educação pública, mobilidade urbana, direitos sociais e combate às desigualdades. Em 2026, Tarcísio Motta aparece como um dos principais nomes da esquerda na Câmara dos Deputados e é tratado por aliados como potencial candidato à reeleição. Em seu Instagram, as principais pautas abordadas são educação, transporte público, defesa dos serviços públicos e críticas à extrema direita. As publicações frequentemente mencionam nomes como Lula, Glauber Braga e Chico Alencar, geralmente em tom de parceria política e alinhamento ideológico. As críticas mais recorrentes são direcionadas ao bolsonarismo, ao ex-governador do Rio de Janeiro Cláudio Castro e a parlamentares conservadores. O monitoramento do perfil mostrou forte presença de vídeos no Plenário, agendas de rua, mobilizações populares e posicionamentos políticos sobre temas nacionais.

Daniel Soranz (PSD), deputado federal

e ex-secretário municipal de Saúde do Rio de Janeiro que no pleito de 2022 recebeu 2,56% dos votos do município ao cargo e obteve 83,95% de sua votação vinda da cidade do Rio, também não realizou mudança partidária durante a janela de 2026. Soranz permaneceu no PSD, partido de Eduardo Paes e Eduardo Cavaliere. Em março de 2026, deixou oficialmente a Secretaria Municipal de Saúde para disputar a reeleição à Câmara dos Deputados. Sua trajetória está relacionada a uma atuação técnica e administrativa na área da saúde pública. Antes de assumir mandatos parlamentares, ganhou projeção pela gestão da saúde municipal durante a pandemia de Covid-19 e consolidou sua imagem política associada ao setor da saúde. Em sua página no Instagram, Daniel Soranz concentra publicações sobre saúde pública, vacinação, funcionamento do SUS, prevenção de doenças e investimentos na rede municipal de saúde. Também utiliza as redes para divulgar ações da Prefeitura e da gestão municipal na área sanitária. Entre os atores políticos mais mencionados estavam Eduardo Paes e Eduardo Cavaliere, quase sempre em tom positivo e institucional. O monitoramento mostrou um perfil mais técnico, focado em prestação de contas, divulgação de indicadores da saúde e comunicação de políticas públicas.

Já Chico Alencar (PSOL), que conquistou 2,48% da votação total ao cargo no município e obteve 69,98% do seu total de votos na região, seguiu filiado ao PSOL durante a janela partidária de 2026. O deputado federal manteve atuação política vinculada à Federação PSOL-Rede e seguiu como uma das principais lideranças históricas da esquerda no Rio de Janeiro. Seu histórico partidário inclui passagem pelo PT nas décadas anteriores, partido que deixou durante a crise do Mensalão, participando da fundação do PSOL. Em 2026, Chico Alencar manteve ati-

vidades parlamentares voltadas para educação, direitos humanos, meio ambiente, democracia e combate à desigualdade social. Seu perfil no Instagram apresentou grande volume de conteúdos relacionados à defesa da democracia, críticas à extrema direita e apoio a pautas progressistas. Entre os atores políticos mais mencionados estavam Tarcísio Motta, Glauber Braga, Guilherme Boulos e Lula, geralmente em tom de solidariedade política e atuação conjunta. As críticas mais frequentes foram direcionadas ao bolsonarismo, à anistia para envolvidos nos atos golpistas de janeiro de 2023 e a setores conservadores do Congresso.

A ausência de trocas partidárias entre esses parlamentares indicou estabilidade política e manutenção de alianças já consolidadas desde as eleições de 2022. A janela partidária produziu poucas alterações formais neste recorte, mas as diferenças entre os perfis observados aparecem com mais nitidez na forma como cada deputado projeta seu mandato e constrói presença pública nas redes sociais. Parte dessas estratégias se organiza em torno da associação direta entre atuação parlamentar e resposta a demandas cotidianas dos territórios. Nesse sentido, tanto os deputados estaduais Lucinha (PSD) quanto Val Ceasa (PRD) mantêm perfis fortemente marcados pela divulgação de obras urbanas, visitas institucionais e acompanhamento de melhorias em equipamentos públicos. Lucinha conquistou 2,62% dos votos totais ao cargo de deputado estadual na região, enquanto que Val Ceasa obteve 2,75%. Quanto à relevância da região às suas votações, para Lucinha, os votos vindos da cidade do Rio representou 97,83% do seu total de votos no pleito, enquanto que para Val Ceasa esse percentual foi de 89,66%.

A atuação da deputada estadual Renata Souza (PSOL), que conquistou 5,75% do total

de votos ao cargo na região e que obteve 74,49% de sua votação total na cidade, se insere em outra dinâmica, na qual a divulgação do mandato aparece mais integrada à presença constante em eventos comunitários e às colaborações com figuras como o deputado federal Pastor Henrique Vieira (PSOL) se somam ao apoio ao governo Lula e à defesa de temas como o Abril Verde, o fim da escala 6x1 e o debate sobre violência contra a mulher. A articulação entre presença territorial, participação em agendas comunitárias e posicionamento político faz com que sua comunicação conecte diferentes dimensões do mandato, aproximando atuação parlamentar e mobilização social.

Nesse sentido, verifica-se ainda que a deputada estadual Renata Souza possui atuação destacada na defesa dos direitos das mulheres, tendo, inclusive, protocolado requerimento para abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito na ALERJ destinada à apuração de casos de feminicídio ocorridos no estado do Rio de Janeiro. Em paralelo, a parlamentar preside a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da ALERJ. Renata Souza pretende se manter no parlamento fluminense, tendo data marcada para o lançamento de sua pré-candidatura no dia 11 de junho.

A atuação parlamentar de Renata Souza também foi marcada por um episódio de ampla repercussão na ALERJ durante a discussão sobre a criação da CPI do Banco Master. Na sessão, após Rodrigo Amorim afirmar, segundo relatos, que a deputada teria um “fetiche” por ele, Renata respondeu da tribuna: “respeite sua mulher que está aí do seu lado”, em referência à deputada Sarah Poncio, que acompanhava a sessão ao lado do parlamentar. A declaração ocorreu em um contexto no qual circulavam, no meio político e na imprensa, rumores sobre uma suposta

relação entre Amorim e Poncio, posteriormente explorados publicamente por Garotinho, sem confirmação dos envolvidos. Embora Renata tenha se retratado em plenário, o episódio desencadeou uma escalada do conflito político entre os parlamentares. Rodrigo Amorim protocolou representação no Conselho de Ética da ALERJ e pedido de cassação do mandato de Renata Souza, alegando a prática de violência política de gênero contra Sarah Poncio. Em resposta, Renata Souza também apresentou representação contra Rodrigo Amorim no Conselho de Ética, sustentando que as declarações do deputado durante o confronto configurariam violência política de gênero e assédio contra uma parlamentar. As repercussões também alcançaram a composição das comissões permanentes da Casa: Renata Souza foi afastada da presidência da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, sendo substituída por Sarah Poncio. A decisão foi posteriormente contestada na Justiça, que determinou o retorno de Renata ao comando da comissão ao identificar indícios de violação do Regimento Interno da ALERJ.

Em outra direção, Thiago Gagliasso (PL) e Giselle Monteiro (PL), que obtiveram, respectivamente, 2,95% e 2,63% dos votos totais ao cargo no município do Rio e que conquistaram 65,17% e 62,42% dos seus votos totais na região, acionam com mais frequência referências ideológicas e vínculos políticos já consolidados junto ao eleitorado conservador. Ainda que ambos publiquem em menor volume, suas redes funcionam como espaço de reafirmação desse pertencimento político. Thiago mobiliza essa identidade sobretudo por meio do confronto, como nas postagens que ganharam repercussão após as críticas dirigidas ao irmão, Bruno Gagliasso, em razão de seu encontro com o presidente Lula. O episódio ampliou sua circulação para além do campo institucional e reforçou uma presença digital sustentada pela polarização, também visível em seus apoios frequentes a Jair Bolsonaro e Nikolas Ferreira. Para Giselle, a presença recorrente de Gabriel Monteiro, seu irmão, em seus conteúdos mantém ativa uma conexão com parte desse eleitorado, ao mesmo tempo em que seus apoios a nomes como Flávio Bolsonaro, Donald Trump e Douglas Ruas aparecem articulados a temas como segurança pública, defesa da família, proteção animal e melhorias hospitalares. Mesmo os vídeos com mensagens motivacionais ajudam a compor essa aproximação mais direta com seus seguidores.

O deputado estadual Thiago Gagliasso, eleito com pouco mais de 102 mil votos em 2022, se coloca como pré-candidato ao cargo de deputado federal pelo Rio de Janeiro. O parlamentar faz questão de demonstrar em suas postagens nas redes sociais proximidade com o ex-presidente Jair Bolsonaro, com o deputado federal Nikolas Ferreira e com o pré-candidato à presidência Flávio Bolsonaro associando sua imagem a pautas defendidas por esse grupo político. Ele



Postagem de Renata Souza. Reprodução/Instagram

também usa situações de caráter pessoal e familiar, como os conflitos públicos envolvendo seu irmão, o ator Bruno Gagliasso, são incorporadas ao discurso político digital como forma de reforçar sua identidade junto ao eleitorado conservador e ampliar o engajamento nas redes.



Postagem de Thiago Gagliasso. Reprodução/Instagram

Já o deputado Val Ceasa, que anteriormente exerceu mandato na Câmara Municipal do Rio de Janeiro e está em seu segundo mandato na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, mantém um forte atuação junto à comunidade local. O parlamentar publica quase que diariamente em suas redes sociais os serviços prestados pelos órgãos públicos na região em que detém seu eleitorado. Embora não defenda uma pauta específica, se mantém como um interlocutor entre a população e a Administração Pública - seja municipal ou estadual. No mesmo sentido, a deputada Lucinha, que encontra-se

em seu quarto mandato na ALERJ, também tem buscado focar a atuação na realização de ações de órgãos públicos em sua área de atuação, sobretudo no que diz respeito a serviços públicos de competência municipal, mostrando apoio ao atual prefeito Eduardo Cavaliere em atuação junto ao projeto Bairro Maravilha.

Lucinha e Val Ceasa apresentam padrões semelhantes de comunicação em suas redes sociais. Em ambos os casos, predominam publicações voltadas à presença nos territórios, ao acompanhamento de obras, à divulgação de melhorias na infraestrutura urbana e à interlocução com órgãos públicos para a oferta de serviços à população. A construção visual dessas postagens também segue uma lógica semelhante, com registros em espaços públicos, contato direto com moradores e utilização de vestimentas discretas, reforçando uma imagem de proximidade com as comunidades representadas.

Em contrapartida, observa-se uma reduzida incidência de conteúdos relacionados a disputas político-ideológicas ou à defesa de agendas programáticas específicas. Esse padrão também se mantém diante de episódios de forte desgaste político envolvendo seus nomes. Lucinha passou a responder a acusações relacionadas a suposto envolvimento e favorecimento de integrantes de uma organização miliciana que atua na Zona Oeste do Rio, enquanto Val Ceasa tornou-se alvo de investigação do Ministério Público por suspeitas de ligação com a facção criminosa Terceiro Comando Puro (TCP). No caso de Val Ceasa, a apuração envolve suspeitas de que agentes públicos teriam atuado para impedir uma operação relacionada a imóveis atribuídos à organização criminosa; no caso de Lucinha, as acusações envolvem suposta interferência política em favor de integrantes de uma milícia. Mesmo diante dessas acusações, ambos

mantiveram em seus perfis oficiais uma comunicação voltada para agendas comunitárias, obras e serviços públicos.

Essas movimentações dos deputados demonstram que o cenário político fluminense para as próximas eleições vem sendo marcado pela consolidação de diferentes perfis de atuação parlamentar. Enquanto alguns deputados buscam fortalecer pautas temáticas específicas, outros concentram seus esforços na atuação territorial e na interlocução direta com as demandas locais de seu eleitorado. Em comum, nota-se a utilização estratégica das redes sociais como instrumento de aproximação com os possíveis eleitores e de fortalecimento da imagem pública, em um contexto de reorganização das forças políticas no estado do Rio de Janeiro e de redefinição de lideranças no cenário carioca.

Baixada Fluminense

Magé
Duque de Caxias
Beldord Roxo
Nova Iguaçu

Baixada Fluminense

por Rayssa Veras, João Pedro Silva Dias, Victor Escobar e Ana Kevelin Machado da Silva

Estratégica para o futuro governo, público feminino e grupos religiosos estão na mira de candidatos na corrida ao Palácio Guanabara

Duque de Caxias



População	808.161
Eleitores aptos em Jul.	635.094

Belford Roxo



ASCOM/BR



População	483.087
Eleitores aptos em Jul.	346.353

Nova Iguaçu



Prefeitura de NI



População	785.867
Eleitores aptos em Jul.	615.394

19 |

O cenário político da Baixada Fluminense nesse período inicial de pré-campanha foi marcado pela concretização de alianças, após as articulações políticas que ocorreram desde o ano passado até o início deste ano. De maior destaque, o anúncio das chapas pré-candidatas ao governo estadual: Eduardo Paes (PSD) terá a irmã de Washington Reis e ex-candidata à Prefeitura de Magé em 2020, Jane Reis (MDB), como vice-governadora, anunciada em fevereiro deste ano. A escolha foi vista como estratégica para consolidar a presença da pré-candidatura de Paes na Baixada, além da representatividade feminina e diálogo com o setor religioso evangélico, que Jane possui boa entrada. O movimento de Eduardo amplia o arco de alianças no estado com a entrada do MDB, que já possuía apoio do PT de Lula e Quaquá e outros partidos do campo progressista (PSB, PCdoB, PDT, etc), formando uma espécie de frente ampla estadual, que vai da centro-direita à centro-esquerda fluminense. Na presente seção, vamos analisar

as movimentações nos principais municípios da Baixada Fluminense, como Duque de Caxias, Nova Iguaçu e Belford Roxo, visando situar a pré-campanha nesse contexto territorial.

As articulações dos atores locais

Washington Reis é uma das principais lideranças locais do estado. Mesmo inelegível por conta de condenação judicial por crime ambiental cometido enquanto era prefeito de Duque de Caxias, manteve sua influência política através do controle partidário do MDB e da manutenção de familiares em cargos eletivos, inclusive na Prefeitura, com a eleição de seu sobrinho, Netinho Reis (MDB) nas eleições de 2024. Em sua trajetória política recente, Reis não só foi importante aliado de Jair Bolsonaro, mas também compôs o secretariado do governo Cláudio Castro, do qual se desligou em razão da crise com o ex-presidente da ALERJ, Rodrigo Bacellar (União), quando este assumiu interinamente o cargo de governador, quando o ex-governador Castro se ausentou para viagem oficial.

O movimento à época foi diante um cenário em que Rodrigo Bacellar se colocava como pré-candidato à sucessão de Castro no governo estadual e Reis já mantinha relações com seu principal adversário, Eduardo Paes. Mas, após a sua prisão na Operação Unha e Carne da Polícia Federal, em dezembro de 2025, por vazamento de informações de operações policiais contra o Comando Vermelho, junto do ex-deputado estadual Thiego Santos (MDB), conhecido como TH Joias, assim como da efetivação da cassação de seu mandato, Bacellar ficou inviabilizado politicamente, abrindo a disputa pela liderança da coalizão do grupo político de Castro. Diante disso, embora alguns nomes tenham figurado na lista de pré-candidatos, como o do delegado

Felipe Curi, ex-secretário de segurança pública de Cláudio Castro, o escolhido foi o deputado estadual Douglas Ruas, filho do prefeito de São Gonçalo, Capitão Nelson (PL), ex-secretário das Cidades de Castro e atual presidente da ALERJ

A Baixada Fluminense ganha centralidade com a movimentação pré-eleitoral dos principais candidatos ao governo. Enquanto Eduardo Paes (PSD) anunciou a Jane Reis (MDB) para compor sua chapa, Ruas anunciou o ex-prefeito de Nova Iguaçu Rogério Lisboa (PP) como vice, selando aliança com o influente deputado federal Doutor Luizinho (PP). Lisboa chegou a ser cotado como vice de Eduardo Paes, mas as conjunturas partidárias, em especial com a federação entre o Progressistas e o União Brasil, ocorrida em março de 2026, levaram a vice-candidatura para o lado adversário. Lisboa deixou a Prefeitura no início do ano passado com forte aprovação e elegeu o seu sucessor, Dudu Reina (PP), com 74% dos votos. Em julho, contudo, Rogério Lisboa desistiu da candidatura a vice e Ruas, reorganizando o cenário eleitoral e abrindo margem para mais uma possível aliança central na campanha de Paes.

Outro personagem importante no xadrez político da aliança entre o PL e o União Progressistas é Márcio Canella (União Brasil), eleito prefeito de Belford Roxo nas eleições de 2024, que renunciou ao cargo para ser candidato ao Senado. Além disso, Canella anunciou a ex-esposa de Jair Bolsonaro (PL) e mãe de Carlos, Flávio e Eduardo Bolsonaro, Rogéria Bolsonaro (PL), como sua primeira suplente. Canella foi eleito prefeito de Belford Roxo em 2024 sob forte discurso de combate ao crime, quando derrotou o sobrinho do ex-prefeito Waguinho, seu antigo aliado e atual adversário local. No exercício do mandato, sua principal marca era o programa intitulado “Barricada Zero”, que foi, posterior-

mente, adotado pelo então governador Cláudio Castro no estado do Rio de Janeiro.

No cenário local, alguns atores de maior relevância em seus municípios, que obtiveram resultados expressivos na última eleição municipal, já se postulam novamente para a eleição estadual deste ano, sendo o caso mais notório o de Canella. Mas há também a pré-candidatura de atores locais de outros municípios, como os vereadores Serginho (PDT), de Duque de Caxias, e Vaguinho Neginho (PRD), de Nova Iguaçu, ambos postulantes à uma vaga na Assembleia fluminense. Vaguinho é ligado ao grupo político de Rogério Lisboa e do atual prefeito Dudu Reina (PP), sendo o vereador mais votado do município nas eleições de 2024. Já Serginho é antigo aliado de Washington Reis, tendo atuado como secretário e subsecretário de gestões passadas do antigo prefeito e da atual gestão de Netinho Reis. Ele foi eleito vereador pelo MDB em 2024 e integra o grupo que rompeu com clã Reis e o seu partido, grupo esse liderado pelo deputado federal Marcos Tavares, migrando para o PDT do antigo prefeito Zito.

Tanto Vaguinho quanto Serginho são parlamentares com histórico em suas regiões. Vaguinho disputou cinco eleições para Vereança em Nova Iguaçu (eleito em 2020 e 2024; não-eleito em 2008, 2012 e 2016) e duas para o Legislativo estadual e federal (2022 e 2014, respectivamente, sem sucesso). Passou por seis partidos, foi na última eleição o vereador mais bem votado da cidade. Ele é o 1º vice-presidente da Mesa Diretora municipal e é presidente e membro de quatro comissões na Câmara de Nova Iguaçu.

Serginho, por sua vez, foi o vereador mais bem votado de sua cidade por duas eleições seguidas (2020 e 2024). Além disso, foi eleito em quatro eleições municipais, 2012, 2016,

2020 e 2024, e suplente nas eleições a deputado federal em 2014. Tem experiência de gestão nas secretarias de Esportes, que assumiu nos dois mandatos dos Reis, além de ser filho do antigo radialista da Tupi, Samuca da Patrulha, e irmão do ex-deputado estadual, Samuquinha.

O grupo que rompeu com os Reis e o MDB aproveitou a janela partidária para migrar para o PDT de Tavares, deputado ex-aliado de Reis, e Zito, ex-prefeito de Duque de Caxias e que em 2024 tentou, sem sucesso, retornar à Prefeitura pelo PV ao lado da presidente municipal do PT Aline Rangel como vice. Serginho anunciou a migração em seu Instagram no dia 6 de abril, três dias após o fim oficial da janela. O anúncio, feito em vídeo individual de frente para a câmera, foi feito sob discurso em oposição aos Reis e a inviabilidade da permanência no Movimento Democrático Brasileiro. Serginho foi para o seu terceiro partido, depois de ter integrado o PR e o MDB. A debandada gerou ação judicial do partido dos Reis, que tentou na justiça a perda de mandato dos três vereadores dissidentes, Serginho, Júnior Uios e Valdecy Nunes. A motivação da ação é a mudança na configuração das cadeiras na Câmara Municipal que as saídas provocaram. O MDB, que havia eleito nove vereadores, agora possui uma bancada de seis parlamentares, e o PDT, que elegeu três vereadores, Clovinho, Catiti e Michele Tavares, passou a ter sete vereadores, contando, além dos três vindos do MDB, com o vereador Dr. Maurício, que saiu do PRD.

Os deputados e as mudanças de legenda

Nesta seção, buscamos analisar as mudanças de legenda durante a janela partidária dos deputados federais e estaduais mais bem votados na região da Baixada Fluminense e suas

movimentações políticas durante a pré-campanha. Foram analisados os casos dos deputados federais Daniela do Waguinho (Republicanos), Gutemberg Reis (MDB), Juninho do Pneu (PSDB) e Marcos Tavares (PDT) e dos deputados estaduais Renato Miranda (PL), Rosenverg Reis (MDB), Valdecy da Saúde (PL) e Vinicius Cozzolino (PSD). Destes, apenas três parlamentares aproveitaram essa janela eleitoral para trocar de partido. Foi o caso de Daniela do Waguinho, que saiu do União Brasil e migrou para o Republicanos. Ela, que foi a deputada federal mais bem votada naquele pleito, conquistou 7,85% dos votos totais da Baixada Fluminense ao cargo em 2022 e 72,06% de sua votação veio da região. O anúncio da sua mudança de legenda foi divulgado no dia 11 de março através das redes e matéria no site do seu novo partido. O vídeo oficial registrou o momento do registro de sua ficha de filiação pelo presidente nacional do partido, o deputado federal Marcos Pereira (SP). Daniela seguiu o caminho do marido Waguinho, ex-prefeito de Belford Roxo, que migrou para o partido desde a crise de Daniela no Ministério do Turismo do governo Lula e com seu antigo partido, União Brasil.

Juninho do Pneu também saiu do União Brasil. O deputado migrou para o PSDB durante o período da janela partidária. O deputado conquistou 2,7% dos votos totais da região da Baixada o cargo de deputado federal e a região representou 74,89% de sua votação naquele pleito. O anúncio da mudança de legenda neste ano foi feito pelo Instagram de seu companheiro de Casa Legislativa (em publicação compartilhada) e agora também de partido Luciano Vieira, outra liderança local da região, no primeiro dia de vigência da janela partidária, em 3 de abril. Vieira é presidente do PSDB fluminense, sendo o responsável por sua reestruturação no estado.



Daniela do Waguinho (Republicanos)



Juninho do Pneu (PSDB)



Gutemberg Reis (MDB)



Marcos Tavares (PDT)

22



Renato Miranda (PL)



Rosenverg Reis (MDB)



Valdecy da Saúde (PL)



Vinicius Cozzolino (PSD)

Em relação à política local, embora seu domicílio eleitoral seja a cidade do Rio de Janeiro, tem seu principal reduto eleitoral no município de São João de Meriti, do qual seu irmão, Leo Vieira (Republicanos) foi eleito prefeito em 2024.

Uma das mais interessantes movimentações da janela partidária no estado diz respeito ao PSDB do Rio de Janeiro. Nos últimos meses, a legenda executou uma estratégia de expansão, atraindo quadros consolidados de siglas de centro e direita. O partido encorpou sua representação na Câmara Federal com as filiações de Luciano Vieira (anteriormente filiado ao Republicanos), Marcelo Queiroz (anteriormente filiado ao PP), Marcos Soares (anteriormente filiado ao União Brasil) e Ricardo Abrão (anteriormente filiado ao União Brasil), que assumiu a vaga após a perda do mandato de Chiquinho Brazão (União Brasil), ao mesmo tempo em que garantiu peso na ALERJ com a chegada do deputado estadual Filipe Soares (anteriormente filiado ao União Brasil). Para além do avanço no Legislativo, a legenda ampliou sua capilaridade nas bases municipais ao costurar alianças cruciais com o Executivo local — destacando-se a parceria com o prefeito Eduardo Paes na capital, a manutenção de quadros na Câmara Municipal, como o ex-prefeito Cesar Maia, e a forte conexão na Baixada Fluminense com a estrutura de São João de Meriti, gerida pelo prefeito Léo Vieira —, reposicionando o partido com uma legenda competitiva em todas as esferas fluminenses.

A janela partidária trouxe imbróglis políticos na Baixada Fluminense. O principal foi protagonizado pelo deputado Juninho do Pneu. Juninho foi importante personagem nas gestões de Rogério Lisboa na Prefeitura de Nova Iguaçu, sendo presidente da Câmara Municipal no primeiro mandato do prefeito e candidato a vice

na disputa à reeleição. No entanto, com a troca partidária, a relação parece ter se rompido. Isto porque, enquanto o antigo partido de Juninho, o União Brasil, faz parte da coalizão de Douglas Ruas e Lisboa, o seu novo partido, o PSDB, firmou apoio a Eduardo Paes. Isso acarretou em retaliação por parte do grupo de Rogério Lisboa e da gestão Dudu Reina, que exonerou dois indicados de Juninho na Companhia de Desenvolvimento de Nova Iguaçu (CODENI). Após o racha na chapa de Lisboa e Ruas, é preciso estar atento aos próximos passos da articulação política entre esses atores na corrida eleitoral.

O deputado estadual Vinicius Cozzolino, por sua vez, é mais um dos personagens da Baixada que migraram de partido em 2026. Em 2022, ele conquistou 2,74% dos votos ao cargo na região e ela representou para a sua votação 87,93% do seu total no pleito. Cozzolino anunciou a sua ida para o PSD em nota nas redes, no dia 6 de abril, reafirmando o apoio à pré-candidatura de Eduardo Paes ao governo do estado. A escolha foi motivada pela dissonância com seu então partido, o União Brasil, no apoio à candidatura ao Palácio Guanabara, já que o União — federado com o PP, como mencionado anteriormente — apoia a chapa e integra a nominata da futura coligação com o PL, da candidatura de Douglas Ruas e Canella ao senado. Desde o início deste ano, Cozzolino se reuniu com Paes, então prefeito, junto de seu primo e prefeito de Magé, Renato Cozzolino, e sua vice, Jamille Cozzolino, também prima do deputado estadual. Uma filiação política que vem sendo costurada há algum tempo.

Todos esses atores possuem em suas redes sociais temas abordados que configuram a preferência das pautas que levam para sua prática política. Márcio Canella tem como tema central de suas postagens as realizações da Pre-

feitura, como seu principal capital político. Ele buscou divulgar suas entregas e feitos enquanto prefeito de Belford Roxo, como obras e reconstruções de praças, espaços, equipamentos públicos, melhoria de hospitais, e principalmente a apresentação de políticas de reforço à segurança pública, como retirada de barricadas.

A esposa de Waguinho, Daniela Carneiro, concentra tematicamente suas postagens dentro do contexto de Brasília, apresentando projetos de lei, repercussão de episódios da política nacional, o cotidiano do Congresso, com ênfase em políticas para a mulher, assistência, entre outros tópicos. A deputada cita Belford Roxo e a política local em suas publicações, mas com menos frequência, focando em temáticas nacionais e reforçando apoio ao governo federal e a Lula.

Gutemberg Reis, também deputado federal, se posiciona de modo inverso a Daniela nas redes sociais. O parlamentar, que conquistou em 2022 4,56% do total de votos da Baixada ao cargo e que obteve 66,89% de sua votação na região, tem muitas postagens em referência a Duque de Caxias e outras cidades do Rio de Janeiro. Em sua maioria, realizações que o mandato traz para a cidade e para a região, assim como menções em eventos, agenda de rua e etc, com outras lideranças locais, sobretudo da família Reis, com destaque para o prefeito Netinho, além de postagens mais recentes mencionando Eduardo Paes, já em contexto pré-eleitoral. O deputado não fez nenhuma menção a Lula e a Bolsonaro durante o período analisado, o que mostra uma centralidade da política local em sua apresentação nas redes sociais. Já o irmão parlamentar estadual, Rosenverg Reis, segue a mesma temática de postagens, com um diferencial: Rosenverg faz menções à sua religiosidade evangélica, publicando sobre sua presença em igrejas e cultos e

fazendo menções a pastores e outras referências cristãs. Rosenverg Reis recebeu 4,25% dos votos da Baixada Fluminense ao cargo de deputado estadual e a região representou 72,97% de sua votação total no pleito de 2022.

Marcos Tavares é outro deputado federal com postagens muito pautadas pela política local e pela mesma cidade, Duque de Caxias. Contudo, ao contrário de Gutemberg, Marcos publica mais postagens que fazem menções a outros atores locais. Essas menções são, muitas vezes, em tom de crítica negativa à gestão municipal e à família Reis, assim como também Tavares faz diversas publicações em tom de apoio ao seu próprio grupo político que, como mencionado anteriormente, aumentou com a debandada de parlamentares do MDB ao PDT. Em 2022, a votação de Tavares representou 2,74% dos votos da Baixada Fluminense ao cargo e a região significou 86,56% do seu total de votos obtidos no pleito.

Juninho do Pneu possui também muitas postagens a respeito de temáticas locais, presenças em eventos e ações sociais, bem como com temas nacionais, como discursos na Câmara dos Deputados, reuniões nacionais do PSDB, além de menções a projetos de lei e destinação de recursos. A menção aos atores se destina em sua maioria às lideranças locais e regionais apoiadas por ele, mas também algumas lideranças nacionais do PSDB, como Aécio Neves e Ciro Gomes.

Vinicius Cozzolino também varia seu foco nas publicações das redes sociais entre projetos de lei, política local, atuação parlamentar e pautas nacionais. Além disso, há poucas menções a atores e a lideranças locais em suas postagens.

Valdecy da Saúde, deputado estadual que obteve 2,81% dos votos a Baixada ao cargo e que conquistou 87,6% de seus votos na região, foca

em sua página no Instagram em publicações sobre o seu mandato, como sua agenda enquanto parlamentar, datas comemorativas, presenças em eventos, realizações enquanto deputado. Além disso, também publica sobre sua família e temas ligados à identidade familiar. Em sua página, Valdecy também faz menções a políticos aliados do governo do estado e do PL.

Renato Miranda, deputado estadual que conquistou 2,09% dos votos da Baixada ao cargo e que obteve 86,88% de sua votação na região, concentra suas postagens na sua atuação parlamentar, com publicações a respeito de sua presença em eventos políticos e inaugurações, além de menções à cidade de Mesquita. O deputado, porém, faz poucas menções a outros atores, com destaque apenas para Jorge Miranda, ex-prefeito de Mesquita.

Doutor Luizinho ocupa atualmente uma posição de destaque no cenário político fluminense, combinando sua atuação parlamentar com um papel relevante na articulação política do partido no estado. Médico de formação e líder do Progressistas na Câmara dos Deputados, construiu sua trajetória pública associada principalmente às áreas da saúde e da gestão pública. Suas redes sociais evidenciam uma intensa agenda de reuniões institucionais, encontros com prefeitos, vereadores e lideranças municipais, revelando uma estratégia voltada à construção e manutenção de alianças em diferentes regiões do Rio de Janeiro. Em 2022, ele conquistou 5,88% dos votos da Baixada ao cargo e a região representou 60,66% do seu total de votos no pleito.

Durante o período analisado, o parlamentar manteve presença frequente em municípios da Região Serrana, da Baixada Fluminense, do Sul Fluminense e da Costa Verde. Foram observadas agendas em cidades como Nova

Iguaçu, Duque de Caxias, Barra do Piraí, Barra Mansa, Volta Redonda e Angra dos Reis, além da participação em encontros políticos destinados à mobilização de lideranças locais e ao fortalecimento das bases partidárias. Entre essas iniciativas, destacam-se reuniões com prefeitos, vereadores e apoiadores, bem como eventos voltados à organização política do Progressistas para as eleições de 2026. Luizinho também tem atuado na articulação de lideranças regionais. As redes sociais do deputado registram encontros com prefeitos e representantes municipais, além do apoio à pré-candidaturas de lideranças locais à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ). Essas agendas evidenciam sua participação ativa na formação de chapas e na construção das estratégias eleitorais do partido em diferentes regiões do estado.

Além da intensa atividade de articulação política, Luizinho tem participado de debates nacionais relacionados à agenda econômica e trabalhista. Entre os temas presentes em suas manifestações públicas está a discussão sobre mudanças na jornada de trabalho e propostas de reorganização das relações trabalhistas, se posicionando a favor do fim da escala 6x1. O conjunto dessas movimentações revela um parlamentar que combina atuação legislativa, influência partidária e capacidade de articulação institucional, características que o colocam entre as principais lideranças do Progressistas no estado do Rio de Janeiro.

As dinâmicas eleitorais dos atores pesquisados reúnem arranjos políticos em torno da disputa ao Palácio Guanabara que se correlacionam com as disputas futuras por recursos e protagonismo dos municípios do interior do estado, dado a desigualdade regional entre centro e interior. Deste modo, os principais políticos da Baixada Fluminense se organizam na disputa de

acordo com o cenário posto das candidaturas ao governo estadual, entre Eduardo Paes (PSD) e Douglas Ruas (PL), e das alianças de seus partidos e federações.

Um importante fiador do campo bolsonarista no estado que tem se movimentado estrategicamente pelos municípios de diversas regiões, buscando influenciar e angariar apoios em cidades consideradas ainda neutras em relação a um posicionamento mais claro de aliança e que disputava um cargo majoritário ao Senado é o ex-prefeito de Belford Roxo Márcio Canella. Em 2022, Canella conquistou 6,21% dos votos totais a deputado estadual na Baixada e a região significou para a votação dele 77,23% do seu total na eleição. O ex-prefeito e deputado se colocou como importante aliado de Flávio Bolsonaro, por ser um ator relevante em uma região estratégica como a Baixada, sendo, então, um antigo apoiador de Jair Bolsonaro na eleição presidencial passada e que rompeu com seu até então aliado Waguinho (Republicanos) por este fato. Consolidado como principal força da cidade para o campo bolsonarista e uma das principais da região, criando um clã familiar na política local junto da prefeita Mariana Canella e de seu irmão então pré-candidato a deputado estadual, Marcelo Canella, com um forte e duro discurso contra a criminalidade, Canella se tornou um ator forte da coalizão PL-Federação União Progressista (UBP).

Porém, o tabuleiro da disputa eleitoral muda após a sua prisão, no dia 7 de julho, na 6ª Fase da Operação Unha e Carne pela Polícia Federal, que encontrou um fuzil de calibre restrito em seu carro, de posse ilegal. Canella foi alvo de uma busca e apreensão que tinha como foco a investigação de um esquema de lavagem de dinheiro em postos de gasolina, que movimentou 7 bilhões de reais, junto de Marcus Amim, ex-

-presidente do Detran e ex-secretário estadual da Polícia Civil, nomeado por Cláudio Castro. Amim é um antigo conhecido de Canella, que o condecorou com a medalha Tiradentes quando era deputado na ALERJ, além de ter indicado Amim a vice-presidente do Detran. Uma empresa de reboque prestava serviço sem licitação ao departamento de trânsito que, segundo reportagem da Globo, era ligado a Canella. Um dos sócios da empresa é irmão de um líder político de São Gonçalo e braço direito de Canella no município, o Hugo Canelão.

A prisão de Canella pode afastar de vez o apoio da federação UB-PP a Flávio Bolsonaro, já que os dirigentes da federação perceberam um movimento do PL de acabar com a candidatura do deputado. Quatro dias após à prisão, Canella foi solto por decisão do ministro do Supremo Alexandre de Moraes. O seu partido, o União Brasil, ainda insiste com o PL pela manutenção da candidatura de Márcio Canella ao Senado, enquanto o partido de Bolsonaro espera pela indicação de um novo nome pela federação.

Um outro ator político muito relevante que fez publicações em sua página no Instagram em tom de denúncia a respeito de Márcio Canella é o ex-governador Anthony Garotinho, que nos últimos tempos se colocou não mais como um tradicional político do estado, mas como um comunicador que faz denúncias dos bastidores do poder, tanto no estado quanto em âmbito federal, como no caso da operação que prendeu o ex-deputado Rodrigo Bacellar. Garotinho tem utilizado a sua notoriedade como ex-governador e suas fontes dos bastidores como ativo de um outsider, que se coloca contra Eduardo Paes e contra Douglas Ruas. Garotinho anunciou uma caminhada em Duque de Caxias com o antigo prefeito, Zito e o antigo aliado e atual rival de Canella, do seu partido, Waguinho. O ex-go-

vernador anunciou a sua quinta candidatura ao governo do estado e modificando o cenário da disputa. À despeito disso, é visto por correligionários de Ruas como positivo por retirar votos de Paes e impedir a vitória do ex-prefeito do Rio no primeiro turno.

Outra movimentação eleitoral interessante durante a pré-campanha é a do deputado federal Marcos Tavares, também adversário de Washington Reis e aliado de Zito, que provocou uma grande debandada na base partidária dos Reis na Câmara Municipal de Duque de Caxias. Zito e Tavares são filiados ao PDT, partido que no município faz oposição ao MDB da família Reis, mas que em âmbito estadual tem como principal figura o prefeito de Niterói, Rodrigo Neves, um dos principais aliados de Paes na disputa eleitoral, que por sua vez, selou o apoio com os Reis e colocou a irmã de Washington, Jane Reis, como vice-governadora da chapa. Tal ambiguidade condiciona o comportamento eleitoral de Paes no município a um duplo apoio e presença quando visita a cidade.

Leste Fluminense

Niterói
São Gonçalo
Maricá
Itaboraí

Leste Fluminense

por Ana Luiza Helpe, Alice Leal, José Robson Tavares de Paiva e Pedro Henrique de Paula Gomes

Marcada pela crise institucional do governo estadual, a Região é centro de uma disputa que tem São Gonçalo como centro de influência importante para os planos do Partido Liberal em 2026

29 |

Os municípios que integram a região definida pelo IBGE como Leste Fluminense incluem São Gonçalo, Niterói, Maricá, Itaboraí, Saquarema, Tanguá, Cachoeiras de Macacu, Silva Jardim e Rio Bonito. Neste guia, iremos abordar São Gonçalo, Niterói, Maricá e Itaboraí, em virtude de sua maior densidade populacional e sua relação política com o resto do estado, visando as eleições de 2026.

A relevância regional dos municípios selecionados é atravessada por um cenário político estadual marcado por uma crise institucional, caracterizada pela vacância simultânea dos cargos de governador e vice-governador, e pela subsequente disputa sucessória estadual. Nesse contexto, após um curto período de interinidade sob o comando de Guilherme Delaroli (União

Niterói



ASCOM/NIT



População
Eleitores aptos em Jul.

481.749
411.412

São Gonçalo



ASCOM/SG



População
Eleitores aptos em Jul.

896.744
653.502

Maricá



Pref. de Maricá/ Vinícius Manhães



População
Eleitores aptos em Jul.

197.277
185.549

Itaboraí



SECOM GOV RJ



População
Eleitores aptos em Jul.

224.267
177.915

Brasil), a ascensão de Douglas Ruas (PL) à Presidência da Assembleia Legislativa (ALERJ), em abril de 2026, tornou-se o ponto central para a região. Isso ocorre porque Ruas assumiu o cargo por meio de uma votação interna, após a cassação de Rodrigo Bacellar (União Brasil) pelo TSE, ocorrida em março.

As articulações dos atores locais

A eleição que alçou o ex-secretário de Estado das Cidades (SECID) e deputado gonçalense Douglas Ruas à condição de primeiro na linha sucessória estadual, após a cassação da chapa de Claudio Castro (PL), foi contestada na Justiça. Ruas, que é filho do prefeito de São Gonçalo, o Capitão Nelson (PL), aguarda as decisões do STF para assumir o cargo de governador interino, hoje exercido pelo presidente do Tribunal de Justiça, Ricardo Couto. Diante disso, São Gonçalo se consolida como uma das principais vitrines para a disputa eleitoral de outubro, na qual Ruas pretende converter um possível mandato provisório em uma eleição definitiva para o cargo de governador. O anúncio oficial ocorreu via Instagram, por meio de um vídeo no qual Douglas Ruas afirma estar à disposição para governar o Rio de Janeiro. Com essa confirmação, Ruas desponta como o nome do PL para enfrentar Eduardo Paes (PSD) na disputa pelo governo estadual. Paes renunciou à Prefeitura do Rio de Janeiro em 20 de março de 2026 para viabilizar sua candidatura ao Palácio Guanabara.

Nesse sentido, é fundamental analisar a dinâmica política de São Gonçalo, peça-chave no Leste Fluminense. O município é uma região de muita influência do PL, uma vez que é liderado pelo prefeito Capitão Nelson (PL), reeleito em 2024. Além disso, Nelsinho Ruas (PL), filho de Capitão Nelson, consolidou grande força

como o vereador mais votado de 2024. Somando-se a essa estrutura, destaca-se outro vereador da coligação, Bruno Porto (PL), egresso do Cidadania, partido pelo qual disputou a eleição de 2020. Porto migrou para o PL durante a janela partidária para fortalecer a base governista e se consolidou como o segundo vereador mais votado de São Gonçalo no pleito de 2024. Em recentes declarações no podcast “Além do Jogo”, transmitido em seu perfil no Instagram, sinalizou uma possível candidatura a deputado estadual na ALERJ. Dessa forma, ele buscaria ocupar o espaço de Douglas Ruas, atual presidente da ALERJ e pré-candidato ao governo do estado.

Outra figura de destaque nesse cenário, também aliada à base de Capitão Nelson, é Juan Oliveira (PL). Terceiro vereador mais votado no pleito de 2024, Juan consolidou sua imagem pública por meio de uma forte atuação nas redes sociais, onde se destaca pela realização de vitórias em obras e pela fiscalização direta de serviços públicos em São Gonçalo, como na postagem de 4 de maio em seu instagram sobre a visita a obra MUVI (Mobilidade Urbana Verde Integrada) na região do Jardim Catarina.

A influência desses vereadores também se manifesta na estrutura interna da Câmara Municipal de São Gonçalo. Nelsinho Ruas ocupa atualmente o cargo de 1º vice-presidente da Casa, enquanto Juan Oliveira exerce a função de 3º vice-presidente na Mesa Diretora do biênio 2025-2026, demonstrando a consolidação da base política ligada ao prefeito Capitão Nelson dentro do Legislativo municipal.

Um nome também relevante para a região do Leste Fluminense é Altineu Côrtes (PL), deputado federal, 1º vice-presidente da Câmara e líder do PL desde de 2022. Altineu possui uma posição estratégica dentro da estrutura partidária, desempenhando um papel essencial na arti-

culação política e na influência do PL no estado do Rio de Janeiro. Segundo informações divulgadas pelo Broadcast, Altineu Côrtes foi citado entre os nomes definidos pelo PL-RJ para disputar uma vaga na Câmara dos Deputados nas eleições de 2026.

No âmbito do Executivo de Niterói, o então prefeito Rodrigo Neves (PDT) tem direcionado suas articulações políticas ao apoio a Eduardo Paes (PSD), ex-prefeito da cidade do Rio de Janeiro e pré-candidato ao governo do estado nas eleições de outubro. Essa parceria política está evidente desde as eleições municipais de 2024, quando ambos se apoiaram em suas respectivas cidades. Assim que eleito no Rio de Janeiro, Paes foi até Niterói oficializar seu apoio no segundo turno das eleições a Neves, e na ocasião, assinaram o “Pacto Niterói-Rio Pela Democracia, Boa Gestão e Desenvolvimento Sustentável”, que busca uma troca de experiências em administração pública, democracia e desenvolvimento sustentável, mantendo uma agenda conjunta em pontos de interesse comum, como transporte, segurança e desenvolvimento econômico.

No início do ano de 2025, Neves e Paes se uniram para a candidatura conjunta das duas cidades para sediar a edição dos jogos Pan-Americanos de 2031, demonstrando aproximação e parceria política. Porém, esse empenho conjunto não obteve vitória, já que em outubro do mesmo ano a candidatura foi derrotada pela da cidade de Assunção, capital do Paraguai.

Em relação ao Legislativo estadual e federal, Neves anunciou as pré-candidaturas através do partido do qual faz parte (PDT), de sua esposa e primeira-dama da cidade, Fernanda Sixel Neves a uma cadeira na ALERJ, e a do ex-prefeito Axel Graef, que já foi seu vice em dois mandatos e também prefeito de Niterói, para

uma vaga na Câmara Federal. O município de Niterói conta com um representante do PDT na ALERJ, o Deputado Vitor Júnior, que é também líder do partido na casa. Entretanto, essa representação apresenta instabilidades, tendo em vista que o deputado já ameaçou abandonar a função de liderança e romper com o partido devido a atritos internos, mas, segundo o site Agenda do Poder em publicação do dia 13 de maio de 2026, o parlamentar teria recuado da decisão após uma conversa com Neves. Apesar disso, Vitor Júnior já manifestou sua pré-candidatura a deputado federal e Neves já declarou apoio para sua eleição.



Postagem de Rodrigo Neves de 29/06/2026, com a presença da candidata ao Senado Benedita da Silva (PT), o ex-prefeito Axel Graef (PDT) e o candidato ao governo do estado Eduardo Paes (PSD). Reprodução/Instagram

Na Câmara Municipal de Niterói as articulações e movimentações tendo em vista as eleições para o Legislativo estadual e federal

acontecem de maneira intensa, entre troca de partidos e atores políticos fortes de diferentes espectros políticos. O vereador Douglas Gomes (PL) foi o que alcançou a votação mais expressiva nas últimas eleições municipais (2024), com 16.352 mil votos. Em 2022, disputou uma vaga na ALERJ e obteve 28 mil votos, mas não conseguiu ser eleito, se tornando quarto suplente de seu partido. Gomes assumiu o cargo de deputado estadual em duas ocasiões, uma no lugar de Douglas Ruas, nomeado pelo ex-governador Cláudio Castro (PL) para o cargo de Secretário Estadual das Cidades, outra no de Jair Bittencourt (PL), quando o mesmo foi nomeado para o cargo de Secretário de Desenvolvimento Regional do Interior, Pesca e Agricultura Familiar. Levando em consideração sua expressiva votação, alinhamento e atuação frente às pautas defendidas por seu partido, Douglas Gomes é um dos principais nomes do PL na cidade para concorrer a uma vaga na Câmara dos Deputados e se encontra em pré-candidatura para o cargo. Daniel Marques foi o terceiro vereador mais votado em Niterói nas eleições de 2024, está em seu terceiro mandato, e é um dos nomes de mais destaque do PL na Câmara Municipal, lançando sua pré-candidatura a Deputado Estadual. Defensor das causas ambientais e animais, propõe buscar uma maior atuação política em nome dessas pautas na ALERJ.

Benny Briolly, primeira vereadora trans da cidade de Niterói, lançou sua pré-candidatura a deputada federal pelo PT, partido ao qual se filiou após deixar o PSOL. Desde o início de seu mandato, a vereadora compõe a base do prefeito Rodrigo Neves na Câmara Municipal, onde já protagonizou discussões com opositores, resultando no julgamento do vereador Douglas Gomes, condenado a pagar uma indenização no valor de 30 mil reais por transfobia. Em entre-

vista para a revista Carta Capital, Benny Briolly expressou a possibilidade de consolidar uma bancada trans pluripartidária de esquerda, com a reeleição de parlamentares como Erika Hilton (PSOL-SP) e Duda Salabert (PDT-MG), entre outros nomes. Sua filiação ao PT acarretou um mal estar entre o diretório estadual e municipal do partido, através de articulações do Prefeito de Maricá, Washington Quaquá, e de seu filho, Diego Zeidan, presidente do partido no estado.



Postagem de Benny Briolly de 16/04/2026, destacando Thabatta Pimenta (PV), Duda Salabert (PSOL) e Erika Hilton (PSOL), além da própria autora, como integrantes da bancada trans no Congresso. Reprodução/Instagram

Benny Briolly passa a integrar a legenda apesar de Édino Simeone, atual Presidente do partido em Niterói, comunicar através de nota não ter sido informado das tratativas de filiação da vereadora. É de iniciativa da vereadora o movimento da caravana “Libera Meu Xixi” em defesa do direito de pessoas trans utilizarem banheiros de acordo com sua identidade de gênero. Em um ato no Plaza Shopping de Niterói, Benny foi agredida e impedida de utilizar o ba-

neiro feminino, tendo que ser retirada do local de ambulância e encaminhada ao hospital. A Câmara Municipal recebeu da 9ª Vara Cível do Rio de Janeiro uma notificação para que a Mesa Diretora dê prosseguimento a um processo de perda de mandato aberto contra ela pelo vereador Allan Lyra (PL), devido a faltas não justificadas nas sessões plenárias.

Maricá vem consolidando um papel estratégico distinto no cenário político fluminense. Sob a liderança de Washington Quaquá (PT), o município passou a ocupar uma posição de destaque, não apenas pela capacidade de investimento proporcionada pelos royalties do petróleo, mas também pela construção de uma narrativa de desenvolvimento local associada à inovação, infraestrutura e projeção nacional e internacional. Quaquá, que atualmente é vice-presidente nacional do Partido dos Trabalhadores e presidente da Associação Brasileira de Municípios, ampliou sua circulação política para além do município, fortalecendo articulações com diferentes atores do campo governista e municipalista.

Nesse cenário, ganha relevância a aproximação frequente entre Quaquá e Eduardo Paes (PSD), apontado como um dos principais nomes na disputa pelo governo do estado. A presença recorrente de Paes nas redes sociais do prefeito de Maricá, indicando que ele seria “o futuro governador do Rio de Janeiro”, demonstra uma tentativa de associação entre os dois, com a indicação de que o ex-prefeito do Rio seria “o futuro governador”. Ele afirma também que Lula e Eduardo Paes podem juntos construir uma reestruturação do Rio de Janeiro. Esse fato reforça a ideia de alinhamento em torno de um projeto estadual que inclua o Partido dos Trabalhadores e o apoio ao presidente Lula em sua possível reeleição.



Postagem de Washington Quaquá de 25/05/2026, com Eduardo Paes (PSD). Reprodução/Instagram

Para o Senado, Quaquá seguiu a mesma lógica com a união entre PT e PSD, expressando em suas redes sociais apoio ao Pedro Paulo (PSD), a dobrada de Eduardo Paes, e à Benedita da Silva (PT). Essa decisão foi aprovada no Diretório Estadual do PT, assim como a escolha de Washington Quaquá para a coordenação de campanha do presidente Lula no Rio de Janeiro.

Ao longo das publicações analisadas no período, foi possível perceber tensionamentos entre Quaquá e o ex-prefeito de Maricá, Fabiano Horta. Notícias apontam que, dentre outros motivos, um deles foi a pré-candidatura do ex-prefeito ao cargo de deputado federal, já que o atual prefeito estaria impulsionando a candidatura de seu próprio filho, Diego Quaquá, atual presidente estadual do PT. O atual prefeito afirma em suas redes que teria rompido com Fabiano Horta por ele ter cometido “sucessivas traições”, e afirma estar consertando supostas dívidas que o ex-prefeito teria deixado na cidade. No Instagram, Washington faz questão de gravar vídeos

com Diego próximo, mesmo que aparecendo silenciosamente nos cantos dos vídeos, e ressalta que teriam negado espaço para o filho atuar na gestão anterior enquanto vice-prefeito. Essa situação demonstra a disputa pela vaga de deputado federal, de um representante forte em Maricá, internamente pelo PT.

Washington Quaqué é conhecido por declarações e posicionamentos polêmicos em relação às chamadas pautas “identitárias”, especialmente em debates ligados aos direitos da população LGBTQIAPN+, ao feminismo e às discussões sobre raça e representação política.

Suas falas frequentemente geram repercussão dentro do próprio campo da esquerda e entre movimentos sociais. Apesar disso, durante o período analisado, apresentou uma postura menos rígida sobre o tema. Em suas redes, publicou registros ao lado da pré-candidata à deputada federal Benny Briolly e da deputada estadual Dani Balbi, ambas mulheres trans e negras. As postagens reforçam a importância do diálogo em torno de pautas civilizatórias e promovem a pré-

-campanha de Benny, que se filiou ao PT. Além disso, Quaqué tem reforçado a pauta racial, tanto ao comentar o samba-enredo da União de Maricá quanto na aproximação com Silvio Almeida, convidado para “pensar o Brasil a partir de Maricá” e coordenar um museu dedicado às contribuições africanas à cultura brasileira.

Quaqué se reuniu também com representantes de outros municípios, como Paty de Alferes, Petrópolis e Campos, e lançou a revista da Associação Brasileira de Municípios (ABM).

Washington Quaqué é conhecido por declarações e posicionamentos polêmicos em relação às chamadas pautas “identitárias”, especialmente em debates ligados aos direitos da população LGBTQIAPN+, ao feminismo e às discussões sobre raça e representação política.

A capa da primeira edição foi uma entrevista com o vice-presidente Geraldo Alckmin, alegando que ele é hoje o “mais leal aliado do presidente Lula”. Algumas lideranças religiosas estiveram presentes em suas redes sociais, onde o prefeito reafirma ser católico com uma certa frequência. Entre os encontros divulgados, estiveram reuniões com o pastor Marcos Pereira, descrito por Quaqué como uma importante liderança religiosa da Baixada Fluminense, e com o pastor Kléber Lucas, durante a celebração do evento Maricá pela Paz. Na ocasião, o prefeito lembrou a lei sancionada por Lula que institui o dia nacional da Música Gospel.

Além do prefeito, a correlação de forças na Câmara Municipal de Maricá ajuda a entender o equilíbrio político do município. Os três vereadores mais votados de Maricá foram Aldair de Linda (PT), com 7.602 votos, Ricardinho Netuno (PL), com 6.152 votos, e Hadesh (PT), com 5.889 votos. Nenhum deles mudou de partido durante a janela partidária e apenas Ricardinho Netuno, um dos principais e únicos nomes da oposição ao

prefeito na Câmara Municipal, é pré-candidato a deputado federal. Ao anunciar sua pré-candidatura, Netuno menciona que será um “soldado leal ao líder Flávio Bolsonaro”. Já o vereador Hadesh tem se tornado cada vez mais popular no município e foi, no mês de maio, aprovado para a entrada no Grupo Tático Eleitoral Nacional do PT, sendo o mais jovem a participar. Além disso, ele é líder do governo na Câmara Municipal. O vereador mais votado, Aldair de Linda, segue, por sucessivos mandatos, presidente da Câmara

Municipal de Maricá e é um grande aliado do prefeito.

Em Itaboraí, o quadro político recente é marcado pela predominância do grupo liderado por Marcelo Delaroli (PL). Reeleito em 2024 com 116.813 votos, equivalentes a 93,79% dos votos válidos, o prefeito consolidou o PL como principal força política do município e reduziu o espaço competitivo da oposição, representada no pleito por Dias do Pt (PT), que obteve 7.732 votos, o que representou 6,21% dos votos válidos. A cerimônia de diplomação também registrou a posse do vice-prefeito eleito, Elber Correa (PP), e dos vereadores eleitos para a nova legislatura, indicando a continuidade do bloco governista no Executivo municipal e sua conexão com o Legislativo local.

A composição política local combina Executivo municipal, base legislativa e representação estadual, com destaque para a atuação de Guilherme Delaroli (PL) na ALERJ. Irmão do prefeito, Guilherme foi eleito deputado estadual, também pelo PL, em 2022 com 114.155 votos, figurando entre os seis mais votados do estado em sua primeira disputa eleitoral. Antes de chegar à ALERJ, atuou como coordenador-geral de projetos da prefeitura de Itaboraí durante a gestão do irmão. Na Assembleia, preside a comissão de Obras Públicas e integra comissões como Constituição e Justiça e Segurança Pública, com atuação voltada a temas como infraestrutura, transporte, saúde e geração de emprego.

A presença de Elber Correa no Executivo, após passagem pela Presidência da Câmara Municipal, reforça a integração entre Prefeitura e Legislativo local. Ao mesmo tempo, vereadores alinhados ao governo municipal, como Ramon Vieira (PP) e Matheus Borges (PL), ampliam a capacidade de coordenação interna do grupo governista. Esse arranjo aproxima Itaboraí de

outros municípios do Leste Fluminense em que famílias políticas, mandatos legislativos, Prefeituras e articulações estaduais funcionam como redes de sustentação política.

A projeção estadual de Guilherme Delaroli (PL) aumentou no período recente. Na condição de primeiro vice-presidente da ALERJ, o parlamentar assumiu interinamente a presidência da Casa após o afastamento de Rodrigo Bacellar (União), então titular do cargo, preso e investigado pela Polícia Federal por suspeita de vazamento de informações sigilosas. Guilherme permaneceu à frente da ALERJ até 17 de abril de 2026, quando Douglas Ruas (PL) foi eleito para o comando da Casa, e nesse intervalo passou a ocupar posição de maior centralidade institucional na política fluminense. Nesse período, a ALERJ aprovou o Projeto de Lei 7.206/26, de autoria de Guilherme Delaroli (PL), André Corrêa (PSD) e Bruno Boaretto (PL), autorizando a destinação de R\$ 29,75 milhões do Fundo Especial da Casa para municípios afetados por fortes chuvas no estado.

A presença da família Delaroli no Legislativo municipal ganhou um novo peso após as eleições de 2024. João Delaroli (PL), filho do deputado Guilherme Delaroli e sobrinho do prefeito Marcelo Delaroli, foi eleito o vereador mais votado de Itaboraí, com 10.487 votos. Em janeiro de 2025, assumiu a presidência da Câmara Municipal, ampliando a presença da família em posições estratégicas da política local.

3. Os deputados e as mudanças de legenda

Carlos Jordy, deputado federal filiado ao PL, tem sido apontado como pré-candidato ao Senado nas eleições de 2026. Entretanto, o deputado vive um momento conturbado após uma recomendação de inelegibilidade emitida pela Procuradoria-Geral Eleitoral (PGE), em processo que tramita no Tribunal Superior Eleitoral

(TSE) e apura supostas irregularidades em sua campanha para a Prefeitura de Niterói, em 2024. A denúncia foi apresentada por Rodrigo Neves (PDT), atual prefeito de Niterói.

Outra representação com destaque em São Gonçalo é o deputado federal Dimas Gadelha (PT), uma das principais lideranças do partido no Leste Fluminense. O deputado apresenta em suas redes sociais pautas como o debate em torno do fim da escala 6x1. Embora ainda não haja confirmação oficial sobre uma possível candidatura em 2026, Dimas Gadelha é considerado uma figura estratégica para o PT no Leste Fluminense devido à sua forte base eleitoral em São Gonçalo, sua atuação como deputado federal e seu histórico de protagonismo político na região. Em 2024, o parlamentar ficou em 2º lugar na eleição para a Prefeitura de São Gonçalo em 2024, atrás de Capitão Nelson (PL).

Na esfera estadual, dois nomes ligados a Maricá estão na ALERJ: Renato Machado (PT) e Rosângela Zeidan (PT), ambos do partido do prefeito do município. Machado também mantém interlocução com Maricá, promovendo políticas desenvolvidas no município e defendendo sua ampliação para outras regiões do estado. O deputado se apresenta como representante direto da cidade na ALERJ. Antes do mandato parlamentar, Renato Machado presidiu a SOMAR, autarquia de Serviços de Obras de Maricá, e sua atuação política segue marcada pela valorização das obras públicas no município. Zeidan também mantém interlocução constante com Maricá, tanto por meio de suas redes sociais quanto em sua atuação legislativa. A deputada se posiciona com frequência em defesa dos direitos das mulheres. Além disso, declara-se evangélica e reafirma constantemente essa identidade, participando de atividades em igrejas do município. Alguns parlamentares que representam Niterói

na ALERJ e na Câmara dos Deputados se articulam em suas pré-campanhas para disputarem a reeleição. A deputada estadual Veronica Lima (PT), eleita para o seu primeiro mandato na ALERJ nas eleições de 2022 e que conta com forte base no campo progressista em Niterói, anunciou sua pré-candidatura à reeleição. Em 2023, foi eleita presidente da Comissão de Cultura da ALERJ, sendo a primeira mulher negra a ocupar a função. Já em 2025, foi reconduzida à Presidência por votação unânime na Casa, atuando também na comissão de Economia, Indústria e Comércio como suplente. Em Niterói, a deputada mantém uma aliança estratégica com o diretório municipal do partido, e na última eleição para presidente apoiou Édino Simeone (PT) que saiu vitorioso do pleito contra o adversário Guilherme Ribeiro, apoiado por Anderson Pipico, presidente nos dois últimos mandatos do diretório municipal e que passou a ocupar o cargo de vereador com a saída de Veronica para a ALERJ.

Nos quadros do PSOL, Niterói conta com um representante na ALERJ, o parlamentar e presidente do partido no Rio de Janeiro, Flávio Serafini, e dois na Câmara dos Deputados, a deputada Taliria Petrone e o deputado Pastor Henrique Vieira. Os três parlamentares anunciaram suas pré-candidaturas para disputarem a reeleição. Serafini foi eleito pela primeira vez em 2014, e atualmente exerce seu segundo mandato na ALERJ. Preside a comissão de Servidores Públicos, e reuniu assinaturas entre os mais diversos parlamentares da Assembléia para instaurar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar investimentos feitos pelo Rioprevidência e pela Cedae no Banco Master.

Petrone, deputada federal mais votada do PSOL nas eleições de 2018 no Rio de Janeiro, anunciou sua pré-candidatura à reeleição em janeiro, através de uma postagem em sua conta

no Instagram. Ela foi a única mulher a ser líder de bancada na Câmara em 2025. Taliria teve seu Projeto de Lei 6140/2025 aprovado na Câmara dos Deputados, na qual trata da divulgação do número 180 em conteúdos jornalísticos que noticiam casos de violência contra mulheres, seguindo para aprovação no Senado. O Ligue 180 integra o Pacto Nacional Brasil contra o Feminicídio, iniciativa do Governo Federal voltada ao enfrentamento da violência de gênero e à proteção das mulheres.

Recentemente Taliria Petrone foi notificada com a retirada de sua escolta armada pela Câmara do Deputados, que teve como justificativa a presença da parlamentar em eventos no Rio de Janeiro no Complexo da Maré e em Paciência, locais com presença do crime organizado. Petrone alegou estar presente em eventos oficiais que ocorreram nessas localidades, promovidos pela Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara e eventos do Governo Federal. Dada a repercussão e movimentação dela diante dessa retirada, recorreu diretamente ao presidente da Câmara Hugo Motta (Republicanos), para que fosse feita uma revisão da decisão do departamento de Polícia Legislativa, resultando na reversão da decisão e a manutenção da escolta por mais 90 dias.

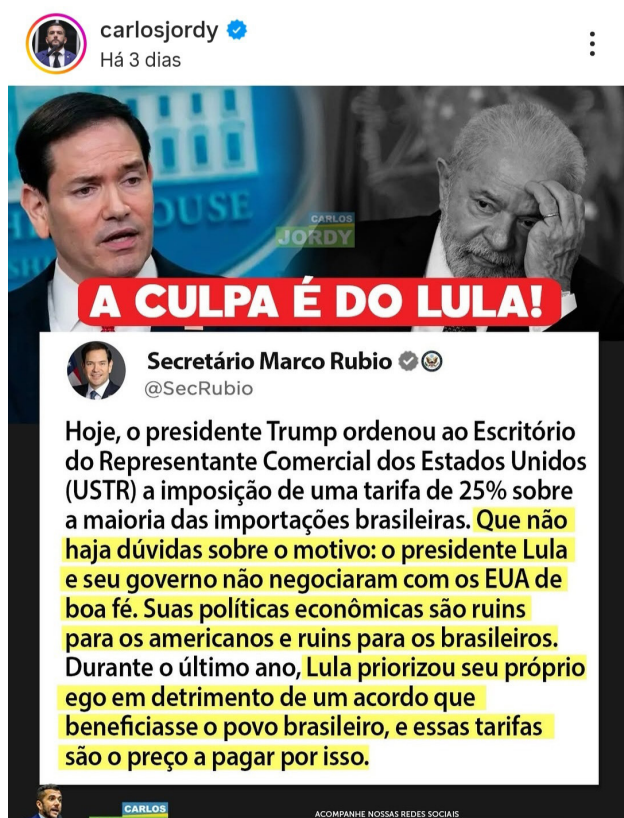
Pastor Henrique Vieira também já anunciou sua pré-candidatura para reeleição. O deputado busca pavimentar um diálogo do campo progressista com os evangélicos, setor esse que frequentemente demonstra identificação com o conservadorismo e a políticos do espectro da direita. Recentemente, seu nome esteve relacionado a uma possível articulação do deputado federal licenciado e atual ministro da secretária geral da Presidência da República, Guilherme Boulos, em uma manobra do ministro para deixar o PSOL e se filiar ao PT junto a outros parlamen-

tares que integram a corrente interna Revolução Solidária. O parlamentar teve seu Projeto de Lei 3839/24, que visa reconhecer “o Hip Hop como manifestação da cultura nacional”, aprovado na Câmara do Deputados.

Do outro lado do espectro político em Niterói está Carlos Jordy (PL), deputado federal em seu segundo mandato e aliado da família Bolsonaro. O parlamentar pleiteava a vaga deixada por Flávio Bolsonaro (PL) no Senado Federal com o senador Carlos Portinho (PL), mas saiu derrotado dessa disputa interna. O parlamentar sofre um processo no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em virtude de uma manifestação da Procuradoria Geral Eleitoral (PGE), que pede sua inelegibilidade por oito anos por abuso de poder e uso indevido dos meios de comunicação, o que foi indeferido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ). Recentemente, o parlamentar saiu vitorioso de uma ação judicial movida pelo Partido dos Trabalhadores (PT) que foi rejeitada pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT). A ação teve como base uma fala realizada em uma Comissão e que posteriormente foi publicada em sua conta no Instagram onde Jordy faz uma alusão da sigla do Partido (PT) com “partido dos traficantes”. A juíza responsável pelo caso, Gabriela Jardon Guimarães de Faria, da 6ª Vara Cível de Brasília argumentou que as falas “chamam atenção pela vileza, mas também pela tosquice, que se revela na pobre arquitetura da mensagem” e também apontou que o ato ocorreu “num ambiente de acirrada disputa político-eleitoral” e que “é frequente, e há de ser tolerável, a adoção de discurso vil, torpe, agressivo e infantilizado” se tratando desse período de embate eleitoral. Por fim, o processo foi arquivado e o Partido dos Trabalhadores (PT) foi condenado a reembolsar o parlamentar em 4

mil reais em honorários advocatícios.

Jordy também é um entusiasta da proposta de redução da maioria penal. Em seu Instagram, faz publicações favoráveis a essa ideia, e foi um dos 44 parlamentares que votaram “sim” para a PEC 32/2015 ser aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) que propõe a redução de 18 para 16 anos.



Postagem de Carlos Jordy de 16/07/2026. Reprodução/Instagram

Sul Fluminense

Angra dos Reis
Mangaratiba
Paraty

Sul Fluminense

por Felipe de Andrade e Gustavo André Couto Lourenço Marques

Eduardo Paes está no centro de um acordão que vem provocando mudanças no cenário político da Região. No pleito de 2026, o nome do psedista é importante vetor de voto tanto para o Congresso quanto para a Alerj.

Nesta seção, buscamos apresentar o contexto político durante a pré-campanha nos municípios da região do Sul Fluminense, indicando as principais movimentações políticas dos atores locais. Destacamos os municípios de Angra dos Reis, Mangaratiba e Paraty, que compõem a integralidade dessa região do estado do Rio de Janeiro.

Angra dos Reis

O município de Angra dos Reis permanece em compasso de espera em relação às eleições gerais de outubro deste ano. As principais movimentações advêm do clã Jordão, sendo destaques aqui a deputada Célia Jordão e seu ma-

Angra dos Reis



Agência Brasil



População	167.434
Eleitores aptos em Jul.	136.809

Mangaratiba



Foto Reprodução



População	41.220
Eleitores aptos em Jul.	46.639

| 40

Paraty



Agência Brasil



População	45.243
Eleitores aptos em Jul.	35.556

rido e ex-prefeito de Angra dos Reis, Fernando Jordão. Os Jordão mudaram de grupo político, rompendo a aliança com o grupo do ex-governador Cláudio Castro, saindo do PL e se aliando à corrente de Eduardo Paes. Essa mudança ficou marcada pela filiação de Célia ao PSD, partido do ex-prefeito do Rio. Fernando, por sua vez, filiou-se ao MDB durante a janela partidária deste ano. Diante disso, os Jordão buscam fortalecer suas posições para os cargos legislativos que pretendem pleitear nessa eleição — Célia vai em busca de seu terceiro mandato de deputada estadual, enquanto Fernando deve tentar retornar à Câmara dos Deputados.

Nessa busca, eles contam com o apoio de Eduardo Paes — candidato ao governo do estado — e do atual prefeito de Angra dos Reis Cláudio Ferretti (MDB), aliado de primeira hora dos Jordão. É importante notar a intensa agenda realizada por Célia na cidade de Angra e regiões adjacentes, tentando ampliar sua base eleitoral na região. O município também conta com outros fortes personagens na disputa eleitoral, uma vez que dois dos vereadores mais votados da cidade, Kelven da Saúde (PP) e Dudu do Turismo (PP), são aliados do deputado federal Doutor Luizinho (PP). Ainda que integrem a base do prefeito Ferretti, serão importantes puxadores de votos para o deputado em sua tentativa de reeleição, tendo em vista que os dois devem permanecer na vereança esse ano, sem disputar qualquer cargo majoritário.

Mangaratiba

Em Mangaratiba, o atual prefeito, Luiz Cláudio Ribeiro (Republicanos), renunciou ao seu mandato como deputado estadual para assumir a Prefeitura da cidade. Sua agenda política neste ano está focada nas entregas do mandato,

com raras menções à eleição geral de outubro. Cabe destacar, contudo, que no dia 7 de maio o prefeito recebeu em seu gabinete o deputado estadual Dr. Deodalto e o deputado federal Dr. Flávio, ambos do PL, para discutir assuntos relacionados à cidade de Mangaratiba. Logo, torna-se interessante observar se Luiz Cláudio será um cabo eleitoral do candidato do PL ao governo do estado, Douglas Ruas.

Quanto à Vereança da cidade, os três vereadores mais votados da cidade — Dr. Mair (PSD), João Felipe (Cidadania), Juninho Laurentino (Republicanos) — não mencionaram pré-candidaturas próprias e já anunciaram apoios a outros candidatos. Dr. Mair está apoiando o atual deputado estadual Rafael Nobre (União) para reeleição, enquanto João Felipe esteve em agenda recente com Dr. Luizinho em Brasília, sinalizando que será mais um apoio importante para o deputado federal na região.

Paraty

No município de Paraty, o atual prefeito Zezé Porto (Republicanos) também está com agenda focada nas entregas do mandato, mas já tem mostrado apoios mais claros em relação à eleição. No dia 14 de abril o prefeito esteve em um encontro com o então secretário estadual de Ambiente e Sustentabilidade Bernardo Rossi (Solidariedade). Rossi busca eleger-se deputado federal nesse pleito, dentro do grupo do ex-governador Castro, e Porto será um apoio importante. Quanto aos vereadores mais votados — Eric Porto (Republicanos); Lucas Cordeiro (PDT); Laion Campos (Avante) —, apenas Eric esteve engajado em movimentações políticas visando a eleição de 2026, estando presente em agenda no dia 4 de maio com a deputada federal que busca sua reeleição Rosângela Gomes (Re-

publicanos). Nesse sentido, os nomes eleitoralmente fortes da região, como Célia Jordão ainda não possuem bases eleitorais estabelecidas no município.

Os deputados e a janela partidária

Quanto aos deputados mais influentes na região, podemos destacar Hélio Lopes (PL), deputado com reduto eleitoral no Sul Fluminense, que permanece como uma das principais referências do bolsonarismo no estado do Rio de Janeiro. Durante a janela partidária, o deputado se manteve filiado ao PL. Militar de formação e deputado federal desde 2019, construiu sua atuação política em estreita associação com o ex-presidente Jair Bolsonaro e seus filhos, Flávio e Eduardo Bolsonaro, lideranças que aparecem com frequência em suas agendas e publicações nas redes sociais. Sua comunicação pública é marcada pela defesa de pautas ligadas à segurança pública, ao conservadorismo nos costumes e por críticas recorrentes ao governo do presidente Lula e aos partidos de esquerda. Durante o período analisado, o parlamentar manteve participação em eventos políticos dentro e fora do estado do Rio de Janeiro, incluindo agendas em Rondônia ao lado do vice-presidente do partido e pré-candidato ao Senado pelo estado, Bruno Scheid. As publicações observadas reforçam sua inserção nas redes políticas alinhadas ao bolsonarismo e sua atuação junto ao eleitorado conservador.

Entre os temas mais frequentes em suas redes sociais estão as discussões relacionadas à segurança pública e às políticas de identidade racial. O deputado manifestou-se contra as bancas de heteroidentificação utilizadas em concursos e processos seletivos e também ganhou repercussão ao encaminhar um ofício à Confederação



Hélio Lopes (PL)



Giovanni Ratinho (MDB)



Jorge Felipe Neto (PL)



Célia Jordão (PSD)



Luiz Cláudio Ribeiro (Republicanos)

Brasileira de Futebol defendendo a convocação do jogador Neymar para a Copa do Mundo de 2026, associando a ausência do jogador em determinadas convocações a fatores políticos. Na área da segurança, Hélio Lopes tem destacado a destinação de recursos e equipamentos para as forças policiais do estado, divulgando recentemente a entrega de armamentos e equipamentos de proteção para a Polícia Militar do Rio de Janeiro. O conjunto dessas ações reforça uma atuação fortemente concentrada nas pautas que mobilizam sua base eleitoral e o campo político ao qual está vinculado.

Outros deputados que obtiveram votações significativas na região no pleito de 2022 migraram de legenda visando as eleições de 2026: Giovanni Ratinho migrou durante a janela partidária do Solidariedade para o MDB e Jorge Felipe Neto deixou o Avante para se filiar ao PL. Como mencionado anteriormente, também foi esse o caso de Célia Jordão que migrou do PL ao MDB durante a janela partidária. Por fim, Luiz Cláudio Ribeiro, eleito deputado estadual em 2022 e atualmente prefeito de Mangaratiba, se manteve filiado ao Republicanos.

Macaé, Rio das Ostras e Cabo Frio

Macaé
Rio das Ostras
Cabo Frio

Macaé, Rio das Ostras e Cabo Frio

por Niara Melo Retana e João Pedro Alencar

A Região mostra que a direita fluminense enfrenta dificuldades em unificar grupos partidários para além da base ideológica nas urnas

Macaé



SECOM / Macaé



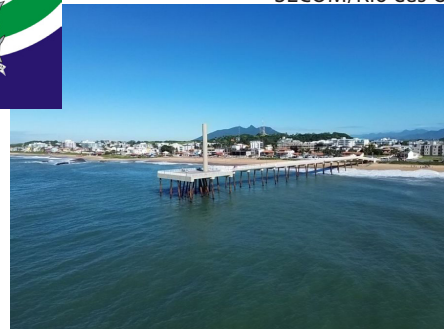
População
Eleitores aptos em Jul.

246.391
185.802

Rio das Ostras



SECOM/Rio das Ostras



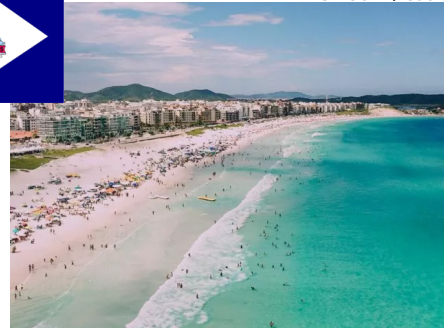
População
Eleitores aptos em Jul.

156.491
107.161

Cabo Frio



SECOM/Cabo Frio



População
Eleitores aptos em Jul.

222.161
178.511

Os municípios aqui analisados compõem o que se chama de Região dos Lagos. O IBGE define como compondo a Região Intermediária Macaé - Rio das Ostras - Cabo Frio, além dos municípios que dão nome à região, os municípios de Iguaba Grande, Arraial do Cabo, Armação dos Búzios, Araruama, São Pedro da Aldeia, Quissamã, Conceição de Macabu, Casimiro de Abreu e Carapebus. Macaé, Rio das Ostras e Cabo Frio apresentaram movimentações políticas expressivas durante o período analisado, principalmente no que diz respeito às eleições deste ano, e estão em destaque nesta seção.

No caso de Macaé, a relevância econômica do município para o setor de petróleo e gás natural faz com que a cidade tenha um papel político relevante na região. Já Cabo Frio, por possuir um dos maiores colégios eleitorais

da Região dos Lagos e atividade econômica expressiva ligada ao turismo e ao setor de serviços, é considerado estratégico para grupos políticos estaduais e partidos. Rio das Ostras, por sua vez, mantém crescimento populacional acelerado — dentre os 92 municípios do estado do Rio de Janeiro, Rio das Ostras foi considerado o segundo município com maior crescimento populacional relativo, de acordo com o Censo de 2022 do IBGE. A cidade teve um crescimento de 48,08% em relação ao Censo de 2010 — devido a fatores como o surgimento de novas atividades econômicas e o reaquecimento da indústria petrolífera, o que tem consolidado o município como um dos principais polos urbanos e eleitorais do interior do estado do Rio de Janeiro.

A política regional vem sendo caracterizada, ao longo dos últimos ciclos eleitorais, por uma maior articulação entre as elites políticas desses municípios, superando uma atuação predominantemente isolada dos governos municipais. Prefeitos e lideranças locais vêm fortalecendo relações por meio de alianças intermunicipais, participando de negociações com o governo do estado e órgãos de controle. Além disso, lideranças estaduais e federais passaram a visitar a região mais frequentemente, articulando com prefeitos da região e consolidando alianças para a disputa pelo governo do estado e pela ALERJ. Os atores políticos locais já estão demonstrando apoio a pré-candidatos a deputado estadual e federal, governador e presidente da República.

As articulações dos atores locais

As articulações entre os atores das elites políticas da Região dos Lagos se estendem entre deputados federais como Max Lemos (União Brasil), Otoni de Paula (PSD) e Soraya Santos

(PL), deputados estaduais como Chico Machado (PL) e lideranças municipais que já foram deputados estaduais ou já se candidataram a esse cargo, como Dr. Serginho (PL), Comte Bittencourt (Cidadania), Subtenente Bernardo (PSDB) e Raiana Alcebíades (PSD). A presença de atores políticos em agendas públicas, inaugurações de obras, reuniões institucionais e eventos municipais evidencia a tentativa de fortalecimento de capital político junto às administrações locais e ao eleitorado regional.

Dr. Serginho (PL), prefeito de Cabo Frio, não é pré-candidato a nenhum cargo, e suas prioridades parecem seguir concentradas na gestão municipal e na consolidação de sua liderança regional dentro do PL. Em suas redes sociais, está demonstrando apoio à pré-candidatura de sua irmã, Gabriela Azevedo, que é pré-candidata a deputada estadual pelo PL. Dr. Serginho havia sido reeleito ao cargo de deputado estadual em 2022 com 123.739 votos, sendo o mais votado em quatro municípios pertencentes à Região dos Lagos, mas abdicou do cargo para concorrer à Prefeitura de Cabo Frio.

Ele iniciou sua trajetória no PSL, legenda pela qual se elegeu deputado estadual em 2018, posteriormente passou pelo Republicanos e, em seguida, migrou para o PL, partido ao qual permanece vinculado desde 2022. Sua atuação política está associada ao grupo do governador Cláudio Castro, com quem manteve proximidade desde o período em que ocupou a Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação, nomeado por Castro, cargo que ocupou entre novembro de 2020 e abril de 2022, retornando à pasta no início de 2023. A permanência no PL reforça essa aliança com setores bolsonaristas da Região dos Lagos, especialmente em Cabo Frio, onde Dr. Serginho se consolidou como uma das principais lideranças da direita regional.

Em Macaé, Welberth Rezende foi eleito prefeito em 2024 após permanecer no Cidadania desde 2007, quando ainda era PPS. Em 2025, foi reconduzido à Presidência estadual do partido no Rio de Janeiro durante congresso partidário que reuniu lideranças importantes da legenda e aliados estratégicos. O evento contou com a presença de Eduardo Paes e do ex-deputado Comte Bittencourt, reforçando sua aliança e apoio a Paes. Em junho deste ano, Welberth anunciou a pré-candidatura de seu irmão, Márcio Rezende (PSD), a deputado federal e declarou seu apoio. Em Rio das Ostras, o prefeito Carlos Augusto (PL) mantém amplo capital político associado à experiência administrativa acumulada desde os anos 2000, especialmente por programas de orçamento participativo e gestão de royalties do petróleo. Em abril de 2026, esteve em uma reunião com o atual governador do Rio de Janeiro, Ricardo Couto, para tratar da redistribuição dos royalties do petróleo e das participações especiais.

Os deputados e as mudanças de legenda

No âmbito federal, as figuras mais proeminentes são os deputados federais Soraya Santos, Max Lemos e Otoni de Paula. Esses deputados foram os três eleitos mais votados na região analisada. Otoni recebeu 158.507 votos, Soraya, 130.379 e Max, 89.507. No início do ano legislativo, Max Lemos foi eleito presidente da comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados e saiu em defesa do fim da escala 6x1. O deputado tem se mostrado ativo nas redes sociais, postando diariamente sobre os encontros com lideranças locais do RJ, e compartilhando o andamento e resultados das obras de infraestrutura advindas das emendas parlamentares que o mesmo enviou para os municípios. O deputado foi pre-

feito por dois mandatos consecutivos em Queimados entre 2008 e 2016, onde teve uma taxa de aprovação de 93%. Essa relação com o poder local não apenas na região de Queimados mas também em boa parte dos municípios fluminenses, sobretudo da Baixada Fluminense, pode ser entendida como uma tentativa de aumentar sua base eleitoral para além dos municípios em que possui concentração de eleitores, a partir, por exemplo, do envio de emendas parlamentares.

Max Lemos sofreu uma tentativa de assassinato, no dia 3 de maio de 2026, enquanto retornava de uma agenda de visitas a Prefeituras e lideranças locais no noroeste do estado. O caso aconteceu em Duque de Caxias, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e não deixou nenhum ferido. No pronunciamento feito em seu Instagram, e na nota divulgada por sua assessoria, o papel do deputado como relator designado para o PL 4149/2004, que tem como objetivo aumentar a pena de reclusão em casos que há disparos de armas de fogo em situações estritamente proibidas, é cogitado como uma possível justificativa da ação dos atiradores.

Otoni de Paula tem se distanciado da ala bolsonarista da Câmara dos Deputados, tendo deixado de votar com a oposição nas decisões da Casa. Ele foi processado pelo Partido Liberal, que solicitou a exclusão de vídeos postados em suas redes sociais entendidos como difamatórios e enganosos a respeito de figuras como Flávio Bolsonaro, Cláudio Castro e Douglas Ruas, mas venceu o processo. O TRE-RJ rejeitou, no dia 23 de abril, o pedido de urgência do PL por chegar ao entendimento que o conteúdo dos vídeos apresenta críticas políticas que são parte do debate democrático. O deputado tem comparecido em uma série de eventos evangélicos, tanto na cidade do Rio de Janeiro como em outros municípios. Essa reaproximação com a comunidade

evangélica pode ser compreendida como uma tentativa de construção de uma nova base eleitoral, reafirmando seu papel como líder religioso e não alinhado com os setores mais extremos dentro da direita.

Por fim, a deputada Soraya Santos (PL) foi um dos nomes cotados para a vaga no TCU, e contou com o apoio de grandes figuras do PL, como o senador Flávio Bolsonaro e Michelle Bolsonaro. A disputa, que se iniciou em abril de 2026, ganhou contornos de prévia eleitoral. Soraya emergiu como a aposta do PL, substituindo o nome inicial de Hélio Lopes (PL) em uma corrida que reuniu outros parlamentares de peso, como Elmar Nascimento (União Brasil), Danilo Forte (PP), Hugo Leal (PSD), Gilson Daniel (Podemos), Adriana Ventura (Novo) e o governista Odair Cunha (PT). No entanto, momentos antes do início da votação no plenário, no dia 14 de abril, Soraya optou por retirar seu nome da disputa. A manobra fez parte de uma estratégia de última hora para afunilar os votos da direita e do PL em torno de Elmar Nascimento, na tentativa de evitar a vitória do PT. O esforço, contudo, não funcionou e o candidato governista saiu vitorioso com o apoio do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos).

O desfecho dessa votação nos auxilia a entender a correlação de forças que perpassa o cenário eleitoral, demonstrando a dificuldade da direita em unificar blocos partidários para além de sua base ideológica mais extremista. Ainda assim, o PL utilizou o episódio para marcar posição, visando 2026. Em seu discurso de desistência, Soraya Santos nacionalizou o debate e justificou seu recuo como um sacrifício em

nome da união da direita e do projeto presidencial de Flávio Bolsonaro.

Com o encerramento da janela partidária no dia 3 de abril, houve mudanças no posicionamento das lideranças da região em âmbito federal e estadual. O deputado Otoni de Paula deixou o MDB para integrar o PSD, buscando a reeleição e o suporte partidário que havia perdido após romper com o bolsonarismo. A mudança de partido ocorreu logo após o anúncio da pré-candidatura de Ronaldo Caiado à Presidência. Otoni aposta em um grupo político mais moderado dentro da direita e tenta aproximar Caiado da comunidade evangélica. Otoni descreveu o presidenciável como um “conservador

legítimo” e o “bálsamo” dos evangélicos durante o evento de oficialização da pré-candidatura de Caiado pelo PSD, no dia 31 de março deste ano. O deputado Max Lemos deixou o PDT para filiar-se ao União Brasil. O anúncio aconteceu por meio de uma postagem no perfil oficial do partido, no Instagram. A postagem

contém diversos elogios e um breve resumo da trajetória política do deputado. A postagem é de co-autoria dos perfis do partido e do perfil do deputado. A mudança de partido ocorreu após o desgaste entre o PDT e Lemos, após ele tomar uma posição crítica ao governo Lula e se aproximar da coligação União Progressista. Ele ainda não confirmou que tentará a reeleição, mas a movimentação do deputado sugere que Lemos irá compor a bancada da federação.

Em suas redes, o deputado se mostra ativo, realizando postagens diárias sobre seu papel como presidente da comissão de Trabalho, sobre as pautas que defende na Câmara, o encontro

Há uma dificuldade da direita em unificar blocos partidários para além da base ideológica mais extremista

constante com lideranças locais dos municípios do estado e apresenta atualizações sobre os destinos de suas emendas parlamentares, principalmente nos municípios mais afastados da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Seus encontros com lideranças locais apresentam um tom de apoio, reforçando a ideia de diálogo que o deputado defende em suas postagens. Em especial, o prefeito de São Pedro da Aldeia, Fábio do Pastel (PL) e Fabinho Filé (PDT), vereador de Teresópolis. A partir dessa série de encontros, é possível observar que o deputado mantém uma relação cordial e até mesmo de aliança com figuras públicas diversas no espectro político.

A deputada Soraya Santos permaneceu no PL durante a janela partidária e, embora ainda não haja confirmação formal, tentará a reeleição para seu quarto mandato. Soraya é deputada federal desde 2014, quando foi eleita pelo MDB. Durante a janela partidária de 2018, se filiou ao então PR (atual PL) e foi reeleita em 2022. Suas redes sociais não são tão ativas quanto dos outros deputados federais da região, sendo atualizada semanalmente com conteúdos em defesa da mulher e dos animais, para além dos compromissos partidários, como a apresentação de novos quadros para compor as fileiras do partido. Para além, é defensora da indicação de uma mulher para o Supremo Tribunal Federal.

Já no âmbito estadual, Chico Machado (PL) é pré-candidato à reeleição e mudou de partido, saindo do Solidariedade para se juntar ao PL. Antes disso, ele já havia sido filiado ao PMDB, ao PDT e ao PSD. Em 1996, candidatou-se a vereador de Macaé e foi eleito, tornando-se assim o vereador mais novo da história da cidade na época, com 20 anos. Quando concorreu ao seu quinto mandato neste cargo em 2012, foi o mais votado, e depois disso, tentou ser prefeito de Macaé em 2016, porém acabou

em segundo lugar, até se candidatar a deputado estadual e vencer as eleições, mantendo-se nesse cargo até então. Chico mantém uma relação de cooperação institucional com o prefeito Welberth Rezende, seguindo pautas locais e interlocução com o governo estadual.

No dia 4 de abril, ele anunciou em seu Instagram que teria recebido um convite para integrar o PL, e que o aceitou, além disso, aproveitou a postagem para demonstrar apoio ao candidato Flávio Bolsonaro (PL) e dizer que foi bem recebido ao lado do senador Bruno Bonetti (PL), que tomou posse como suplente do senador Romário (PL). Em seu primeiro pronunciamento, elogiou Cláudio Castro e defendeu Jair Bolsonaro, o deputado federal e presidente do PL-RJ Altineu Côrtes, e o pré-candidato ao governo do Rio de Janeiro, Douglas Ruas (PL). Suas postagens nas redes sociais costumam ser voltadas para divulgação de projetos de lei em prol dos empresários, principalmente de Petrópolis, e divulgação de vídeos e fotos com Flávio. Também postou fotos com Douglas Ruas quando este assumiu a Presidência da ALERJ.

Alguns atores políticos que participaram das eleições nacionais de 2022 como candidatos a deputados estaduais e que receberam a maior quantidade de votos na Região dos Lagos, mesmo sem ganhar as eleições, foram Raiana Alcebíades (PSD), que até então era mais conhecida como Raiana de Chiquinho, ex-vice-prefeita de Araruama, Subtenente Bernardo (PSDB), eleito deputado estadual em 2018 pelo PROS, candidato ao mesmo cargo em 2022 pelo DC com 22.087 votos porém não eleito, e que atualmente está ligado à secretaria de Meio Ambiente e fiscalização de Cabo Frio, e Comte Bittencourt (PSB), ex-deputado estadual pelo Cidadania por quatro mandatos que acaba de assumir a presidência do PSB no RJ, partido ao qual voltou

após 25 anos afastado.

Raiana de Chiquinho tinha esse nome de urna em 2022, quando se candidatou a deputada estadual, e em 2020 quando foi eleita como vice-prefeita de Araruama. O apelido vinha do conhecido ex-prefeito de Araruama “Chiquinho da Educação” que foi prefeito por dois mandatos, 2000 a 2008, e de sua esposa, Livia de Chiquinho, que foi prefeita da mesma cidade, também por dois mandatos, em 2016 e 2020, a primeira prefeita mulher do município. Em 2022, Chiquinho iria concorrer a uma vaga na ALERJ, porém ficou inelegível pela Lei da Dicha Limpa, o que significou retirar sua candidatura em agosto de 2022 e lançar Raiana em seu lugar. O “de Chiquinho” veio como uma forma de associá-la a esse grupo político, o que se diluiu em 2023, quando houve um anúncio oficial de rompimento do grupo com Raiana.

Chiquinho fez um vídeo onde ele afirmou que “a vice não fala mais em nome dele, do grupo ou da prefeita Livia Belo”. O ex-prefeito frisou também que “os princípios do grupo têm Deus como alicerce de vida e a família como base de tudo”. Segundo ele, quem não entender esses princípios não permanece no grupo. Raiana deu entrevistas ao programa Debate Nossa Rádio 102,5 FM e podcasts e chegou a dizer que “as mulheres precisam ocupar espaços sem carregar ninguém nas costas” e que as mulheres não devem aceitar serem oprimidas, passando a se chamar Raiana de Araruama. Recentemente, tem feito postagens no Instagram apoiando a pré-candidatura ao governo do estado de Eduardo Paes (PSD), pré-candidatura a deputado estadual de Thiago Moura (PSDB) e a de deputado federal de Renan Ferreirinha (PSD).

Subtenente Bernardo ingressou nos quadros da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro em 1980, onde esteve até o ano de 2017.

Em 1998, foi promovido a 2º Sargento PM e escolheu viver em Cabo Frio, onde atuou como policial por muitos anos. Foi em 2018 que passou por uma transferência compulsória para a Reserva da PMERJ e decidiu migrar a sua atuação na área de Segurança Pública para a política, pois se dizia “sensível às necessidades dos cidadãos de Cabo Frio”, como diz sua biografia presente no site da ALERJ. Nas eleições do mesmo ano, foi eleito deputado estadual do Rio de Janeiro pelo PROS com 16.855 votos.

Durante seu mandato na ALERJ, foi líder da bancada do seu partido e presidente da Comissão Para Prevenir e Combater a Pirataria no Estado do Rio de Janeiro, além de participar de diversas outras comissões, propôs à ALERJ a criação de uma comissão permanente de Combate à Corrupção, Lavagem de Dinheiro e Defesa da Integridade Pública, assim que foi eleito deputado. Também foi coautor da Lei que garante absorventes distribuídos gratuitamente em escolas públicas do RJ.

Participou das eleições de 2022 como candidato a deputado estadual novamente, dessa vez pelo DC, porém não se elegeu, e atualmente está como um dos profissionais da Secretaria de Meio Ambiente de Cabo Frio, atuando no combate aos maus tratos aos animais e proteção ao meio ambiente. Em seu Instagram, as postagens costumam ser sobre resgate de cachorros abandonados, recordações de seus tempos como PM, apresentação de suas armas de fogo e postagens em tom cômico. Recentemente, em uma dessas postagens, anunciou que está como pré-candidato a deputado federal pelo PSDB.

Comte Bittencourt (PSB), não atua como deputado estadual no momento, porém, já cumpriu quatro mandatos no cargo de 2003 a 2018. Antes disso, ele já havia sido vereador por três mandatos em Niterói, assumindo a Presidência

da Câmara Municipal e, em 1998, sendo convidado a ser secretário de Educação da cidade. Ele foi eleito como deputado estadual pela primeira vez em 2002 e seu último mandato foi em 2018. Naquele ano, deixou a Assembleia Legislativa para concorrer ao cargo de vice-governador na chapa de Eduardo Paes, mas não foi eleito. Depois disso, permaneceu como vice-prefeito de Niterói, concorrendo a deputado estadual em 2022, também não sendo eleito. Apenas em 2024 voltaria a ter a chance de ser deputado estadual no lugar de Fred Pacheco (PL) em decorrência da retotalização dos votos determinada pela Justiça Eleitoral. A mudança decorreu de decisões do Tribunal Superior Eleitoral sobre a distribuição das chamadas sobras eleitorais, que alteraram o cálculo do quociente partidário. Entretanto, a decisão teve seus efeitos suspensos por recurso apresentado pelo então deputado Fred Pacheco, mantendo-se no exercício do mandato. Em março de 2026, ele esteve envolvido em uma briga no Cidadania por ter sido eleito presidente do partido dois dias depois da sigla eleger outro nome. Roberto Freire (Cidadania), que reassumiu o controle da legenda em dezembro por meio de uma limiar, teria escolhido Alex Manente (Cidadania) para assumir o cargo. Comte e Freire representam grupos com visões distintas no mesmo partido, e brigavam na Justiça para ser o presidente nacional da sigla. Em 28 de março, o TSE invalidou a eleição de Comte e registrou Alex Manente como presidente nacional do Cidadania.

Desses nomes que participaram das eleições nacionais de 2022 como candidatos a deputados estaduais com maior quantidade de votos na Região dos Lagos, Chico Machado (PL) e Subtenente Bernardo (PSDB) estão como pré-candidatos, Chico para deputado estadual e o Subtenente para deputado federal. Já Raiana

Alcebíades declara seu apoio a Thiago Moura como deputado estadual, Renan Ferreirinha a deputado federal e Eduardo Paes a governador. Comte Bittencourt segue operante politicamente, embora não muito ativo nas redes sociais.

Campos dos Goytacazes

Campos dos Goytacazes
Itaperuna
São João da Barra

Campos dos Goytacazes

por Millena Dias, José Fernando Balbi e Silvana Telles

Afetada pelas fortes chuvas no início do ano, a região enfrenta intensas reconfigurações políticas lideradas pelos Garotinho

Campos dos Goytacazes



SECOM /CDG



População	483.540
Eleitores aptos em Jul.	370.249

Itaperuna



Agência Brasil



População	101.041
Eleitores aptos em Jul.	76.210

São João da Barra



SECOM/SJB



População	36.573
Eleitores aptos em Jul.	43.196

A Região Intermediária de Campos dos Goytacazes abrange 18 municípios que integram este território, são eles: Aperibé, Bom Jesus do Itabapoana, Cambuci, Campos dos Goytacazes, Cardoso Moreira, Italva, Itaocara, Itaperuna, Laje do Muriaé, Miracema, Natividade, Porciúncula, Santo Antônio de Pádua, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana, São João da Barra, São José de Ubá e Varre-Sai. Municípios como Campos dos Goytacazes, Itaperuna e São João da Barra concentram as movimentações políticas mais intensas, seja pelo peso econômico, pela centralidade regional ou pela capacidade de articulação de suas lideranças. Trata-se de um território heterogêneo, marcado por polos regionais com maior capacidade administrativa e por municípios menores fortemente dependen-

tes de articulações intergovernamentais.

No que diz respeito às lideranças políticas identificadas, observa-se a centralidade de deputados estaduais e federais com desempenho eleitoral expressivo, especialmente concentrados em municípios estratégicos como Campos dos Goytacazes e Itaperuna. Em Campos, destacam-se nomes como Bruno Dauaire (União), Thiago Rangel (Avante), Carla Machado (PSD) e Rodrigo Bacellar (União), evidenciando uma forte presença do município no Legislativo estadual e sua influência sobre a agenda do estado. Em Itaperuna, nomes como Murillo Gouvêa (PSDB) e Jair Bittencourt (PL), os deputados federal e estadual mais votados do município, respectivamente, reforçam o papel do município como pólo político no Noroeste Fluminense. Essa configuração indica que, embora as Prefeituras tenham protagonismo administrativo, a mediação com deputados estaduais e federais permanece fundamental para viabilizar recursos, obras e visibilidade política.

A região intermediária de Campos dos Goytacazes tem atravessado, desde fevereiro, um período marcado por reconfigurações políticas relevantes, com mudanças no comando de Prefeituras, disputas eleitorais intensificadas e episódios que impactaram diretamente o cenário institucional. Entre os acontecimentos mais significativos estão a saída de Wladimir Garotinho da Prefeitura de Campos dos Goytacazes, após sua filiação ao PL e o anúncio de sua pré-candidatura a deputado federal em abril. Antes filiado ao PP, Wladimir deixou a administração municipal sob comando do vice-prefeito Frederico Paes (MDB), movimentação que provoca rearranjos políticos tanto em Campos quanto em municípios próximos da região, uma vez que Campos é o principal polo político do norte fluminense, possuindo o maior colégio eleitoral,

além de ser motor econômico da região. Portanto, mudanças na Prefeitura acabam influenciando prefeitos, vereadores e lideranças de cidades vizinhas, que frequentemente se alinham aos grupos políticos campistas.

Outro episódio de forte repercussão política em Campos dos Goytacazes foi a investigação envolvendo dois grandes nomes campistas, os deputados estaduais Thiago Rangel e Rodrigo Bacellar. As apurações resultaram na prisão de Bacellar, em março, e posteriormente na de Thiago Rangel, em abril. Apesar da proximidade temporal entre os casos, as investigações não possuem ligação entre si.

Em Itaperuna, as movimentações políticas recentes também envolveram lideranças tradicionais do município. Em maio, o ex-prefeito Alfredão (União), pai do deputado federal Murillo Gouvea, foi exonerado do cargo que ocupava na Secretaria de Habitação de Interesse Social do governo estadual. A saída ocorreu em meio ao processo de reformulação administrativa conduzido pelo governador em exercício Ricardo Couto, marcado por uma série de exonerações e revisões internas na estrutura do estado.

Além disso, as articulações políticas foram impactadas pelas fortes chuvas registradas no início do ano, fora os danos causados em diferentes áreas do município, a crise mobilizou disputas em torno da capacidade de resposta da administração pública, intensificando cobranças sobre infraestrutura urbana, prevenção de riscos e gestão municipal. A atuação do prefeito Nel Medeiros (PL), do vice-prefeito Jair Neto (PL) e de parlamentares ligados à região, como Jair Bittencourt deputado estadual e avô do vice-prefeito, passou a ocupar espaço central nas articulações políticas locais, especialmente diante da necessidade de viabilizar apoio emergencial e ações de reconstrução.

Já em São João da Barra, as movimentações são majoritariamente econômicas, atravessadas pela discussão em torno da possível redistribuição dos royalties do petróleo entre os municípios brasileiros. A expectativa de que o Supremo Tribunal Federal (STF) seja favorável à revisão dos critérios atuais de distribuição mobilizou lideranças políticas da região e ampliou preocupações sobre os impactos econômicos para cidades produtoras do Norte Fluminense. Segundo estudo de impacto realizado pelo governo municipal, São João da Barra pode sofrer uma queda de até 85% na arrecadação dos royalties atualmente previstos. Diante desse cenário, a prefeita Carla Caputi (União Brasil) passou a defender a manutenção do modelo atual de repasse, argumentando que uma redução dessa magnitude afetaria diretamente investimentos públicos, obras de infraestrutura e programas sociais no município, visto que, 34,4% da receita de São João da Barra dependem diretamente dos royalties do petróleo.

Ainda no cenário de incertezas em torno da arrecadação futura do município, Caputi avança com proposta para reajuste salarial dos servidores públicos do município. A prefeita enviou para Câmara a proposta entre o final de abril e o início de maio, contando com a instabilidade da queda das receitas de royalties e à tensão do julgamento da partilha no Supremo Tribunal Federal (STF), aliado ao ano eleitoral, assim, a perspectiva é que o reajuste fique na faixa de 3,5% a 4%.

As movimentações políticas observadas nos principais municípios da região também se refletiram nas articulações partidárias conduzidas por prefeitos e lideranças locais ao longo do período da janela partidária. Em Campos, observa-se um cenário de acontecimentos que movimenta toda a dinâmica eleitoral. A já mencio-

nada filiação do ex-prefeito Wladimir Garotinho ao PL trouxe alguns impactos, já que além de concorrer ao cargo de deputado federal, o qual já ocupou antes de ser prefeito, também anunciou que vai coordenar a campanha presidencial de Flávio Bolsonaro no Norte Fluminense.

As articulações dos atores locais

Entre os vereadores mais votados de Campos também há bastante movimentação. Kassiano Tavares (PP), aliado de Wladimir e mais votado em 2024, anunciou em entrevista ao jornal Campos 24 horas, ainda em 16 de dezembro de 2025, que concorrerá a deputado estadual. Igualmente, os vereadores de Campos associados a Rodrigo Bacellar também traçam seus caminhos. Marquinhos Bacellar (União Brasil) é cotado para a disputa de vaga a deputado federal ou estadual. A indefinição se dá por conta da prisão, mencionada anteriormente, do seu irmão, Rodrigo Bacellar. Além disso, Thamires Rangel (PMB), a segunda vereadora mais votada em 2024 e aliada do grupo, também tem complicações. A investigação da Polícia Federal sobre seu pai, Thiago Rangel, tem apontado também para uma possível compra de votos com recursos da educação. No meio desse cenário, as incertezas para esse grupo ficam ainda maiores.

Em São João da Barra, as movimentações acontecem menos no sentido de construções de candidaturas próprias e mais no apoio a outros atores. De maneira ainda inicial, é possível observar no Instagram as indicações de alianças: a prefeita Carla Caputi (União Brasil) dá apoio a deputada estadual Carla Machado (PSD); o vereador Júnior Monteiro (União Brasil), que teve a maior votação da última eleição, se associa ao deputado federal Murillo Gouvea (PSDB); o vereador Alan de Grussaí (União Brasil) se apro-

xima da deputada federal Daniela do Waguinho (Republicanos); já o vereador Kaká (Solidariedade) faz uma parceria com a deputada federal Dani Cunha (PL). Nesse contexto, é possível observar que os atores municipais também traçam seus caminhos e alianças, muitas vezes por meio de apoios políticos a parlamentares estaduais e federais.

Em Itaperuna, o cenário é bem similar. Também por meio do Instagram, é possível observar que o prefeito Nel Medeiros (PL) se articula com diversos deputados federais, mas seu apoio se dá para Hugo Leal (PSD). A vereadora Sargento Cristiane (União Brasil), a mais votada de 2024, se articula com o deputado federal Max Lemos (União Brasil). Já o vereador Eduardo do Toldo (PSD) auxiliará a campanha para deputada estadual de Keila do Toldo (Agir). O presidente da Câmara Municipal Paulo Cesar Contador (PSD) apoiará Manoela Peres (PL), ex-prefeita de Saquarema, para deputada federal. Nesse sentido, o que se apresenta é que os atores locais, tanto de Itaperuna, quanto de São João da Barra, fazem uma movimentação majoritariamente para dar apoio a candidaturas que já tenham mandato e buscam sua reeleição.

Os deputados e as mudanças de legenda

O movimento das mudanças de atores políticos relacionados à janela partidária no município de Campos do Goytacazes na região Norte Fluminense diversificou-se em duas frentes: os parlamentares que se mantiveram filiados ao mesmo partido no qual estavam nas eleições gerais de 2022 e os que mudaram de partido no tempo regulamentar estipulado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Entre os deputados estaduais e federais que permaneceram nas mesmas agremiações partidárias, se destacam os

nomes de: Bruno Dauaire (União Brasil), Aureo Ribeiro (SD), Jair Bittencourt (PL), Hugo Leal (PSD) e Rodrigo Bacellar (União Brasil).

O deputado estadual Bruno Dauaire eleito nos pleitos de 2014, 2018 e 2022, durante a janela partidária de 2026 manteve-se filiado ao partido União Brasil. O deputado federal Aureo Ribeiro eleito nos pleitos de 2010, 2014, 2018 e 2022 e ex-candidato a prefeito do município de Duque de Caxias em 2016 pelo Solidariedade (SD), durante o período da janela partidária de 2016 manteve sua filiação à mesma agremiação partidária.

O deputado federal Jair Bittencourt eleito nos pleitos de 2014, 2018 e 2022 e ex-prefeito do município de Itaperuna em 2004, manteve sua filiação ao Partido Liberal (PL). O deputado federal Hugo Leal eleito nos pleitos de 2010, 2014, 2018 e 2022 e candidato a vice-prefeito em 2016 pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), na janela eleitoral de 2026 manteve-se filiado ao Partido Social Democrático (PSD). Até o presente momento, nenhum dos parlamentares citados que permaneceram na mesma legenda partidária das eleições gerais de 2022, confirmou ou anunciou publicamente sua pré-candidatura à reeleição.

Rodrigo Bacellar teve seu mandato cassado pelo TSE, sendo considerado inelegível por oito anos por abuso de poder político e econômico no mesmo processo que cassou o ex-governador Cláudio Castro e do ex-vice-governador Thiago Pampolha. O ex-presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) foi preso em 3 dezembro de 2025 por suspeita de vazamento de informações sobre a prisão do também ex-deputado estadual TH Joias.

A prisão que foi uma das ações dos desdobramentos da operação da Polícia Federal intitulada “Unha e carne”, foi revogada pela ALERJ

no mesmo mês com o resultado de 42 votos favoráveis à revogação da prisão, 21 votos contrários, duas abstenções, três deputados faltantes e um licenciado. Já em fevereiro de 2026, Bacellar foi indiciado junto a TH Joias e mais três pessoas por uma possível ligação à facção Comando Vermelho. Com a formalização recente da cassação de seu mandato, voltou a ser preso pela Polícia Federal no dia 27 de março de 2026.

Já em relação aos deputados estaduais e federais que mudaram de partidos durante o período da janela partidária, destacam-se os nomes de Carla Machado (PSD), Thiago Rangel (Avante), Murillo Gouvêa (PSDB) e Caio Viana (PSDB). A deputada estadual Carla Machado anunciou sua mudança do Partido dos Trabalhadores (PT) para o Partido Social Democrático (PSD) em vídeo publicado em 3 de abril de 2026 em sua página oficial no Instagram. Nela, a parlamentar, além de declarar seu apoio ao pré-candidato a governador do Rio de Janeiro Eduardo Paes, também anuncia sua pré-candidatura à reeleição.

Ao longo de sua trajetória política Carla Machado também foi prefeita do município de São João da Barra por quatro vezes. O nome da parlamentar também esteve envolvido em uma polêmica relacionada à votação que levou à revogação da primeira prisão do ex-deputado estadual Rodrigo Bacellar ainda em dezembro de 2025. Contrariando a orientação do seu antigo partido, Carla Machado votou pela liberdade do então parlamentar e presidente da ALERJ em sessão realizada pela casa em 8 de dezembro de 2025.

O deputado estadual Thiago Rangel migrou em julho do ano passado do Podemos (PODE) para o Avante. A notícia de sua mudança de agremiação partidária foi anunciada tanto em sua conta oficial no Instagram, quanto na

página oficial do partido em 9 de julho de 2025. Recentemente, o parlamentar que também foi vereador pelo município de Campos dos Goytacazes nas eleições municipais de 2020, à época filiado ao Partido Republicano da Ordem Social (PROS), foi preso na “Operação Unha e Carne”, do dia 5 de maio de 2026.

No novo desdobramento da operação da Polícia Federal, que busca combater fraudes e irregularidades em processos de compra de materiais e contratação de serviços na Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC/RJ), o nome de Thiago Rangel é apontado em conversas por oferecer cargos na mesma Secretaria para nomes indicados por um traficante conhecido como “Junior do Beco”. O mesmo foi investigado em outra operação da PF no ano de 2024 intitulada “Postos de Midas”, relacionando o nome do deputado estadual a um esquema de lavagem de dinheiro em Campos dos Goytacazes que funcionava desde 2021.

Na atualização do caso presente, em 6 de maio de 2026, a manutenção da prisão preventiva do deputado estadual Thiago Rangel pelo Ministro Alexandre de Moraes do Supremo Tribunal Federal (STF) foi mantida, determinando que ela siga sem precisar do aval dos deputados na ALERJ. Já em desdobramentos recentes, foi encontrado no celular do parlamentar um vídeo com uma mala com um grande montante de dinheiro em espécie destinada supostamente ao financiamento de candidaturas de atores políticos aliados do parlamentar na município de Campos dos Goytacazes, bem como suspeita de caixa 2, entre outros supostos delitos.

O deputado federal Murillo Gouvêa, eleito nas eleições gerais de 2022, migrou do partido União Brasil para o Partido Social Democracia Brasileira (PSDB). O anúncio da mudança de partido foi feito na página oficial do

Instagram do PSDB Rio de Janeiro no dia 7 de abril de 2026 e na página do PSDB nacional em 12 de abril de 2026. Até o presente momento, em sua conta oficial ainda não há indicação de sua pré-candidatura à reeleição.

Por fim, o deputado federal Caio Vianna durante a janela partidária migrou do Partido Social Democrático (PSD) para o Partido Social Democracia Brasileira (PSDB). O anúncio de sua filiação foi feito através da página do Instagram do também deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro Luciano Vieira em conjunto com as páginas oficiais do PSDB e conta oficial do próprio parlamentar publicada em 7 de abril de 2026.

Na postagem referente a oficialização de sua filiação, Caio Vianna posa com a ficha junto ao presidente nacional do PSDB Aécio Neves e o deputado federal Adolfo Viana, líder do PSDB na Câmara e o deputado federal Luciano Vieira. O parlamentar já foi candidato a prefeito pelo município de Campos dos Goytacazes duas vezes pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) nas eleições municipais de 2016 e 2020. Nas eleições gerais de 2018 ainda filiado ao PDT e nas eleições gerais de 2022 ainda filiado ao PSD, o parlamentar foi eleito suplente a deputado federal.

Petrópolis

Três Rios
Teresópolis
Petrópolis

Petrópolis

por Priscila Schmitz, Lara Reis, Gabriel Meneguete e Márcia Lopes

Lideranças chegam ao pleito de 2026 com discursos que mesclam família, religião e administração das principais cidades da região na busca de uma cadeira no legislativo

Esta edição do guia acompanha as principais lideranças políticas com influência eleitoral na Região Intermediária de Petrópolis, incluindo atores que, embora ocupem cargos municipais, estaduais e federais, possuem base eleitoral consolidada ou em expansão nos municípios da região. O levantamento abrange lideranças de Três Rios, Teresópolis e Petrópolis, além de parlamentares cuja atuação tem impacto direto sobre a dinâmica política regional.

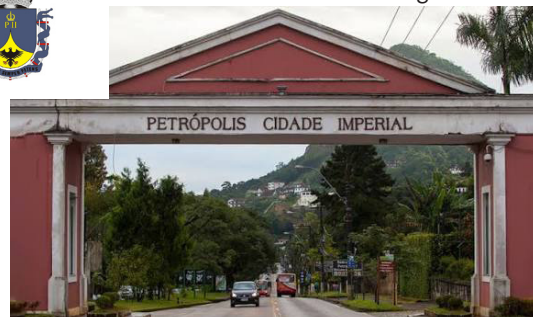
Os atores políticos analisados figuram entre os principais atores do cenário eleitoral regional, seja pela concentração de votos obtidos nas eleições anteriores, seja pela presença política contínua nos municípios. Sua atuação combina a destinação de recursos, a articulação com prefeitos, vereadores e outras lideranças locais, além da manutenção de agendas frequentes que contribuem para a consolidação e a expansão de suas bases de apoio.

O objetivo deste guia é identificar movimentações políticas, mudanças partidárias,

Petrópolis



Agência Brasil

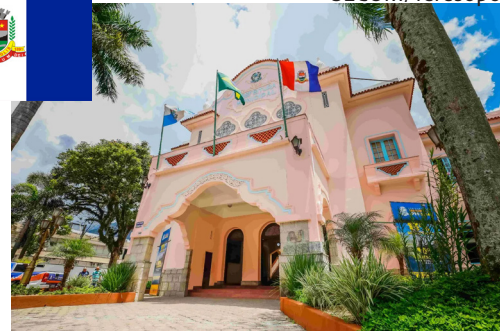


População	278.881
Eleitores aptos em Jul.	239.484

Teresópolis



SECOM/Teresópolis

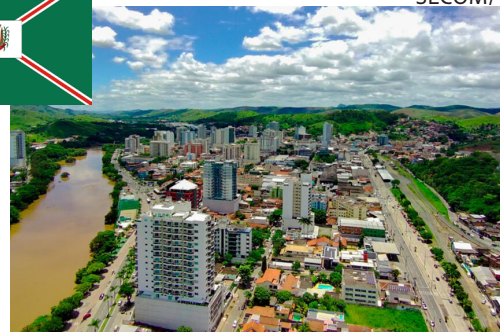


População	165.123
Eleitores aptos em Jul.	133.427

Três Rios



SECOM/TR



População	78.346
Eleitores aptos em Jul.	62.587

articulações institucionais e estratégias de pré-campanha que possam influenciar as disputas eleitorais de 2026. Ao acompanhar esses atores, busca-se oferecer um panorama das principais tendências, alianças e reconfigurações políticas que vêm sendo construídas na região.

Três Rios

O cenário político de Três Rios passou por uma reconfiguração importante após as eleições municipais de 2024. Naquele pleito, Joacir Barbaglio Pereira, popularmente conhecido como Joa foi reeleito pelo partido Republicanos com ampla vantagem eleitoral (60,99% dos votos válidos). No entanto, a manutenção da sua inelegibilidade por improbidade administrativa levou a confirmação, pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), da cassação da chapa eleita - que concorreu sob judice -, resultando na convocação de uma eleição suplementar em 2025.

A trajetória de Joa está diretamente associada à política trirriense. Com cinco mandatos consecutivos como vereador e três passagens pela Presidência da Câmara Municipal, consolidou uma extensa rede de relações políticas e influência local, tornando-se uma das principais lideranças do município nas últimas décadas.

Com a vacância do cargo em 2025, o então presidente da Câmara Municipal, Jonas Mascarenhas, conhecido como Jonas Dico, assumiu interinamente a chefia do Executivo. Vereador desde 2016, Jonas já ocupava posição de destaque no Legislativo Municipal e utilizou o período à frente da Prefeitura para ampliar sua visibilidade política e fortalecer suas articulações junto a parlamentares estaduais e federais.

A estratégia foi bem-sucedida. Na eleição suplementar realizada em outubro de 2025, Jonas foi eleito prefeito pelo Podemos, iniciando

um novo ciclo político na cidade. Desde então, sua atuação tem sido marcada pela busca de recursos externos e pela aproximação com lideranças políticas de diferentes campos partidários.

O discurso adotado pela administração municipal enfatiza a capacidade de articulação institucional como instrumento para viabilizar investimentos e ampliar a presença do município junto aos governos estadual e federal. Essa estratégia tem se refletido na participação frequente do prefeito em agendas fora da cidade, especialmente em Brasília, e em encontros promovidos por associações municipais.

Em abril de 2026, Jonas reuniu em Três Rios prefeitos, ex-prefeitos e gestores estaduais para discutir alternativas de desenvolvimento econômico para o interior fluminense. Entre os participantes, estavam lideranças como o ex-prefeito do Rio de Janeiro e atual pré-candidato ao governo estadual Eduardo Paes (PSD), o prefeito de Maricá Washington Quaquá (PT) e o deputado Max Lemos (União Brasil), evidenciando o esforço da administração municipal em ampliar seus canais de interlocução política.

A principal vitrine dessa estratégia tem sido a captação de recursos por meio de emendas parlamentares. Em maio de 2026, a Prefeitura de Três Rios anunciou a abertura de créditos adicionais decorrentes de transferências da União viabilizadas por emendas apresentadas por parlamentares da bancada fluminense no Congresso Nacional. Os recursos, superiores a 20 milhões de reais, foram destinados às áreas da saúde, infraestrutura urbana, assistência social e lazer.

As emendas envolveram parlamentares de diferentes partidos, entre eles Bebeto (Podemos), Carlos Jordy (PL), Lindbergh (PT), Ricardo Abrão (União Brasil), Benedita (PT), Max

Lemos (União Brasil), Dr. Flávio (PL) e Marcos Soares (recém filiado ao PSDB). O município também recebeu recursos articulados junto ao senador Carlos Portinho (PL) e ao Ministério da Saúde, este em articulação através do deputado Lindberg. Outro parceiro frequente da administração municipal tem sido o deputado Juninho do Pneu, responsável pela destinação de investimentos para o distrito de Bemposta.

Além da disputa pelo Executivo municipal, as eleições de 2024 também revelaram as principais lideranças do Legislativo trirriense. O vereador mais votado foi Anderson Bento de Medeiros, conhecido como Professor Anderson Muriçoca (PRD). Professor de educação física e vereador desde 2020, consolidou-se como uma das principais vozes da oposição local ao disputar a eleição suplementar de 2025 contra Jonas Dico. Nos últimos meses, seu nome também passou a ser mencionado nos bastidores políticos como possível candidato a deputado estadual nas eleições de 2026.

O segundo vereador mais votado foi o próprio Jonas Dico, cuja eleição para a Prefeitura acabou alterando a composição das forças políticas locais. Sua trajetória no Legislativo municipal e a vitória na eleição suplementar o transformaram em uma das principais lideranças da cidade.

Em terceiro lugar ficou Flávio Duarte Pinto, conhecido como Professor Flávio (Republicanos). Vereador desde 2020, construiu sua atuação política a partir de pautas ligadas à educação e aos serviços públicos, consolidando uma base eleitoral própria e figurando entre os principais nomes do Legislativo municipal.

Outro ator que voltou a ocupar espaço no debate político local é o ex-prefeito Joa. Após a reversão das pendências que haviam resultado na rejeição de suas contas referentes ao exercício

de 2019, período em que presidia a Câmara Municipal de Três Rios, o ex-prefeito recuperou sua elegibilidade e passou a se movimentar com vistas às eleições de 2026. Atualmente é apontado como pré-candidato a deputado federal e busca reorganizar sua rede de apoios políticos após a cassação do mandato conquistado em 2024.

O lançamento de sua pré-candidatura reuniu importantes lideranças políticas do estado. Entre os presentes estavam o prefeito Jonas Dico, a primeira-dama do município, Livia Medeiros, que é apontada como pré-candidata à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro pelo Podemos e Eduardo Paes, pré-candidato ao governo estadual e uma das principais lideranças do campo político ao qual Joa busca se vincular. A presença desses atores sinaliza que, apesar dos episódios judiciais que marcaram os últimos anos de sua trajetória política, Joa continua inserido em redes de articulação relevantes e pretende permanecer como uma das principais referências eleitorais de Três Rios.

Teresópolis

Teresópolis é atualmente governada por Leonardo Vasconcellos (União Brasil), eleito prefeito em primeiro turno nas eleições municipais de 2024. Com trajetória construída no Legislativo municipal, pelo PMDB em 2017-2020 e pelo DC em 2020-2024, Leonardo consolidou-se como uma das principais lideranças políticas da cidade e, desde a sua posse, tem buscado ampliar sua influência para além da Região Intermediária Petrópolis.

O principal movimento nessa direção ocorreu em março de 2026, quando assumiu a presidência nacional da União Brasileira de Apoio aos Municípios (UBAM). A eleição para o cargo representou um importante avanço na

trajetória política. Antes de chegar à presidência nacional da entidade, Leonardo já ocupava a representação fluminense da UBAM, função exercida a partir de agosto de 2025. A ascensão ao posto máximo da organização amplia sua capacidade de articulação junto a prefeitos de diferentes estados e fortalece sua imagem como defensor das pautas municipalistas. No dia 11 de julho de 2026, Leonardo Vasconcellos se encontrou com o pré-candidato à Presidência Ronaldo Caiado (PSD) e com o deputado federal Hugo Leal (PSD) em um encontro do partido na região.

Em suas redes sociais, o prefeito procura associar sua gestão à ampliação dos serviços públicos e à execução de políticas voltadas para o bem-estar da população. Entre as iniciativas mais divulgadas, estão o programa Domingo Tarifa Zero, que garante transporte público gratuito em determinados períodos, e o programa Olho para Todos, voltado à realização de exames oftalmológicos e distribuição de óculos

para a população. A divulgação dessas ações busca reforçar uma imagem de gestão voltada para a ampliação do acesso à serviços públicos, uma demanda frequente do eleitorado teresopolitano.

Em suas publicações, não comenta ou discute temas de amplitude nacional, mantendo sua comunicação regionalizada. Devido ao período eleitoral está dedicando esforços para a promoção da sua esposa Cláudia Vasconcellos que dia 18 de julho lançou sua pré-candidatura a Deputada Estadual pelo PSD. Ambos reforçam a imagem e mensagem de uma família estruturada, feliz e harmoniosa.

É possível notar em algumas publicações a intenção de aproximar o eleitor para o núcleo familiar da família Vasconcellos. Cláudia é chamada de pilar da família, generosa e atenciosa, e destaca que ser mãe é uma “dádiva de Deus” e sente o peso de ter uma “Teresópolis inteira para cuidar e amar”.

Há um limiar interessante onde no pró-



Postagem de Claudia Vasconcellos. Reprodução/Instagram

prio discurso se mistura o que é família e o que é a cidade, o papel de mãe e seu papel político (que não é citado diretamente). A comunicação de ambos, Cláudia e Leonardo Vasconcellos, dialoga e funciona de forma conjunta.

No Legislativo municipal, os três vereadores mais votados nas eleições de 2024 foram Marcos Rangel (PP), Fidel Faria (União Brasil) e Fabinho Filé (PDT). Marcos Rangel exerce seu segundo mandato como vereador e mantém forte articulação política com lideranças políticas estaduais e federais. Em suas redes sociais, são frequentes as agendas ao lado do deputado federal Luiz Antônio Corrêa (PP) e do seu filho, o deputado estadual André Corrêa (PSD). Entre as pautas defendidas pelo grupo, destaca-se a mobilização pela manutenção dos polos do CEDERJ e da UERJ em Teresópolis, iniciativa que contou com a articulação do deputado estadual junto ao governo do estado e às instituições de ensino.

Fidel Faria, atual vice-presidente da Câmara Municipal, tem se destacado pela atuação voltada à articulação institucional e à captação de recursos para o município. Filiado ao mesmo partido do prefeito, mantém proximidade com o governo municipal e frequentemente participa de agendas ao lado de parlamentares federais. Entre elas, destaca-se sua participação no Grande Encontro da Região Serrana, realizado em Teresópolis por iniciativa do deputado federal Beбето (Podemos). O vereador também esteve em Brasília em reuniões com representantes da Enel, agenda articulada pelo parlamentar, que figura entre os deputados que mais destinaram recursos para o município. Sua atuação tem sido marcada pela interlocução entre o Executivo municipal e parlamentares com influência na destinação de investimentos para a cidade, sobretudo na área da infraestrutura.

Fabinho Filé, por sua vez, exerce seu terceiro mandato consecutivo na Câmara Municipal e mantém uma relação política próxima ao prefeito Leonardo Vasconcellos. Suas redes sociais destacam ações voltadas principalmente para a área da saúde e para o atendimento das comunidades do interior do município. Entre as iniciativas divulgadas estão as carretas de atendimento oftalmológico que percorrem diferentes localidades da cidade. O vereador também tem ampliado sua interlocução com lideranças estaduais, especialmente com o deputado federal Max Lemos (União Brasil), a quem homenageou por meio de um Voto de Congratulações aprovado pela Câmara Municipal.

As movimentações observadas em Teresópolis evidenciam a centralidade das relações intergovernamentais na política local. O prefeito Leonardo Vasconcellos tem utilizado a visibilidade proporcionada pela presidência nacional da UBAM para ampliar sua interlocução com lideranças de diferentes regiões do país, enquanto os vereadores mais votados mantêm agendas frequentes com deputados estaduais e federais.

Petrópolis

Petrópolis é atualmente governada por Hingo Hammes (PP), eleito prefeito em 2024 após uma vitória expressiva no segundo turno, quando recebeu 74,74% dos votos válidos contra o deputado estadual Yuri Moura (PSOL). O resultado consolidou uma trajetória política iniciada no Legislativo municipal e marcada pela proximidade com pautas relacionadas à gestão pública e à administração da cidade.

A ascensão de Hingo ao Executivo municipal começou ainda em 2020. Naquele ano, foi eleito presidente da Câmara Municipal e assumiu interinamente a Prefeitura em janeiro de

2021, após a impossibilidade de posse do prefeito eleito Rubens Bomtempo (PSB) em decorrência de decisões judiciais. Embora tenha permanecido no cargo por menos de um ano, o período foi suficiente para ampliar sua visibilidade política e fortalecer sua imagem como alternativa ao grupo político que tradicionalmente comandava a cidade. Com a posterior diplomação de Bomtempo, Hingo retornou ao Legislativo, mas manteve sua projeção no cenário municipal, o que contribuiu para sua vitória nas eleições de 2024.

A melhoria da infraestrutura urbana tem ocupado posição central na agenda do governo municipal. Boa parte das articulações conduzidas pelo prefeito estão relacionadas à captação de investimentos e ao acompanhamento de projetos considerados estratégicos para a mobilidade da cidade, sobretudo aqueles que dependem da atuação conjunta entre Prefeitura, governo federal e parlamentares fluminenses. Nesse contexto, ganham destaque as agendas voltadas às obras da BR-040 e às intervenções consideradas prioritárias para a logística e a circulação urbana do município.

As agendas institucionais da administração, contudo, não se restringem à área de transportes. Hingo participou de reuniões em Brasília com o ministro da Saúde Alexandre Padilha e com o deputado federal Dr. Luizinho (PP) para discutir investimentos e demandas do setor no município. O prefeito também esteve com o governador em exercício, o desembargador Ricardo Couto, e realizou agendas na capital federal ao lado do deputado estadual Sérgio Fernandes (PSD) em busca de recursos para a área da educação. As iniciativas revelam uma estratégia de interlocução com diferentes esferas de governo, mobilizando atores políticos de distintos partidos em torno de pautas consideradas prioritá-

rias para Petrópolis.

Outro aspecto recorrente na ação do governo petropolitano é a valorização das parcerias políticas construídas fora do município. Hingo frequentemente compartilha agendas e anúncios ao lado de aliados com influência em Brasília e no governo estadual. Entre os nomes mais presentes estão o senador Romário (PL) e dos deputados federais Hugo Leal (PSD) e Dr. Luizinho (PP), parlamentares que aparecem com frequência nas redes sociais do prefeito associados a investimentos, recursos e projetos destinados à cidade.

A centralidade dessas articulações revela uma característica importante da estratégia política adotada pela atual administração. Mais do que enfatizar disputas partidárias ou posicionamentos ideológicos, a gestão procura associar sua atuação à capacidade de interlocução institucional e à obtenção de recursos para o município. Nesse sentido, a construção de parcerias com parlamentares e integrantes do governo federal ocupa espaço relevante tanto na agenda administrativa quanto na comunicação pública do prefeito.

No Legislativo municipal, os três vereadores mais votados nas eleições de 2024 foram Júnior Coruja (PSD), Júnior Paixão (PSDB) e Octavio Sampaio (PL), lideranças que ocupam posições distintas no cenário político petropolitano, mas, também no cenário partidário fluminense.

Júnior Coruja, atual presidente da Câmara Municipal, tem se destacado pela construção de pontes entre lideranças locais e atores relevantes da política estadual e nacional. Em maio de 2026, promoveu em Nogueira um encontro que reuniu os pré-candidatos João Drummond (PRD), que busca uma vaga na Assembleia Legislativa, e Hugo Leal (PSD), pré-candidato à

reeleição para a Câmara dos Deputados. O vereador também participou de agendas ao lado do ex-prefeito do Rio de Janeiro e pré-candidato ao governo do estado Eduardo Paes (PSD), ocasião na qual conduziu a entrega do título de cidadão petropolitano ao mandatário carioca. Outra liderança homenageada pela Câmara foi o deputado federal Pedro Paulo (PSD), apontado como pré-candidato ao Senado Federal. Na área de políticas públicas, Júnior Coruja tem destacado recursos destinados à saúde do município por meio de emendas parlamentares articuladas junto ao deputado Hugo Leal.

Júnior Paixão, segundo vereador mais votado, mantém uma atuação política fortemente vinculada às demandas locais e à relação com lideranças comunitárias do município. Sua agenda pública concentra-se na mediação de demandas cotidianas da população e no acompanhamento de serviços e intervenções realizadas pelo poder público municipal. A partir de visitas a bairros, reuniões com moradores, participação em eventos comunitários e encontros com representantes de diferentes segmentos da sociedade civil, o vereador reforça sua imagem como uma liderança política de proximidade, com atuação voltada principalmente para as questões locais.

Já Octavio Sampaio representa um perfil político distinto dos demais. Filiado ao PL, consolidou-se como uma das principais lideranças do campo conservador em Petrópolis, mantendo forte identificação com o bolsonarismo e presença frequente nos debates políticos de alcance estadual e nacional. Em suas redes sociais, temas relacionados à segurança pública, direitos civis e críticas ao governo federal ocupam posição central, assim como manifestações contrárias a partidos e lideranças da esquerda. Durante seu mandato, ganhou projeção ao apresentar pro-

postas voltadas à restrição da participação de mulheres trans em competições esportivas femininas e à regulamentação do uso de espaços segregados por gênero, pautas que mobilizaram apoiadores e críticos. O vereador intensificou suas movimentações com vistas às eleições de 2026, lançando sua pré-candidatura à Assembleia Legislativa pelo PL. A iniciativa contou com o apoio de importantes lideranças do partido, entre elas o senador e pré-candidato à Presidência da República Flávio Bolsonaro (PL) e o deputado federal Altineu Côrtes (PL). A combinação entre atuação legislativa, engajamento em pautas conservadoras e inserção nas redes bolsonaristas tem contribuído para ampliar sua visibilidade política para além dos limites do município.

Deputados Estaduais

Os deputados estaduais monitorados neste guia ocupam posição estratégica na dinâmica política da Região Intermediária Petrópolis. Além de representarem importantes canais de interlocução entre os municípios e o governo estadual, esses parlamentares influenciam a distribuição de recursos através da distribuição de emendas parlamentares, e desempenham papel importante na construção de alianças eleitorais e na formação de redes políticas que frequentemente ultrapassam os limites de seus redutos tradicionais.

Embora nem todos tenham como base eleitoral exclusiva a região, sua atuação política, presença institucional e capacidade de mobilização os tornam atores relevantes para compreender o cenário das eleições de 2026. Muitos mantêm vínculos com lideranças locais, participam de agendas frequentes nos municípios e utilizam seus mandatos para fortalecer redes de apoio

que extrapolam seus redutos eleitorais.

Nesse contexto, o acompanhamento desses parlamentares permite identificar movimentos de pré-campanha, estratégias de expansão territorial, aproximações entre grupos políticos e possíveis impactos sobre as disputas proporcionais e majoritárias na região.

André Corrêa (PSD) permanece como uma das principais lideranças políticas do interior fluminense. Em seu sétimo mandato na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), o deputado mantém uma estratégia de presença constante nos municípios e na interlocução com prefeitos, vereadores e lideranças locais. Suas agendas evidenciaram uma atuação voltada à consolidação da sua influência política em diferentes regiões do estado, especialmente a Região Serrana, Centro-Sul e Médio Paraíba. Em suas redes sociais, são frequentes as postagens sobre visitas e reuniões em municípios como Barra do Piraí, Volta Redonda, Barra Mansa, Vassouras, Trajano de Moraes, São Sebastião do Alto, Teresópolis e Sumidouro, frequentemente ao lado de prefeitos e parlamentares municipais. As agendas também revelam uma aproximação com lideranças que se movimentam para as eleições de 2026, entre elas o ex-prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), pré-candidato ao governo estadual, e Severino Dias (PSDB), ex-prefeito de Vassouras e pré-candidato à Câmara dos Deputados. Ao Senado, André Corrêa está apoiando Pedro Paulo do PSD. Sua estratégia de andar pelo interior do Estado de forma colateral fortalece a campanha de Eduardo Paes que busca aumentar sua influência no interior do Rio de Janeiro. O conjunto dessas movimentações sugere uma estratégia de fortalecimento de redes políticas regionais e de manutenção de uma presença territorial que historicamente caracteriza a atuação do parlamentar.



Postagem de André Corrêa. Reprodução/Instagram

No caso de André Corrêa, seu perfil possui um tom informal, priorizando conteúdo relacionado a sua atuação política, mas não excluindo alguma postagem familiar ou de tom mais pessoal.

Outro nome relevante é Bruno Boaretto (PL). Com trajetória iniciada na política municipal, foi vereador e prefeito de Macuco antes de alcançar projeção estadual como deputado. Em 2026, deixou temporariamente a Assembleia Legislativa em razão do retorno de parlamentares licenciados que ocupavam cargos no Executivo estadual. Apesar de estar momentaneamente fora do Parlamento, Boaretto manteve intensa atividade política e continua sendo apontado como um dos nomes competitivos para a dis-

puta por uma vaga na ALERJ. O deputado buscou reforçar sua presença junto às lideranças do interior fluminense por meio da promoção do encontro “Lideranças pelo Rio”, que reuniu prefeitos, vereadores e representantes políticos da Região Serrana e do Centro-Norte Fluminense.

O evento contou com a participação do presidente da Assembleia Legislativa, Douglas Ruas, e do deputado federal Altineu Côrtes, ambos figuras de destaque do PL e do campo político ao qual Boaretto está vinculado. A iniciativa evidencia uma estratégia voltada à manutenção e ampliação de sua rede de apoios regionais, reforçando sua posição como articulador político em municípios do interior do estado mesmo durante o período em que esteve afastado do mandato parlamentar.

Yuri Moura (PSOL) ocupa atualmente uma posição singular no cenário político da Região Intermediária Petrópolis. Vereador em Petrópolis entre 2021 e 2022, foi eleito deputado estadual naquele ano e consolidou-se como uma das principais vozes da esquerda fluminense no interior do estado. No contexto petropolitano, sua atuação é marcada pela oposição ao governo de Hingo Hammes, com frequentes posicionamentos sobre problemas relacionados à infraestrutura urbana, à mobilidade, à habitação e aos serviços públicos municipais. O parlamentar mantém forte presença em Petrópolis, combinando atividades de fiscalização, participação em debates públicos e articulação com lideranças do campo progressista. Suas redes sociais registraram agendas ao lado de importantes nomes da esquerda nacional e estadual, entre eles o deputado federal Tarcísio Motta (PSOL), a vereadora carioca Tainá de Paula (PT) e o deputado federal Lindbergh Farias (PT). As publicações nas suas redes sociais também evidenciam sua

proximidade com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e com pautas associadas ao governo federal.

Embora Petrópolis continue sendo seu principal reduto político, Yuri tem uma atuação que ultrapassa os limites do município. O deputado realizou agendas e atividades em cidades como Teresópolis, onde promoveu uma audiência pública sobre o direito à cidade, além de registros de atuação em municípios como Paraty, Cabo Frio e São José do Vale do Rio Preto. As iniciativas sugerem um esforço de ampliação de sua presença política para diferentes regiões do estado.

Outro eixo recorrente de sua atuação está relacionado à educação pública e à valorização dos profissionais da educação. Nesse sentido, destaca-se a realização da audiência pública “Somos Todas Professoras”, organizada em parceria com a deputada federal Professora Luciene Cavalcante (PSOL-SP). O encontro debateu o reconhecimento das educadoras infantis e a implementação da legislação federal que integra essas profissionais ao magistério. A combinação entre pautas ligadas aos direitos sociais, fiscalização dos governos locais e articulação com lideranças da esquerda nacional tem contribuído para consolidar sua posição como uma das principais referências progressistas da Região Intermediária Petrópolis.

Bernardo Rossi, por sua vez, oficializou sua filiação ao União Brasil em abril de 2026, após deixar o Solidariedade, legenda pela qual disputou uma vaga na ALERJ em 2022, quando ficou na suplência. Com a mudança de partido, passou a construir sua pré-candidatura à Câmara dos Deputados nas eleições de 2026. Sua trajetória política é marcada pela ocupação sucessiva de cargos eletivos e administrativos. Ao longo da carreira, exerceu seis mandatos eletivos, sendo

dois como vereador de Petrópolis (2005-2011), deputado estadual (2011-2015) e um como prefeito de Petrópolis (2017-2020). Também integrou o governo estadual em diferentes momentos, passando por três Secretarias de Estado do Rio de Janeiro: de Habitação (2015-2017), de Governo (2023-2024) e de Ambiente e Sustentabilidade (2024-2026). Nas disputas majoritárias municipais, foi candidato à Prefeitura de Petrópolis em 2012 e 2016 pelo PMDB e em 2020 pelo PL, sendo eleito apenas em 2016.

No início de 2026, Rossi pediu exoneração da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade para cumprir o prazo de desincompatibilização e disputar as eleições. À frente da pasta, administrou um orçamento superior a 1,5 bilhão de reais e esteve associado à execução de programas como o Limpa Rio, voltado ao desassoreamento de rios e córregos para reduzir os impactos das chuvas em diferentes municípios fluminense. Aliado ao ex-governador Cláudio Castro (PL), Bernardo Rossi é apontado como um dos nomes do grupo político para disputar uma vaga na Câmara Federal. Mesmo após a inelegibilidade de Castro, Rossi mantém a associação ao ex-governador em sua comunicação pública, frequentemente destacando parcerias realizadas durante a gestão estadual e referindo-se a ele como amigo.

Sua saída da secretaria foi seguida por mudanças na estrutura da pasta. Desde que assumiu interinamente o governo do estado, o desembargador Ricardo Couto promoveu a exoneração de mais de 80 ocupantes de cargos comissionados da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade, incluindo diversos indicados durante a gestão de Bernardo Rossi.

Nas redes sociais, Bernardo Rossi combina conteúdo político e institucional com mensagens de caráter pessoal e religioso. Suas publica-

ções costumam destacar agendas em diferentes municípios do estado, especialmente em Petrópolis, Teresópolis, Nova Friburgo, Volta Redonda, Duque de Caxias, Iguaba Grande e Itaperuna. Em Teresópolis, por exemplo, realizou publicações ao lado dos vereadores Anderson Aguiar (mais conhecido como Totó Online do PMB) e Cacau Repórter (União Brasil), relembrando obras executadas por meio do programa Limpa Rio durante sua passagem pela Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade.

Além das agendas institucionais, também divulga encontros com lideranças religiosas. Em uma publicação realizada em uma igreja em Itaipava, destacou a reunião com líderes religiosos “comprometidos com o propósito de transformar vidas através da fé”, relacionando o encontro à sua caminhada política e à nova missão que pretende assumir. As referências à fé cristã, à família e ao trabalho são elementos recorrentes em sua comunicação digital, buscando construir uma imagem de proximidade com o eleitorado e reforçar valores pessoais ao lado da sua atuação política.

Deputados Federais

Embora possuam bases eleitorais distribuídas por diferentes regiões do estado, os deputados federais monitorados neste guia possuem base eleitoral consolidada ou em expansão na Região Intermediária de Petrópolis, figurando entre os principais atores políticos com influência sobre o eleitorado local. Sua atuação na região é marcada pela manutenção de alianças com prefeitos, vereadores e outras lideranças municipais, além da destinação de recursos e da presença frequente em agendas institucionais e políticas.

A relevância desses parlamentares decor-

re não apenas da representação exercida na Câmara dos Deputados, mas também da capacidade de mobilizar investimentos federais, articular demandas dos municípios junto ao governo federal e fortalecer redes de apoio que influenciam as disputas eleitorais locais. O monitoramento dessas movimentações permite compreender as estratégias de consolidação de suas bases eleitorais e os principais alinhamentos políticos que podem impactar o cenário das eleições de 2026 na região.

Vinicius Farah (União Brasil) figura entre as principais lideranças políticas da Região Intermediária Petrópolis. Ex-prefeito de Três Rios e deputado federal entre 2019 e 2022, alcançou a condição de suplente nas eleições de 2022 e voltou a disputar a Prefeitura do município em 2024. Até março de 2026, ocupava a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços do Estado do Rio de Janeiro, cargo que deixou em meio ao processo de reorganização política que antecede as eleições de 2026, alimentando especulações sobre uma nova candidatura à Câmara dos Deputados.

Embora tenha ampliado sua atuação para diferentes regiões do estado ao longo dos últimos anos, sua comunicação pública permanece fortemente vinculada a Três Rios. Em suas redes sociais, são frequentes as referências às realizações de suas gestões municipais, estratégia que reforça sua associação com projetos de desenvolvimento econômico e infraestrutura implementados durante sua passagem pela Prefeitura. A cidade continua sendo seu principal reduto político e o eixo central de sua atuação pública.

Durante o período analisado, Farah manteve agendas em municípios como Resende e Vassouras, além de participar de iniciativas voltadas ao desenvolvimento regional e à atração

de investimentos. Entre elas, destaca-se sua participação em eventos empresariais, como o Maricá Business, e em encontros promovidos por entidades municipais e consórcios intermunicipais. Também esteve presente em reuniões do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento da Região dos Lagos (Conderlagos), ampliando sua interlocução com lideranças de diferentes regiões do estado.

Outro movimento relevante foi sua participação em evento promovido pelo União Brasil, em abril de 2026, voltado à discussão das perspectivas de crescimento econômico do Centro-Sul Fluminense. A presença nesses espaços evidencia uma estratégia de manutenção e fortalecimento de sua rede de relações políticas, combinando sua experiência administrativa com a articulação junto a lideranças municipais e estaduais, estratégia que lhe permite manter presença ativa no debate político mesmo após deixar o secretariado estadual.

Luiz Lima (Novo) figura entre os parlamentares federais com maior visibilidade no campo conservador fluminense. Ex-atleta olímpico, iniciou sua trajetória política na Câmara dos Deputados em 2018, sendo reeleito em 2022. Em 2025, deixou o PL e oficializou sua filiação ao Novo, movimento que marcou uma mudança partidária sem alterar substancialmente os posicionamentos políticos que caracterizam sua atuação pública. Desde então, tem buscado consolidar seu espaço dentro da legenda, mantendo interlocução com lideranças nacionais do partido e do campo da direita.

As redes sociais ocupam papel central em sua estratégia de comunicação. Grande parte de suas publicações é dedicada a temas da política nacional, com posicionamentos críticos ao governo do presidente Lula (PT) e a lideranças associadas ao campo progressista. Também são

frequentes as manifestações direcionadas ao ex-prefeito do Rio de Janeiro Eduardo Paes (PSD), pré-candidato ao governo estadual em 2026. Nesse contexto, Luiz Lima procura se posicionar como uma das vozes de oposição ao grupo político que atualmente ocupa posições de destaque nos governos federal e municipal.

Entre os temas mais presentes em sua atuação recente está a oposição à proposta de redução da jornada de trabalho associada ao debate sobre a escala 6x1, pauta sobre a qual o deputado tem produzido conteúdos frequentes em suas plataformas digitais. A defesa de posições alinhadas ao liberalismo econômico e às bandeiras tradicionalmente associadas à direita permanece como um dos principais elementos de sua identidade política.

Apesar da migração para o Novo, Luiz Lima continua destacando sua proximidade com lideranças do campo conservador e do eleitorado bolsonarista. Durante o período analisado, foram observadas publicações sobre o senador Magno Malta (PL-ES) e o ex-deputado federal Daniel Silveira (PTB), além de agendas ao lado de Romeu Zema (Novo), ex-governador de Minas Gerais e uma das principais referências nacionais da legenda, pré-candidato à Presidência da República. As movimentações indicam um esforço de inserção em redes políticas que ultrapassam os limites do estado do Rio de Janeiro, combinando sua atuação parlamentar com a construção de vínculos junto às principais lideranças da direita nacional.

Glauber Braga (PSOL) permanece como uma das principais referências da esquerda fluminense e uma das lideranças mais conhecidas do partido em nível nacional. Filho de Saudade Braga, importante política da região de Nova Friburgo, eleita duas vezes prefeita entre 2000 e 2008 pelo PSB. Glauber atua como deputado

federal desde 2009 e construiu sua trajetória política a partir da defesa de pautas associadas aos movimentos sociais, aos direitos trabalhistas e à ampliação dos mecanismos de participação popular. Nos últimos meses, sua atuação ganhou projeção nacional em razão do processo disciplinar que resultou em sua suspensão temporária do mandato parlamentar, episódio que mobilizou apoiadores e ampliou sua visibilidade para além dos espaços tradicionalmente ocupados pela esquerda.

Durante os seis meses em que esteve afastado das atividades legislativas na Câmara dos Deputados, Glauber intensificou sua presença nos municípios fluminenses, concentrando esforços em agendas de mobilização política e fortalecimento de suas bases eleitorais. Como pré-candidato à reeleição para a Câmara dos Deputados, ampliou a realização de plenárias voltadas à definição participativa da destinação de emendas parlamentares, iniciativa que tem ocupado posição central em sua atuação política. No período monitorado para este volume, foram identificadas atividades desse tipo em municípios como Teresópolis, Nova Friburgo, Macaé, Cardoso Moreira, Arraial do Cabo, Niterói, Volta Redonda, Resende, Angra dos Reis, Itaboraí e Mendes.

As redes sociais do parlamentar revelam forte presença de temas relacionados ao mundo do trabalho e à participação popular. Entre os assuntos mais frequentes estão as críticas à escala de trabalho 6x1, debates sobre direitos sociais e iniciativas voltadas ao fortalecimento de instrumentos de controle social sobre a atuação do poder público. Também são recorrentes conteúdos relacionados à distribuição dos royalties e participações especiais da exploração de petróleo no estado do Rio de Janeiro, tema abordado pelo deputado em vídeos e debates sobre a Ação

Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4917.

No campo político, Glauber mantém interlocução com diferentes setores da esquerda brasileira. Durante o período analisado, foram observadas manifestações de apoio a candidaturas e lideranças situadas à esquerda do espectro político tradicional, incluindo a pré-candidatura presidencial de Edmilson Costa (PCB) e à pré-candidatura de Jones Manoel (PSOL) a deputado federal por Pernambuco. A atuação também inclui críticas frequentes a lideranças da direita fluminense e nacional, entre elas o senador Flávio Bolsonaro (PL), além de posicionamentos contrários a possíveis rearranjos políticos envolvendo o governo do estado do Rio de Janeiro.

Em Nova Friburgo, município onde concentra parte importante de sua base eleitoral, o deputado tem mantido postura crítica em relação à administração do prefeito Johnny Maycon (PL). Entre os temas abordados estão questionamentos sobre a execução de políticas públicas e a inércia da utilização de recursos destinados ao município por meio de emendas parlamentares, especialmente aqueles voltados para políticas de proteção e promoção dos direitos das mulheres. O conjunto dessas movimentações reforça a posição de Glauber Braga como uma liderança identificada com a esquerda socialista, combinando atuação parlamentar, mobilização territorial e defesa de mecanismos de participação direta na definição das prioridades de investimento público.

A janela partidária de 2026

A janela partidária de 2026 produziu poucas alterações relevantes entre as principais lideranças políticas com atuação na Região Intermediária de Petrópolis. A principal movimentação foi a filiação do ex-prefeito de Petrópolis

Bernardo Rossi ao União Brasil, após deixar o Solidariedade. A mudança ocorre no contexto da construção de sua pré-candidatura à Câmara dos Deputados e reforça seu alinhamento ao grupo político do ex-governador Cláudio Castro (PL), ampliando sua inserção em uma legenda com maior estrutura para a disputa eleitoral. Até o momento, não foram identificadas outras migrações partidárias de impacto entre os atores monitorados na região.

Volta Redonda e Barra Mansa

Volta Resonda
Barra Mansa

Volta Redonda e Barra Mansa

por Esther Barros

Fragmentação, enfraquecimento de lideranças e novas alianças marcam o período pré-eleitoral na região

O cenário político da região intermediária de Volta Redonda-Barra Mansa ganhou um novo dinamismo a partir de fevereiro de 2026. O campo está mais fragmentado e competitivo do que o de 2025, com lideranças parlamentares reavaliando posições e selando novas alianças antes de outubro. Essas movimentações ocorrem sob o vácuo sucessório aberto no Executivo estadual, com a renúncia de Cláudio Castro em 23 de março de 2026 e a ausência de vice, o governo passou ao presidente do Tribunal de Justiça, Ricardo Couto, enquanto a presidência da ALERJ coube, em 17 de abril, a Douglas Ruas (PL), pré-candidato ao governo do estado. No plano legislativo estadual, a janela partidária, aberta em 5 de março e encerrada em 3 de abril de 2026, produziu movimentações relevantes para a região.

Barra Mansa

SECOM / BM



População	169.894
Eleitores aptos em Jul.	133.836

Volta Redonda

SECOM / VR



População	261.563
Eleitores aptos em Jul.	221.991

O deputado estadual André Corrêa (PSD, ex-PP), no plano Legislativo estadual, a janela partidária produziu movimentações relevantes para a região. O deputado estadual André Corrêa (PSD), em seu sétimo mandato e até então presidente da comissão de Orçamento da ALERJ, migrou para o PSD, apostando no projeto de Eduardo Paes para o governo estadual. A consequência imediata foi a perda da presidência da comissão, reivindicada pelo Progressistas com base no critério de proporcionalidade e transferida para Gustavo Tutuca (PP), que havia deixado a secretaria de estado de Turismo em março para reassumir o mandato. Em 5 de maio, Tutuca foi eleito presidente da comissão de Orçamento por seis votos a uma abstenção. Cabe ressaltar que a eleição se deu em um momento fiscal delicado: o estado projeta déficit de quase 13 bilhões de reais, e a comissão terá como trabalho imediato a análise da LDO 2027. Com a comissão voltando às mãos do Progressistas, o campo conservador fortalece sua posição institucional na ALERJ em ano eleitoral.

O deputado estadual Munir Neto deixou o PSD para o Solidariedade durante a janela. Com RUESP_CAN — índice que varia de 0% a 100% e mede qual parcela da votação total de um candidato veio de um determinado território — de 90,8% na Região Intermediária de Volta Redonda-Barra Mansa, a migração combina proteção do reduto eleitoral diante da expansão do PSD com um reposicionamento de campo: o Solidariedade tem sinalizado apoio a Douglas Ruas (PL) na disputa pelo governo estadual. O deputado estadual Jari Oliveira (PSB), por sua vez, não mudou de partido e seguiu como principal voz de oposição ao governo estadual na região, concentrando esforços na crise do hos-

pital regional Zilda Arns, unidade de referência para 12 municípios e 1,2 milhão de habitantes que enfrentou meses de atrasos salariais mesmo após a transição de gestão, com médicos acumulando até quatro meses de vencimentos atrasados. No plano federal, o deputado Lindbergh Farias (PT) obteve 152.219 votos em 2022, dos quais apenas 7,9% vieram da Região Intermediária de Volta Redonda-Barra Mansa, o que confirma uma base dispersa pelo estado. Foi o contraponto ao domínio conservador estadual, acumulando entregas que o posicionaram como interlocutor em municípios governados por adversários. Entre fevereiro e maio, as principais ações incluíram a entrega de 112 unidades do Minha Casa Minha Vida em Volta Redonda (R\$ 18 milhões), o anúncio de R\$ 84 milhões para a nova Estação de Tratamento de Água (ETA) e a inauguração do complexo viário em Barra do Piraí ao lado do ministro dos Transportes. Chama atenção o agradecimento público do prefeito Neto (PP) a Lindbergh pelas emendas em saúde e pela ETA: vindo de um prefeito conservador alinhado ao campo Castro, o gesto ilustra como a distribuição de recursos federais atravessa campos políticos opostos. Em Barra Mansa, o prefeito Furlani (PL) também agradeceu publicamente a Lindbergh e ao governo Lula pela autorização de obras ferroviárias de 24,9 milhões de reais pelo ministério dos Transportes.

O movimento mais significativo entre os atores do Legislativo municipal de Volta Redonda foi o do vereador Raone Ferreira. Reeleito em 2024, pelo PSB, com expressiva votação, Raone deixou a legenda durante o período da janela para se filiar ao PT, onde se apresenta como pré-candidato a deputado estadual, impulsionado pelo estreitamento de relações com o deputado federal Lindbergh Farias. O vereador chegou a acompanhar uma comitiva do presidente Lula

em cerimônia na zona norte do Rio, sinalizando a nova vinculação política antes mesmo do anúncio formal.

A filiação desencadeou uma crise jurídica e política. Como vereadores eleitos em 2024 não estão amparados pela janela partidária de 2026, o PSB ingressou no Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ) com ação para reaver o mandato, argumentando que o cargo pertence ao partido e que mais de 11 mil eleitores votaram na legenda nas proporcionais de outubro passado. Raone sustenta que a saída tem respaldo pela EC 111/2021, que incluiu o § 6º no art. 17 da Constituição: parlamentares eleitos pelo sistema proporcional que deixam a legenda perdem o mandato, salvo em caso de anuência do partido ou de outra justa causa prevista em lei. É nesse ponto que reside o conflito, o PT afirma haver carta de anuência do presidente nacional do PSB, João Campos, o que caracterizaria a exceção e preservaria o mandato, mas o diretório local do PSB nega ter autorizado a migração e afirma que a questão é estritamente de fidelidade partidária. Um precedente aberto em Petrópolis, onde a Justiça Eleitoral manteve no cargo o vereador Léo França após trajetória idêntica de saída do PSB para o PT, passou a ser observado como possível referência para o desfecho em Volta Redonda. O caso segue sem decisão definitiva e, nos bastidores, expõe um racha político que antecipa uma disputa mais acirrada na esquerda da cidade em outubro. Nesse intervalo, Raone criticou nominalmente Jari Oliveira e a vereadora Gisele Klingler da tribuna, tornando pessoal um racha até então apenas anunciado.

O vereador Zoinho (Jorge de Oliveira, Republicanos), por sua vez, manteve a legenda e anunciou em sessão da Câmara, em 30 de março, sua pré-candidatura a deputado federal,

retirando ao mesmo tempo sua candidatura à Presidência da Mesa Diretora do Legislativo municipal. Com trajetória de metalúrgico aposentado e três mandatos consecutivos como vereador entre 1989 e 2000, Zoinho já foi deputado federal entre 2011 e 2015 pelo PR (atual PL), eleito com 44.355 votos, a maior votação da história de Volta Redonda para o cargo. Agora busca retornar a Brasília pelo Republicanos.

A pré-candidatura do vereador Rodrigo Furtado (PL) a deputado federal foi lançada na cidade em 21 de maio, com a presença do prefeito Neto, do vice-prefeito Sebastião Faria e do deputado estadual Anderson Moraes (PL), e oficializada na convenção estadual do PL-RJ em 24 de julho. Os vereadores Sidney Dinho (PRD) e Renan Cury (PP) também sinalizaram pré-candidaturas à ALERJ, embora sem anúncios formais até o encerramento deste levantamento. Na vizinha Piraí, o vereador Betão Pezão, o mais votado do município em 2024 e em segundo mandato, filho do ex-governador Luiz Fernando Pezão (MDB), hoje prefeito de Piraí, lançou-se pré-candidato a deputado estadual pelo PDT em 23 de maio, em ato que reuniu Eduardo Paes, o presidente estadual do PDT Rodrigo Neves, a prefeita Kátia Miki e Dr. Luizinho. No evento, o prefeito de Piraí declarou apoio à pré-candidatura de Eduardo Paes ao governo do estado. Os discursos do pré-candidato e de Rodrigo Neves defenderam a necessidade de qualificar e fortalecer a bancada na ALERJ para favorecer a governabilidade e a recuperação da credibilidade institucional do estado.

O prefeito Neto (PP) demonstra manter-se engajado nas entregas municipais e, ao mesmo tempo, acirrou o conflito com os opositores da Câmara. O gesto mais revelador diz respeito ao programa Minha Casa, Minha Vida. Após creditar 112 unidades do programa ao de-

putado petista Lindbergh Farias, decidiu seguir por um enquadramento distinto na ampliação do programa, garantindo mais 1.172 moradias e agora apresentada como iniciativa municipal vinculada à Campanha da Fraternidade da Igreja Católica. O reenquadramento pode indicar um afastamento da autoria federal à medida que outubro se aproxima. No plano da gestão, Neto acumulou episódios de atrito institucional. Desafiou o Tribunal de Contas do Estado quanto ao programa “Viva a Melhor Idade” e foi condenado a devolver cerca de três milhões de reais. Vetou integralmente o projeto de combate à violência infantil da vereadora Carla Duarte (PSD). A base de Neto na Câmara é conduzida pelo vereador Luciano Mineirinho (União Brasil), líder do governo. Com a base organizada, os vetos do prefeito quase sempre se sustentam, e a oposição fica sem ver seus projetos entrarem em vigor.

A inquietude dessa gestão pode estar ligada ao que o próprio prefeito tornou público: Neto anunciou que pretende encerrar a vida política ao fim do sexto mandato, em 2028. O anúncio abre uma sucessão sem herdeiro natural. O irmão, Munir Neto, é inelegível para o cargo enquanto o prefeito estiver no exercício do mandato, por força do art. 14, § 7º, da Constituição, e o vice Sebastião Faria, cotado para a disputa, não apresenta desempenho significativo.

Em Barra Mansa, o prefeito Furlani (PL) aprofundou o pragmatismo interpartidário já flagrado no agradecimento a Lindbergh pelas obras ferroviárias. No período, elogiou Cláudio Castro como o melhor governador para o município e, poucas semanas depois, dividiu palco com Lindbergh na assinatura da ordem de serviço do Pátio de Manobras. Sustenta ainda a parceria estadual com Munir Neto, a quem chama de parceiro do município no Legislativo, e a federal

com Áureo Ribeiro (Solidariedade), responsável pela verba da Estação de Tratamento de Água da Região Leste. A inauguração do Banco de Alimentos de Barra Mansa reuniu simultaneamente Furlani e o prefeito Neto (PP) no registro de Munir, a convivência entre as duas prefeituras opera acima das diferenças de legenda.

Em Valença, o vereador Haroldo Filho é o nome mais relevante da movimentação local. Filiado ao PL quando eleito vereador, migrou para o Podemos após deixar, no fim de março, o cargo de secretário de Desenvolvimento Econômico do município, posição que ocupou por cerca de dez meses. O anúncio de sua pré-candidatura a deputado federal pelo Podemos foi realizado na sede estadual do partido no Rio de Janeiro, ao lado do secretário-geral Marcos Dias e do presidente estadual Felipe Pereira. Haroldo tem se destacado à frente da Aproaço (Associação dos Processadores de Aço do Estado do Rio de Janeiro) como defensor de pautas industriais, especialmente do setor siderúrgico e do desenvolvimento econômico do Sul Fluminense

As mudanças de legenda no plano municipal deixam dois aspectos em aberto para outubro. A primeira atravessa o campo progressista de Volta Redonda, onde a filiação de Raone ao PT rompeu a convivência com o PSB de Jari Oliveira e transformou em disputa aberta um espaço eleitoral que antes se dividia por acordo, e o campo esquerdista da cidade pode chegar às proporcionais com dois palanques concorrentes. O segundo corre por dentro da própria base do prefeito Neto, que se divide entre Paes e Ruas: parte dos vereadores já se movimenta em direção ao PSD enquanto o irmão do prefeito migra para o Solidariedade, legenda que sinaliza apoio a Douglas Ruas (PL), e o grupo político que governa a maior cidade da região chega ao pleito sem alinhamento único no plano estadual. Em

Barra Mansa, Resende e Valença, ao contrário, as movimentações preservaram os arranjos existentes, e o que se observa é a manutenção de um pragmatismo que trata a origem partidária do recurso como questão secundária.

Os deputados e as mudanças de legenda

O deputado estadual André Corrêa, em seu sétimo mandato consecutivo na ALERJ desde 1999, protagonizou a movimentação mais relevante da janela de 2026 para a região. Filho do ex-deputado federal Luiz Antônio Corrêa (PP) e irmão do prefeito de Valença Saulo Corrêa (MDB), André migrou do PP para o PSD durante a janela partidária, apostando no projeto de Eduardo Paes para o governo estadual. Com apenas 38,79% de sua votação total concentrada na região, sua base eleitoral é a mais dispersa entre os deputados estaduais aqui tratados, reduzindo a dependência de um único reduto e ampliando a margem para uma troca de legenda com custo territorial baixo. Essa mesma votação equivale a 1,89% dos votos válidos da região (RCAN_UESP). A migração teve impacto institucional imediato: André perdeu a presidência da Comissão de Orçamento e Finanças da ALERJ, que o PP reivindicou com base no critério de proporcionalidade e transferiu para Gustavo Tutuca. Seu histórico partidário inclui passagens pelo PDT e pelo PP antes de sua longa permanência nesta última legenda. Para 2026, André busca o oitavo mandato consecutivo, agora pelo PSD.

O deputado estadual Gustavo Tutuca (PP) percorreu uma trajetória de retorno ao mandato no período. Até 19 de março de 2026, ocupava a Secretaria de Estado de Turismo, cargo que exercia há mais de cinco anos sob o governador Cláudio Castro. Respeitan-

do o prazo de desincompatibilização, deixou a pasta naquela data e reassumiu o mandato na ALERJ. Não houve troca de partido: Tutuca permanece no PP, legenda pela qual foi eleito em 2022 com 52.976 votos totais e 58,6% de sua votação total concentrada na Região Intermediária de Volta Redonda-Barra Mansa — o equivalente a 2,88% dos votos válidos de toda a região (RCAN_UESP). Em 5 de maio de 2026, foi eleito presidente da Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle da ALERJ por seis votos a uma abstenção, cargo que já havia ocupado em 2013. O contexto é grave: o estado projeta déficit de quase R\$ 13 bilhões, e a comissão terá como primeiro trabalho a análise da LDO 2027, com proposta que estima receita de R\$ 120,1 bilhões frente a despesas de R\$ 133,1 bilhões. Cabe registrar que Tutuca consolidou o ganho institucional ao conduzir a LDO até a aprovação, com parecer prévio unânime, cerca de 470 emendas e aval final em meio à adesão do estado ao Propag. Ao tomar posse, Tutuca declarou que “não haverá nenhum tipo de barganha” e que a comissão “não será utilizada como moeda de troca”. Para 2026, o político nascido em Piraí demonstra buscar o quinto mandato consecutivo como deputado estadual.

O monitoramento do Instagram confirma essa dupla condição de parlamentar recém-reconduzido e de ex-secretário. A comunicação digital de Tutuca organiza-se em torno de dois eixos complementares. O primeiro é sua identidade legislativa, com destaque para a Lei do Aço (Lei nº 8.960/2020), de sua autoria, evocada em torno do Dia do Aço como referência de sua relevância para o setor industrial do interior fluminense. O segundo é a trajetória à frente do Turismo, presente em registros de premiações, eventos culturais e articulações com o setor produtivo. No campo das alianças, a prefeita Kátia

Miki (Solidariedade, Barra do Piraí) é a figura política mais recorrente no período, aparecendo em tom de apoio em eventos variados, desde agendas semanais até feiras de produtor rural e a inauguração do Complexo Viário de Barra do Piraí. A frequência dessa associação, superior à de qualquer aliado do próprio PP, aponta para uma aproximação com o campo do Solidariedade que antecede a janela partidária e que é partilhada com Munir Neto. A inauguração do Complexo Viário, em 24 de abril, reuniu ainda o Ministro dos Transportes em evento que combina entrega federal e articulação interpartidária. Douglas Ruas (PL) aparece apenas de forma indireta, por post compartilhado de aliado municipal, sem associação direta por parte de Tutuca.

O deputado estadual Munir Neto deixou o PSD para se filiar ao Solidariedade durante a janela partidária de 2026. Os dados eleitorais explicam a movimentação: com 90,8% de sua votação total concentrada na região e 27.350 de seus 35.677 votos totais obtidos apenas em Volta Redonda, a viabilidade eleitoral de Munir depende da preservação de sua base local. A expansão do PSD na região, atraindo lideranças concorrentes dentro da própria legenda, representa ameaça a esse capital. O Solidariedade tem sinalizado apoio à pré-candidatura de Douglas Ruas (PL) ao governo do estado, o que posiciona Munir em campo distinto do PSD de Paes, ainda que o parlamentar evite antagonismos explícitos em sua comunicação pública. O principal eixo temático de Munir nas redes é a infraestrutura viária, com reuniões junto ao diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes para cobrar melhorias na BR-393 e a inauguração do Complexo Viário de Barra do Piraí como eventos de maior visibilidade. O foco em rodovias federais permite a Munir articular-se com o governo federal em tom técnico, sem vinculação

nominal ao PT ou ao campo de Lula. O prefeito Neto (PP), seu irmão, é a referência política mais frequente, presente em contextos variados como educação, assistência social e eventos comunitários, o que reforça a coesão interna do grupo político de Volta Redonda mesmo após a migração para o Solidariedade. A aproximação com a prefeita Kátia Miki, registrada antes do encerramento da janela, e o contato com o bispo Laydson Cruz revelam duas frentes de articulação que antecedem a migração formal: a inserção no campo do Solidariedade antes da janela e o cultivo de uma rede evangélica em Volta Redonda.

O deputado estadual Jari Oliveira (PSB) não mudou de partido e busca a reeleição à ALERJ em 2026. É o parlamentar estadual com maior concentração de votos na região intermediária (RUESP_CAN de 97,6%), o que indica que praticamente a totalidade de seus votos em 2022 foi obtida no Sul Fluminense. Seu histórico no PSB é de longa data, e a permanência na legenda mantém o alinhamento com o campo progressista regional, ainda que a migração de Raone Ferreira para o PT crie uma disputa interna nesse espectro político. Jari é o único ator monitorado cuja rede se organiza pelo conflito, e não pela aparição conjunta. O padrão é constante entre abril e junho: o deputado aciona secretários e presidentes de autarquias, como Ronaldo Damião, na Saúde, Rodrigo Mascarenhas e Denise Rambaldi, no Ambiente e no Inea, e os dirigentes do DER e do Detran, tratando o governo-tampão ora como interlocutor técnico, ora como alvo. Sua sustentação local é dispersa e pessoal, apoiada em Diorginis Reis, na vereadora Gisele Klingler e em Léo do Circo, vereador de Porto Real. Isso indica uma estratégia de sobrevivência por pauta setorial, a saúde regional, mais do que por rede de apoios. Jari é

o único ator monitorado cuja rede se organiza pelo conflito, e não pela aparição conjunta. Seu Instagram organiza-se em dois eixos: o trabalho de base, com encontros regulares com populações em Barra do Piraí, Barra Mansa, Rio Claro, Pinheiral e diferentes bairros de Volta Redonda; e a fiscalização do governo estadual. No eixo de fiscalização, o governador interino, desembargador Ricardo Couto, é o principal alvo, com menções em tom crescentemente crítico, neutro nas postagens sobre subsídio ao diesel e descaso geral, escalando para ataque direto na denúncia sobre o hospital regional Zilda Arns. Em Pinheiral, o deputado vai além da denúncia e registra entregas de recursos próprios, abastecimento de água e instalação de destacamento do Corpo de Bombeiros, com assessor local como interlocutor de base, ampliando sua presença eleitoral para além de Volta Redonda. No plano ideológico, é o único ator estadual do monitoramento a adotar posições programáticas explícitas: defesa das Diretas Já, posição contrária à eleição indireta para o mandato-tampão; apoio ao fim da escala 6x1, pauta ligada ao movimento trabalhista; e registro do Dia do Metalúrgico, conectando o mandato à identidade operária de Volta Redonda.. Sua sustentação local é dispersa e pessoal, apoiada em Diorginis Reis, na vereadora Gisele Klingler e em Léo do Circo, vereador de Porto Real, o que indica uma estratégia de sobrevivência por pauta setorial, a saúde regional, mais do que por rede de apoios.

Tande Vieira (PP) é o único dos deputados eleitos em 2022 monitorados na região que trocou o mandato legislativo por um cargo no Executivo municipal. Eleito deputado estadual pelo PROS com 45.785 votos, migrou depois para o PP e, em 2024, elegeu-se prefeito de Resende com 64,02% dos votos válidos, sucedendo Diogo Balieiro Diniz. Não houve mudança de

legenda na janela de 2026 e, em julho, o prefeito descartou publicamente a possibilidade de assumir a cadeira aberta no Tribunal de Contas do Estado, reafirmando a permanência à frente do Executivo municipal.

A Expo Agulhas Negras, grande evento agropecuário realizado em Resende, dominou a agenda pública de Tande no período de monitoramento, com uma sequência intensa de publicações ao longo de mais de uma semana, e serviu também como espaço de articulação política. A postagem mais reveladora do período foi compartilhada diretamente do perfil de Douglas Ruas (PL) e registra a presença conjunta do secretário estadual das Cidades, do deputado Anderson Moraes (PL), do prefeito de Itatiaia Kaio do Diogo Balieiro (PL) e do ex-prefeito Diogo Balieiro. Uma postagem posterior nomeia diretamente Douglas Ruas, Anderson Moraes e Cláudio Castro como parceiros em entrega de asfalto. Diogo Balieiro aparece com frequência como parceiro em saúde, infraestrutura e questões salariais, reforçando a narrativa de continuidade administrativa entre a gestão anterior e a atual. O perfil é de gestor pragmático que alia entregas concretas, asfalto, aeroporto, produção leiteira e reajuste de servidores, ao posicionamento claro no campo PL-Ruas

O ex-deputado estadual Marcelo Cabelheiro migrou do União Brasil, pelo qual disputou a Prefeitura de Barra Mansa em 2024 obtendo 36 mil votos, para o PSD em agosto de 2025, em cerimônia no Ilha Clube com a presença de Eduardo Paes e do presidente estadual do partido, deputado federal Pedro Paulo. A pré-candidatura à ALERJ foi oficializada pelo diretório do PSD em Barra Mansa em abril de 2026. Com 91,87% de sua votação total concentrada na região, ainda que essa votação equivalha a apenas 2,69% dos votos válidos regionais

em 2022 (RCAN_UESP), é o nome com maior enraizamento territorial do PSD na região, sendo peça central para o partido firmar presença no Sul Fluminense a partir do palanque de Paes para o governo estadual. O conteúdo do perfil no período é dominado pelo anúncio de pré-candidatura, com publicações concentradas no dia 13 de abril, tendo Eduardo Paes e Léo Santos, presidente do diretório municipal do PSD em Barra Mansa, como principais presenças. Eduardo Paes é a única figura de peso estadual associada à candidatura. O restante do conteúdo divide-se entre visitas comunitárias e temas genéricos de saúde, trabalho e mobilidade, sem menções políticas explícitas.

No campo federal, o deputado Lindbergh Farias (PT) não mudou de partido e confirma candidatura à reeleição à Câmara dos Deputados em 2026. Com RUESP_CAN de apenas 7,9% na região em 2022, sua base é dispersa pelo estado, o que o torna menos dependente de arranjos locais e mais sensível ao desempenho do governo Lula em nível nacional. O Partido dos Trabalhadores (PT) fluminense enfrentou um racha interno no primeiro semestre de 2026, centrado na composição da chapa ao Senado com a Executiva estadual classificando de “autoritária” a indicação nacional e o vice-presidente do PT, Washington Quaquá, chegando a retirar apoio à pré-candidatura de Benedita da Silva. A crise foi contornada no início de julho, quando Quaquá se reaproximou de Benedita após conversa com Eduardo Paes e Pedro Paulo, consolidando a aliança que reúne Paes (PSD) ao governo e Benedita (PT) e Pedro Paulo (PSD) ao Senado. O ponto relevante para a análise regional é que Lindbergh se posiciona dentro dessa costura entre PT e PSD que viabiliza a candidatura de Paes ao governo, e não apenas no polo de oposição de esquerda, e é por

essa via que seu eixo nacional se comunica com o tabuleiro do Sul Fluminense, onde o campo do PSD aparece por meio de Marcelo Cabeleireiro em Barra Mansa.

Com cerca de 655 mil seguidores ao fim do período monitorado, Lindbergh combina dois tipos de conteúdo pouco comuns para o mesmo ator político. No registro nacional, posta defesas do STF e da democracia, com menções ao 8 de Janeiro e críticas ao campo bolsonarista, conteúdo que reflete sua posição na bancada do PT na Câmara. No registro local, o período registra entregas concretas no Sul Fluminense: a inauguração do Espaço de Cuidado em Saúde em Volta Redonda, o complexo viário de Barra do Piraí ao lado da prefeita Kátia Miki e o Pátio de Manobras em Barra Mansa, além de obras em Itaguaí e Casimiro de Abreu. O deputado concentra sua comunicação nos casos envolvendo a família Bolsonaro e na disputa presidencial, enquanto sua presença regional se realiza sobretudo pelo canal orçamentário: palanque nacional na rede, entrega federativa no território. O volume de postagens se explica também pelo ecossistema digital em que opera, no qual as publicações são produzidas em rede com perfis pevistas de outros estados, como @brasilcomlula, e com o comunicador Lázaro Rosa, que coproduz parte significativa do conteúdo, daí o padrão recorrente de posts compartilhados e marcações cruzadas. O peso menor do registro local em relação ao nacional sinaliza uma migração do mandato para a pré-campanha presidencial.

O ex-deputado federal Luiz Antônio Corrêa (PP), da família Corrêa, de Valença, assumiu a suplência na Câmara dos Deputados em agosto de 2025, quando Marcelo Queiroz (PP) se licenciou para ocupar a secretaria municipal de Administração da Prefeitura do Rio. O portal da Câmara dos Deputados o registra

como não estando em exercício, com atividade parlamentar lançada até o primeiro trimestre de 2026. Em 2024, havia sido o vereador mais votado de Valença, com 1.252 votos, articulando a vitória de 11 das 12 cadeiras da Câmara Municipal para a aliança do filho prefeito Saulo Corrêa (MDB). Não há confirmação de pré-candidatura para 2026. Mantém presença discreta nas redes, o ponto de atenção para outubro é a mudança interna do clã: Luiz Antônio permanece no PP enquanto o filho André migrou para o PSD, campos opostos na disputa pelo governo estadual, tensão que tem sido administrada sem declarações públicas de conflito, ambos os campos e pode influenciar o alinhamento de Valença nos próximos meses.

O Delegado Antônio Furtado (União Brasil) foi eleito em 2018 pelo PSL com 104.211 votos, sendo à época o candidato mais votado da história da região Sul Fluminense para deputado federal. Em 2022, já filiado ao União Brasil, obteve 34.652 votos, concentrados em 91,5% em Volta Redonda-Barra Mansa, mas não conseguiu renovar o mandato, indicando que a concentração de votos dificilmente é a melhor estratégia para deputados estaduais. Em termos de alianças, é relevante notar que, na campanha para prefeito de Barra do Piraí em 2024, onde recebeu 15.086 votos e não foi eleito, Furtado contou com o apoio público de Gustavo Tutuca e Anderson Moraes (PL). Derrotado por Kátia Miki (Solidariedade), Furtado foi adversário direto da prefeita que hoje é a aliada recorrente de Tutuca e Munir Neto nas redes. A mudança de postura de Tutuca, do apoio ao candidato perdedor para a aproximação com a vencedora, ilustra a variação das alianças regionais no Sul Fluminense e reforça a centralidade de Kátia Miki como ponto de convergência entre diferentes campos.

Após o encerramento do mandato, retornou à Polícia Civil, passando pela delegacia de Barra do Piraí e disputando as eleições municipais de 2024 pelo União Brasil antes de reassumir a atividade policial como titular da 94ª Delegacia de Polícia em Piraí. Mantém presença na mídia regional, e a indefinição sobre uma candidatura própria se resolveu nas últimas semanas: em 3 de julho, o delegado deixou a titularidade da 94ª Delegacia de Polícia de Piraí, em cumprimento ao prazo de desincompatibilização eleitoral, ao anunciar que foi convidado pelo Partido Liberal para integrar o grupo de pré-candidatos à Câmara dos Deputados. A aproximação com o campo Ruas-PL, sugerida pela visita ao Hospital Universitário de Vassouras ao lado do próprio Douglas Ruas e do deputado Anderson Moraes, ganha assim contorno mais concreto. O perfil monitorado sustenta essa transição. A manutenção do prefixo “dep” na conta, apesar de não exercer mandato desde 2023, preserva a identidade parlamentar como capital simbólico mesmo fora do Legislativo. O conteúdo combina três tipos de publicação: operações e resultados da 94ª DP de Piraí, com ênfase em apreensões e combate ao tráfico; mensagens motivacionais e espirituais, reforçadas pelo lançamento do livro *Os Incólumes: supremo poder de Deus*, de março de 2026, obra de ficção que combina fé e suspense policial; e posicionamentos políticos explícitos, com menções frequentes a Lula e a Bolsonaro em tom alinhado ao campo bolsonarista. Esse último tipo de publicação distingue Furtado dos demais delegados em atividade e o mantém como ator relevante no debate político regional, e seu Instagram funciona como espaço de manutenção de capital político à direita mesmo sem cargo formal.

Um sinal do reconhecimento que angaria para além do PL veio de Marcelo Cabeleirei-

ro: o pré-candidato do PSD prestigiou publicamente o lançamento do livro, tratando-o como amigo e desejando-lhe sucesso na nova etapa, gesto que mostra o pragmatismo interpartidário atravessando também o campo conservador da região. O próprio Munir Neto já o citara semanas antes como figura política regional, sinal de que o capital de Furtado é reconhecido transversalmente, para além do bloco bolsonarista com que se identifica.

Entre os monitorados, portanto, apenas André Corrêa e Munir Neto trocaram de legenda na janela de 2026. Gustavo Tutuca, Jari Oliveira, Tande Vieira, Lindbergh Farias e Luiz Antônio Corrêa permaneceram em seus partidos, ao passo que Marcelo Cabeleireiro e Antônio Furtado, sem mandato, reposicionaram-se fora do período regulado pela janela, o primeiro para o PSD em agosto de 2025 e o segundo pela conversão em pré-candidato do PL em julho de 2026. O deputado federal Dr. Luizinho (PP), por sua vez, não mudou de partido, tem reeleição confirmada como pré-candidato e conta com apoio declarado do prefeito Neto.

O conjunto do monitoramento permite identificar quatro tendências. A primeira é a aproximação entre PP e Solidariedade em torno de Kátia Miki, prefeita de Barra do Piraí: tanto Tutuca quanto Munir exibem relação próxima com a prefeita filiada à mesma legenda para a qual Munir migrou, o que sugere que essa articulação antecede e pode ter orientado o reposicionamento do deputado na janela. A segunda é o alinhamento explícito de Tande Vieira ao campo Ruas-PL, o mais claro de todos os atores na sinalização de campo estadual, em contraste com o silêncio de Tutuca e de Munir sobre a disputa ao governo. A terceira é a atuação singular de Jari Oliveira, único ator a adotar posições programáticas explícitas e a construir visibili-

dade por denúncia e trabalho de rua. A quarta é a posição de Lindbergh Farias, que combina conteúdo nacional-ideológico com entregas locais concretas e obtém reconhecimento público até de prefeitos conservadores, sendo o ator com maior alcance interpartidário na região apesar de ter a menor concentração eleitoral local entre os federais monitorados.

Análises Eleições 2026

Os textos desta secção não correspondem às posições compartilhadas pelo LAPPCOM, sendo de inteira responsabilidade de seus idealizadores.

Monitoramento Eleitoral e a gramática conspiracionista

A parceria NIEJ–Lappcom e o estudo da comunicação digital dos candidatos nas eleições de 2026

por Beatriz Monteiro Lemos e Gabriel Melo Mizrahi

85 | As eleições de 2026 no Brasil se realizam em um ambiente comunicacional que difere substancialmente daquele que prevalecia há uma geração. As campanhas eleitorais ainda mobilizam comícios, panfletos, horários eleitorais na televisão e redes de articulação territorial, mas uma parte crescente da comunicação entre candidatos e eleitores ocorre em espaços que não existiam até recentemente: os feeds de Instagram, as transmissões ao vivo no YouTube, os grupos de WhatsApp, as postagens no TikTok. Esse deslocamento não é apenas tecnológico, mas transforma a natureza do que os candidatos dizem, para quem dizem e de que maneira o dizem, produzindo um novo arranjo com consequências diretas para a forma como os atores políticos operam.

Os custos de produção e distribuição de conteúdo caíram drasticamente, de modo que qualquer candidato com um perfil em rede social pode comunicar-se diretamente com seus seguidores, sem a mediação de jornalistas, editores ou emissoras. Essa comunicação direta cria uma fonte de dados de natureza distinta daquelas que os estudos eleitorais tradicionalmente privilegiavam: não se trata de entrevistas cedidas à imprensa, de programas eleitorais

elaborados por assessores ou de discursos proferidos em plenário, mas de postagens que os próprios candidatos e sua equipe de comunicação escolhem publicar, com a frequência que julgam adequada, para o público que constroem ao longo do tempo.

Essa descrição requer uma qualificação. A comunicação entre candidato e seguidor não é direta no sentido de que toda postagem publicada chegue a quem “segue” o perfil. As plataformas de distribuição algorítmica interpõem entre a postagem e sua audiência potencial critérios de visibilidade cujos parâmetros exatos não são públicos, e cujo efeito é amplificar certos conteúdos e restringir outros segundo lógicas que escapam ao controle do candidato.

Cas Mudde observa que o alcance das redes sociais permanece restrito aos já convertidos, e que as próprias bolhas funcionam como câmaras de eco que amplificam a intensidade e o alcance das mensagens e tendem a radicalizar os que já integram o grupo. Silveira, por sua vez, havia notado que a queda nos custos de produção e distribuição de conteúdo não elimina a dificuldade de ser ouvido. O que o candidato publica e o que o eleitor efetivamente vê são, portanto, grandezas distintas. O valor analítico

das postagens reside na dimensão da intencionalidade, no que o ator político escolhe dizer e como escolhe dizer, e não em qualquer equivalência com o consumo real dessas mensagens pelo eleitorado.

Estudar sistematicamente essa comunicação é, portanto, uma forma de acessar algo que permanecia disperso ou inacessível: o repertório discursivo cotidiano dos candidatos, incluindo os temas que mobilizam, os grupos que constroem como aliados, os grupos que constroem como inimigos, as narrativas que repetem e as que evitam. Quando esse repertório é analisado com rigor metodológico e em escala suficiente para permitir comparações, ele se torna um material analítico de considerável valor para a compreensão das eleições contemporâneas.

O contexto fluminense confere a essa questão uma especificidade que o próprio Guia Lappcom Eleições 2026 documentou em seu primeiro volume. A análise da estrutura da disputa estadual identificou no Rio de Janeiro um bolsonarismo que não se reduz a um conjunto de posições programáticas, mas opera como adesão afetiva, pois alimenta-se do ressentimento, da sensação de abandono e da desconfiança difusa nas instituições políticas. Esse substrato emocional é precisamente o que a literatura sobre gramáticas da extrema direita produzida pelo Núcleo Interdisciplinar de Estudos Judaicos (NIEJ-UFRJ) descreve como condição de possibilidade para a circulação de discursos conspiratórios. Monitorar o que os candidatos dizem nas redes sociais é uma forma de acessar esse repertório onde ele se produz e se reproduz cotidianamente.

É nesse contexto que se insere a parceria entre o Laboratório de Partidos, Eleições e Política Comparada (Lappcom-UFRJ) e o NIEJ-

-UFRJ para o monitoramento das redes sociais dos candidatos acompanhados pelo Lappcom nas eleições de 2026. O objetivo deste artigo é apresentar a motivação teórica e os fundamentos metodológicos dessa iniciativa, situando-a no quadro mais amplo dos debates sobre comunicação política, plataformas digitais e o papel do discurso conspiratório na política contemporânea.

A ambivalência das redes e a gramática do medo

Quando a internet se expandiu para além dos círculos acadêmicos e militares, nas décadas de 1990 e 2000, criou-se rapidamente uma expectativa sobre seu potencial político democratizante. A arquitetura distribuída das redes parecia oferecer condições para uma participação política mais horizontal, menos dependente dos oligopólios de mídia que dominavam o espaço público nas democracias liberais. Silveira documenta essa expectativa ao mesmo tempo em que aponta seus limites: a internet não aumenta apenas o poder de quem defende a democracia, a justiça ou as causas progressistas; ela aumenta o poder de quem quer que se proponha a articular ideias e realizar conversações.

A ambivalência é, segundo esse autor, uma característica constitutiva das tecnologias de comunicação, e pode ser verificada de modo particularmente evidente nas redes sociais. O mesmo Instagram que serve para um candidato divulgar seu trabalho parlamentar pode ser usado para circular narrativas sobre inimigos imaginários, conspirações institucionais ou ameaças à moralidade das crianças. A plataforma não determina o conteúdo; ela cria condições de possibilidade que diferentes atores políticos ex-

ploram de formas distintas.

É precisamente essa exploração diferencial que Michel Gherman analisa ao descrever as gramáticas políticas da nova extrema direita. Para Gherman, o traço definidor dessa gramática não está nas ideias sistematizadas, mas na capacidade de traduzir angústias difusas em narrativas claras e sedutoras. A política se converte em um campo de batalha moral: divide o mundo entre os que defendem a "civilização" e os que a ameaçam; entre "pessoas de bem" e inimigos internos; entre os que preservam valores tradicionais e aqueles que os corrompem. Essa linguagem opera pela simplificação e pela denúncia constante de ameaças reais ou fabricadas que justificam uma mobilização permanente.

A referência histórica mais precisa para compreender esse processo é fornecida por Victor Klemperer, em seu estudo da linguagem do nacional-socialismo alemão. Klemperer identificou que o nazismo se consolidou quando dominou a linguagem: palavras, expressões e frases repetidas milhares de vezes foram absorvidas mecanicamente pelas massas, produzindo efeitos que o filólogo comparou às "minúsculas doses de arsênico" que são engolidas sem percepção, mas cujo veneno se faz sentir com o tempo. Klemperer observou ainda que até mesmo as vítimas do regime passavam a usar a linguagem de seus perseguidores - sinal de que o controle sobre as formas de expressão implicava também um controle sobre as formas de pensamento.

A dimensão digital da política contemporânea confere a essa análise uma relevância que transcende o contexto histórico em que foi produzida. Gherman descreve como a nova extrema direita aprendeu a usar as redes sociais, os grupos de aplicativos de mensagens e os

canais de vídeo como espaços de letramento político, espaços em que uma gramática baseada no medo, no ressentimento e na denúncia de inimigos é gradualmente absorvida por públicos que nem sempre percebem estar sendo formados por um discurso específico. As plataformas digitais não criaram esse processo, mas oferecem condições sem precedente para sua aceleração e para sua difusão entre audiências que antes não seriam alcançadas por esse tipo de discurso.

Essa gramática articula-se, em muitos casos, com o que Raoul Girardet descreveu como o mito do salvador na política: a investida de uma figura individual com a capacidade de encarnar, para um conjunto de expectativas difusas, o papel de restaurador de uma ordem ameaçada. Nas redes sociais, essa dimensão mítica encontra condições particularmente favoráveis: a comunicação direta entre o líder e seus seguidores, sem mediação institucional, alimenta a percepção de proximidade e autenticidade que é constitutiva dessa figura. O candidato que fala diretamente à câmera de seu celular, sem roteiro visível, dirige-se a seus seguidores como quem compartilha uma verdade que as instituições ocultam. Silveira observou que nas redes prevalece a reprodução de postagens por confiança, reputação e simpatia, independentemente da veracidade dos conteúdos - o que torna esse ambiente especialmente permeável à circulação de narrativas conspiracionistas.

O discurso conspiratório como ferramenta política

Uma das contribuições teóricas do trabalho desenvolvido pelo NIEJ nos últimos anos é a distinção entre conspiracionismo e conspiração. Uma conspiração é uma organização secreta

ta com fins específicos, que pode ou não existir. O discurso conspiratório, tal como o NIEJ o conceitualiza, é algo estruturalmente diferente: trata-se de um dispositivo retórico cujo objetivo não é descrever uma realidade oculta, mas construir um inimigo. A questão relevante não é se o que se afirma é verdadeiro ou falso, mas o modo como a afirmação cria um imaginário negativo sobre determinado grupo, apresenta-o como ameaça à ordem social ou moral, e legitima uma postura de combate contra ele.

Essa distinção é analiticamente precisa porque permite separar o boato comum, a especulação política ordinária e a teoria da conspiração factualmente implausível do conspiracionismo como gramática, isto é, como estrutura discursiva recorrente que organiza a percepção do mundo político a partir da pressuposição de um inimigo oculto e perigoso. Gherman identifica no conspiracionismo uma "reação imediata à complexidade": ao transformar fenômenos difusos em ameaças identificáveis, o discurso conspiratório alivia a angústia diante de um mundo incompreensível e direciona o ressentimento acumulado para alvos precisos.

Donatella Di Cesare aprofunda essa leitura ao mostrar que o "complotismo" (outra palavra para conspiracionismo) não é simplesmente uma anomalia lógica nem uma patologia psíquica individual, mas um problema político que diz menos respeito à verdade do que ao poder. Para a filósofa italiana, o complô é o "dispositivo em que o poder se articula, é exercido e se dissimula" - a máscara do poder no tempo do poder sem rosto. Nessa perspectiva, combater o complotismo apenas pelo debunking factual é insuficiente: enquanto a ausência de provas é interpretada pelo próprio complotista como prova irrefutável da dissimulação, a refutação racional não dissolve o fenômeno, apenas con-

firma a lógica que ele já pressupõe.

A análise de Luís Edmundo de Souza Moraes sobre o negacionismo histórico aprofunda essa leitura ao mostrar como o conspiracionismo opera por uma "dupla fraude": falsifica-se o passado ao negar ou distorcer seus eventos, e falsificam-se simultaneamente as credenciais de quem nega, apresentando-se como pesquisador ou intelectual legítimo. Essa dupla falsificação produz um tipo de discurso que é ao mesmo tempo factualmente inverídico e retoricamente eficaz, precisamente porque se vale das formas externas do argumento racional para sustentar conteúdos que não resistiriam ao escrutínio factual.

É nesse quadro que se compreende a perspectiva do NIEJ sobre o antissemitismo. O núcleo de estudos opera com uma definição que não parte da ontologia da vítima, ou seja, do que o judeu é em sua essência, mas da perspectiva do opressor: o que importa é como determinado grupo é construído pelo discurso persecutório, independentemente de qualquer característica real desse grupo. Um judeu norte-americano descendente de poloneses ou alemães é hoje socialmente percebido como branco no contexto estadunidense. Seus antepassados, porém, eram classificados como não-brancos no contexto do nazismo alemão, o que determinava sua posição na hierarquia racial do regime. O preconceito, nessa perspectiva, não é um atributo do perseguido e sim uma construção do perseguidor.

Essa chave analítica permite deslocar a questão do antissemitismo de seu contexto histórico específico para uma reflexão mais geral sobre como qualquer minoria é construída como ameaça. A gramática antissemita, compreendida como a fabricação de um inimigo que conspira nas sombras, que corromperia a moral

das crianças, que controlaria as instituições contra a vontade do povo é, segundo o NIEJ, uma estrutura que se repete com alvos variáveis em contextos históricos distintos. Identificar essa estrutura no discurso eleitoral contemporâneo é, portanto, contribuir para a compreensão não apenas de um caso isolado de intolerância, mas de uma lógica política que ultrapassa qualquer alvo específico.

Klemperer havia observado que quem controla as formas de expressão também controla as formas de pensamento. Nas eleições de 2026, com dezenas de candidatos a deputado estadual e federal produzindo diariamente conteúdo para seus perfis em rede social, essa observação adquire dimensões empíricas: é possível perguntar, com dados, em que extensão essa gramática está presente, quais grupos ela mobiliza como alvos prioritários e se sua distribuição varia entre candidatos de diferentes campos políticos, regiões do estado ou perfis institucionais.

Di Cesare oferece um elemento complementar: o complotismo prospera justamente onde o poder democrático aparece como vazio e inapreensível; onde essa opacidade produz ressentimento e a exigência de um culpado identificável. Nas democracias contemporâneas, esse ressentimento encontra nas redes sociais o meio ideal para se converter em linguagem eleitoral.

A parceria NIEJ–Lappcom: motivação e escopo

O Lappcom vem desenvolvendo, desde o início do ciclo eleitoral de 2026, um monitoramento sistemático das postagens publicadas no Instagram por mais de 70 principais atores políticos locais do estado do Rio de Janeiro, como

prefeitos, lideranças partidárias, vereadores e parlamentares distribuídos pelas oito regiões de acompanhamento do laboratório: Volta Redonda-Barra Mansa, Sul Fluminense, Petrópolis, Macaé-Rio das Ostras-Cabo Frio, Leste Fluminense, Capital, Campos dos Goytacazes e Baixada Fluminense. Esse monitoramento sistemático a partir do preenchimento de uma planilha sobre os perfis, iniciado em maio de 2026, registra cada postagem com um conjunto detalhado de variáveis: tipo de publicação, data, tema, menções a outros atores políticos, referências a lideranças religiosas, menções a Lula e Bolsonaro, participação em atos de campanha, entre outros. A coleta é realizada por meio de monitoramento manual dos perfis públicos desses atores políticos no Instagram, procedimento que garante controle sobre a completude e a consistência dos registros ao longo do período de acompanhamento.

A parceria com o NIEJ introduz uma camada analítica adicional: a identificação de conteúdo conspiratório e de discurso de ódio nas postagens previamente coletadas pelo Lappcom. O fluxo de trabalho é colaborativo e sequencial. A equipe do Lappcom realiza uma primeira filtragem, identificando publicações com potencial conteúdo sensível. Esse material pré-selecionado é então encaminhado à equipe do NIEJ, que realiza a classificação final por categorias temáticas específicas, com base em uma taxonomia desenvolvida a partir da literatura sobre conspiracionismo e gramáticas da extrema direita.

A classificação de discurso sensível envolve, por sua natureza, julgamento interpretativo. Expressões que em um contexto funcionam como marcadores de intolerância podem, em outro, integrar uma citação crítica, uma denúncia ou uma descrição jornalística. Para lidar com

essa variabilidade, o projeto adota um protocolo de revisão por mais de um classificador nas postagens que suscitam dúvida ou discordância na triagem inicial. Os casos de divergência são documentados e resolvidos por consenso entre os membros da equipe, com registro justificado da decisão final. Esse procedimento não elimina a dimensão interpretativa da análise, que é constitutiva de qualquer estudo do discurso político, mas permite verificar a consistência das classificações ao longo do tempo e entre diferentes analistas, tornando o processo auditável e passível de revisão crítica.

Uma mesma postagem pode ser classificada em uma ou mais categorias simultaneamente, o que permite captar as articulações entre diferentes formas de discurso: a criminalização de grupos sociais pode aparecer combinada com xenofobia; a narrativa sobre ameaça à moralidade das crianças pode coexistir com islamofobia. Essas combinações não são casuais. Elas revelam padrões de co-ocorrência que são, em si mesmos, dados analiticamente relevantes sobre a estrutura interna da gramática conspiracionista.

Uma das escolhas metodológicas da pesquisa diz respeito à separação analítica entre a hostilidade contra pessoas trans e a hostilidade contra outras orientações sexuais dissidentes. Essa distinção parte da hipótese de que as duas formas de preconceito não são funcionalmente equivalentes no discurso da extrema direita. A narrativa antitrans é frequentemente articulada com acusações de degeneração moral infantil e com a categoria da pedofilia, construindo a população trans, e especialmente sua presença em espaços educativos, como ameaça direta às crianças. Esse enquadramento, que Gherman identifica como um dos motores afetivos mais poderosos da gramática conspiracionista, opera

de modo distinto da hostilidade contra orientações sexuais gay, lésbica ou bissexual, que tende a assumir enquadramentos retóricos diferentes. A distinção analítica entre essas categorias permitirá verificar empiricamente se essa diferença estrutural se confirma nos dados.

O projeto trabalha com dados públicos produzidos por figuras públicas no exercício de suas atividades políticas. As postagens monitoradas são aquelas que os próprios candidatos tornaram acessíveis a qualquer usuário das plataformas, sem restrição de privacidade. Ainda assim, o uso sistemático e arquivístico desse material coloca questões que merecem reconhecimento explícito. Os dados coletados serão armazenados em ambiente controlado, com acesso restrito aos membros das equipes de pesquisa. A divulgação de postagens individuais em publicações acadêmicas observará os princípios de proporcionalidade e pertinência analítica, sem expor indevidamente os candidatos a utilizações descontextualizadas de seu conteúdo. O banco de dados produzido neste ciclo eleitoral estará disponível para pesquisas futuras, mediante protocolos de acesso a serem definidos pelas instituições parceiras, de forma a equilibrar a abertura científica com a responsabilidade no tratamento do material.

Todos os dados coletados serão arquivados para uso em futuras pesquisas. Este volume do Guia apresenta o projeto e sua fundamentação teórico-metodológica; as análises empíricas resultantes do monitoramento serão publicadas nos volumes seguintes, à medida que o processo eleitoral avança.

Perspectivas analíticas

A montagem desse banco de dados abre um conjunto de possibilidades analíticas que

vão além do registro de casos isolados de discurso intolerante. A dimensão comparativa é, talvez, a mais imediata. Com 67 deputados federais e estaduais acompanhados ao longo de todo o período eleitoral, é possível perguntar se o conteúdo conspiratório se distribui de modo diferente entre figuras de campos políticos distintos. A hipótese que orienta o projeto é que a gramática conspiracionista é mais frequente entre atores políticos vinculados à direita e à extrema direita, mas os dados permitirão verificar se ela aparece também, e em que formas, entre aqueles de outras orientações. Enunciá-la como hipótese, e não como premissa, é um compromisso metodológico da pesquisa, ainda que seja necessário reconhecer que o próprio quadro teórico mobilizado, centrado na análise das gramáticas da extrema direita, não é neutro em relação a ela.

Trata-se de uma pesquisa teoricamente orientada, e essa orientação informa tanto as perguntas que se formulam quanto as categorias com que se trabalha. Esse vínculo entre teoria e hipótese não invalida a investigação empírica; pelo contrário, explicitar a perspectiva teórica que estrutura o olhar é condição para que os dados possam confirmar, qualificar ou desafiar as expectativas iniciais.

A dimensão territorial é igualmente relevante. O estado do Rio de Janeiro apresenta variações políticas, sociais e culturais significativas entre suas regiões. A distribuição geográfica dos políticos monitorados, articulada com a análise do conteúdo de suas postagens, pode revelar se determinadas formas de discurso conspiratório estão mais presentes em certas regiões do estado, e se essa distribuição se correlaciona com outros padrões eleitorais mapeados pelo Lappcom.

O [Vol. 1 do Guia de 2026](#) já oferece ele-

mentos para orientar essa análise territorial. No Leste Fluminense, o monitoramento da comunicação institucional dos municípios ao longo de 2025 revelou uma assimetria significativa na visibilidade atribuída à segurança pública: enquanto Itaboraí, Maricá, São Gonçalo e Niterói concentraram menções recorrentes ao tema, associadas a iniciativas de planejamento e uso de tecnologia, outros municípios da região mantiveram o assunto em posição secundária em sua comunicação oficial. Na Baixada Fluminense, o padrão foi distinto: a segurança pública funcionou como mote praticamente universal entre os prefeitos eleitos em 2024, com propostas que incluíam centrais de monitoramento, expansão de programas específicos e endurecimento das respostas institucionais à criminalidade.

Esses dados, produzidos em escala municipal, criam uma hipótese de trabalho para o monitoramento das redes dos deputados federais e estaduais: se a pauta da segurança pública já se distribuía de forma desigual entre regiões antes do início formal da campanha, é razoável esperar que essa distribuição se reflita também no conteúdo das postagens dos políticos. A taxonomia do NIEJ inclui a categoria "segurança pública punitivista extrema", que permite distinguir analiticamente entre referências ordinárias ao tema e enquadramentos que o convertem em narrativa de inimigos internos e violência legítima.

A articulação entre os dados territoriais e a análise de conteúdo poderá verificar se essa hipótese se sustenta empiricamente. Do ponto de vista temático, a taxonomia desenvolvida pelo NIEJ permite perguntar quais grupos sociais são mais frequentemente construídos como alvo do discurso conspiratório no contexto eleitoral fluminense de 2026. A análise de coocorrência entre categorias permitirá iden-

tificar quais narrativas tendem a aparecer juntas, o que pode revelar a estrutura profunda da gramática conspiratória em uso, para além dos episódios pontuais.

Há também uma perspectiva longitudinal. O arquivamento sistemático dos dados produzidos neste ciclo eleitoral cria um material de referência para comparações futuras: como evolui o discurso conspiratório entre os ciclos eleitorais de 2026 e os seguintes? As narrativas que aparecem neste pleito ganham ou perdem relevância? Novos alvos surgem enquanto outros desaparecem? Essas perguntas só podem ser respondidas com base em dados coletados com método e preservados com cuidado, o que justifica o investimento metodológico da parceria mesmo antes que os primeiros resultados empíricos estejam disponíveis.

Acreditamos que a análise dos mitos políticos é reveladora não porque os mitos sejam verdadeiros, mas porque eles documentam o que determinada sociedade, em determinado momento, teme, deseja e imagina. Por isso, o monitoramento das redes sociais dos candidatos nas eleições de 2026 é, em larga medida, um exercício nessa direção: o que os candidatos publicam documenta não apenas suas posições programáticas, mas o imaginário político que cultivam e o vocabulário com que tentam se comunicar com seus eleitores. Analisar esse material com o instrumental teórico acumulado pelo NIEJ é contribuir para que essa documentação se torne inteligível.

Considerações finais

A parceria entre o NIEJ e o Lappcom parte de uma constatação de que o discurso político que circula nas redes sociais durante as campanhas eleitorais não tem sido estudado com a

mesma sistematicidade com que são analisados os resultados eleitorais, os padrões de votação ou as alianças partidárias. Isso não se deve a uma falta de relevância do objeto, mas à dificuldade de organizar esse material disperso em um banco de dados estruturado que permita análise rigorosa.

O que este projeto propõe é preencher parcialmente essa lacuna para o caso das eleições estaduais fluminenses de 2026, com foco específico na presença de conteúdo conspiratório e de discurso de ódio na comunicação dos candidatos. A colaboração entre dois laboratórios com competências distintas - o Lappcom, com sua expertise em análise eleitoral e monitoramento territorial, e o NIEJ, com seu arcabouço teórico sobre gramáticas políticas e conspiracionismo - cria condições para uma abordagem que nenhum deles realizaria isoladamente.

A produção teórica mobilizada neste artigo constitui a moldura conceitual dentro da qual os dados a serem coletados adquirirão sentido. Saber que o discurso conspiratório funciona como gramática, que essa gramática opera pelo controle da linguagem, que as redes sociais oferecem condições inéditas para sua difusão e que o letramento político que ela produz tem consequências sobre o comportamento eleitoral são os pressupostos que orientam a classificação das postagens, a escolha das categorias analíticas e a interpretação dos resultados.

[Os resultados desta pesquisa serão apresentados nos próximos volumes do Guia Lappcom Eleições 2026.](#) O que se oferece neste volume é o quadro de referência que tornará esses resultados legíveis.

As janelas partidárias e a reorganização de forças

por Tayná Paolino e Victor Escobar

Os partidos políticos ocupam um papel central nas democracias representativas contemporâneas. São eles que organizam a competição eleitoral, estruturam programas políticos, recrutam lideranças e transformam demandas sociais em política institucional. No caso brasileiro, marcado por um sistema multipartidário e por elevado número de legendas, reformas institucionais recentes buscaram alterar os incentivos de funcionamento do sistema partidário, com impactos sobre a competição eleitoral, a organização interna das siglas e a circulação de lideranças entre partidos.

Entre essas mudanças, destacam-se as reformas política e eleitoral implementadas a partir de meados da década de 2010, especialmente aquelas voltadas para redução da fragmentação partidária e fortalecimento dos partidos políticos. Nesse contexto se insere a criação da chamada janela partidária, mecanismo que passou a regulamentar a possibilidade de troca de legenda sem perda de mandato para parlamentares eleitos pelo sistema proporcional.

A janela partidária foi incorporada ao ordenamento jurídico por meio da reforma eleitoral de 2015 (Lei nº 13.165/2015), que inseriu o artigo 22-A na Lei dos Partidos Políticos (Lei nº 9.096/1995), sendo posteriormente reafirmada pela Emenda Constitucional nº 91 de 2016. Essa

proposta surgiu como uma resposta institucional ao princípio da fidelidade partidária consolidado pela Justiça Eleitoral brasileira após decisões do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), posteriormente confirmadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), e regulamentadas pela Resolução TSE nº 22.610/2007.

A partir desse entendimento, consolidou-se o princípio de que, nos cargos conquistados pelo sistema proporcional, como deputado federal, deputado estadual, distrital e vereador, existe vínculo entre o mandato conquistado e o partido político responsável pela eleição. Como consequência, parlamentares que desejassem migrar de legenda passaram a necessitar de justificativas legalmente reconhecidas para evitar questionamentos sobre perda de mandato.

Nesse cenário, a janela partidária passou a funcionar como um mecanismo institucional de reorganização das forças políticas. Em anos eleitorais, sete meses antes do primeiro turno, parlamentares dos cargos proporcionais podem migrar de partido durante período determinado sem necessidade de apresentar justificativa adicional. O objetivo foi reduzir disputas judiciais e permitir rearranjos partidários em um ambiente regulado.

Fora da janela, a legislação eleitoral prevê hipóteses específicas de justa causa para

desfiliação sem perda do mandato. Atualmente, são reconhecidas situações como: mudança substancial ou desvio reiterado do programa partidário, grave discriminação política pessoal e anuência da legenda, conforme redação consolidada após a Emenda Constitucional nº 111/2021. Um importante ponto a salientar é que a legislação eleitoral blinda os Fundos Partidário e Eleitoral, mantendo os recursos financeiros vinculados à votação original obtida nas urnas pelos partidos e impedindo que o dinhei-

ro siga o parlamentar.

Embora concebida como mecanismo jurídico de estabilização institucional, a janela partidária também se tornou um momento privilegiado para observar dinâmicas políticas mais amplas. As migrações partidárias frequentemente funcionam como indicador da capacidade de coordenação eleitoral dos partidos, da força de lideranças nacionais e estaduais, assim como das expectativas dos parlamentares em relação às disputas futuras.

Quadro 1 — Fundamentos Institucionais da Janela Partidária

Elemento	Características
O que é	Mecanismo que permite a troca de partido sem perda de mandato para parlamentares eleitos pelo sistema proporcional durante período determinado em anos eleitorais
Base legal	Lei nº 9.096/1995 (art. 22-A, incluído pela Lei nº 13.165/2015); Emenda Constitucional nº 91/2016
Quem pode utilizar	Deputados federais, estaduais e distritais em fim de mandato
Quem não utiliza	Ocupantes de cargos majoritários, que possuem regras distintas
Período de ocorrência	Um mês - Abre sete meses antes do primeiro turno das eleições gerais
Fundamento	Compatibilizar o princípio da fidelidade partidária com a necessidade de reorganização das forças políticas
Relação com a fidelidade partidária	Decisões do TSE e STF consolidaram entendimento de que, em eleições proporcionais, há vínculo entre mandato e partido
Hipóteses de saída fora da janela	Mudança substancial ou desvio reiterado do programa partidário; grave discriminação política pessoal; anuência do partido
<i>Fonte: elaboração própria a partir da Lei nº 9.096/1995; Lei nº 13.165/2015; EC nº 91/2016; EC nº 111/2021; Resolução TSE nº 22.610/2007.</i>	

Longe de ser apenas uma dança de cadeiras burocrática, o saldo da janela partidária de 2026 na Câmara dos Deputados pode apontar para uma nova geografia do campo direita no Brasil. O contraste analítico mais agudo reside no comportamento de duas superlegendas: enquanto o Partido Liberal (PL) liderou o crescimento com um saldo positivo de +12 deputados, o União Brasil amargou a desidratação mais severa do período, registrando uma perda líquida de 16 parlamentares.

O União Brasil, nascido da fusão entre o DEM, antigo PFL e o PSL, partido de Bolsonaro em 2018, foi projetado para ser um gigante de direita. No entanto, o resultado da janela sugere que o cenário nacional fortemente polarizado cobrou o seu preço. O Partido Liberal se consolidou como o polo de atração natural do eleitorado e das lideranças de extrema direita. Ao oferecer uma identidade ideológica mais nítida, o partido converteu capital político em atração institucional.

O grande motor dessa migração em massa, contudo, pode repousar na lógica do sistema proporcional. Como as vagas no parlamento são distribuídas com base no quociente eleitoral, o verdadeiro trunfo do PL para atrair novos quadros é o seu vínculo com a família Bolsonaro e as lideranças locais que atuam como puxadores de votos, como Nicolas Ferreira. A presença de lideranças de forte apelo popular e votações superlativas funciona como um autêntico colchão de segurança para os candidatos de votação média: o excedente de votos gerado pelos puxadores infla o desempenho da legenda e reduz a linha de corte necessária para a obtenção de uma cadeira. A debandada do União Brasil em direção ao PL indica que o bolsonarismo conti-

nua forte e influenciando as decisões das elites políticas.

Em paralelo, o crescimento expressivo de siglas como o Podemos (+11) e o pragmatismo resiliente do PSD (+3) mostram que a centro-direita continua a recolher os espólios daqueles que pretendem agir fora da polarização e posicionam-se como os fiadores da governabilidade futura. O balanço final da janela de 2026, portanto, atesta que o ecossistema partidário premiou a coesão de blocos ideológicos e a eficiência eleitoral.

Tabela 1 — Saldo da janela partidária de 2026 (Câmara dos Deputados)			
Partido	Entraram	Saíram	Saldo
PL	16	4	12
Podemos	14	3	11
PSD	8	5	3
Republicanos	5	4	1
MDB	4	4	0
PT	3	3	0
PSB	3	4	-1
PP	5	7	-2
PDT	2	6	-4
União Brasil	3	19	-16
Fonte: Elaboração Própria com dados da Câmara Federal			

A reorganização do poder político no Rio de Janeiro

por Paulo Baía

O calendário eleitoral de 2026 registrou, nos primeiros meses do ano, um dos períodos de maior efervescência da política brasileira. Entre os dias 5 de março e 3 de abril, ocorreu a janela partidária, mecanismo previsto pela legislação eleitoral que permitiu a deputados federais e estaduais mudarem de legenda sem o risco da perda de seus mandatos. Logo em seguida, em 4 de abril, encerrou-se o prazo legal para filiação partidária e regularização do domicílio eleitoral daqueles que pretendem disputar as eleições gerais de outubro de 2026.

Quando esses marcos temporais foram alcançados, uma etapa decisiva da construção do cenário eleitoral brasileiro já havia sido concluída. Os partidos políticos encerraram negociações, consolidaram alianças, ampliaram suas bases de apoio e buscaram incorporar lideranças capazes de fortalecer suas chapas para deputado estadual e deputado federal. As legendas buscaram fortalecer e estruturar as nominatas para deputados estaduais e federais, compreendendo que a disputa proporcional exige densidade eleitoral, capilaridade social, presença territorial e capacidade de comunicação permanente com o eleitorado. A partir daquele momento, os movimentos dos bastidores

começaram a ceder espaço à preparação das campanhas que, em outubro, serão submetidas ao julgamento do eleitorado.

No estado do Rio de Janeiro, o encerramento desses prazos revelou, mais uma vez, a extraordinária capacidade de reorganização do sistema político fluminense. Ao longo das últimas décadas, o estado consolidou-se como um laboratório permanente de rearranjos partidários, recomposições de grupos políticos e construção de novas alianças. Em 2026, esse padrão reapareceu com vigor renovado. A proximidade das datas-limite desencadeou uma verdadeira corrida pela filiação de quadros considerados eleitoralmente competitivos.

Os partidos compreenderam que já não bastava depender exclusivamente de lideranças tradicionais. Tornou-se necessário ampliar o recrutamento de candidatos dotados de inserção social, reconhecimento público e capacidade de comunicação com diferentes segmentos do eleitorado. Por essa razão, as legendas dirigiram seus esforços para a atração de lideranças comunitárias, representantes religiosos, empresários, dirigentes culturais, influenciadores digitais, médicos, professores universitários, profissionais liberais, sindicalistas, ex-parlamentares,

policiais militares, policiais civis, bombeiros militares, apresentadores de televisão e comunicadores de rádio.

Essa movimentação revelou uma mudança importante na própria gramática da política eleitoral. A formação das nominatas passou a ser uma engenharia complexa de composição social, regional, profissional, simbólica e comunicacional. Fortalecer e estruturar as nominatas para deputados estaduais e federais tornou-se uma tarefa central das direções partidárias. Cada nome passou a ser avaliado não apenas por sua votação provável, mas também por sua capacidade de agregar segmentos, ativar redes, representar causas, mobilizar territórios e ampliar a visibilidade pública da legenda.

A intensa procura por médicos tornou-se um dos fenômenos mais visíveis desse processo. Em diversas cidades fluminenses, profissionais da saúde construíram prestígio junto à população por meio de suas trajetórias profissionais, da presença cotidiana em hospitais públicos e privados e da participação em programas sociais. Muitos partidos enxergaram nesses profissionais a possibilidade de estabelecer diálogo com uma das questões mais sensíveis da sociedade brasileira: a saúde pública. Até o prazo final, inúmeras legendas empenharam-se em convencer médicos a ingressarem na política eleitoral e integrarem chapas para deputado estadual e deputado federal.

Os professores também ocuparam posição destacada nessa dinâmica de recrutamento. Docentes universitários, pesquisadores, gestores educacionais e profissionais atuantes em escolas públicas e privadas foram procurados por diferentes partidos. O reconhecimento intelectual, a capacidade de formulação de políticas públicas e a legitimidade social construída ao longo de anos de dedicação ao conhecimento

transformaram muitos desses profissionais em nomes cobiçados para as eleições de outubro.

As direções partidárias também voltaram seus olhares para os policiais militares, policiais civis e bombeiros militares. Em um contexto no qual a segurança pública permanece entre as principais preocupações da população brasileira e, especialmente, do eleitorado fluminense, esses profissionais passaram a ser vistos como pontes diretas com uma das agendas mais sensíveis da sociedade contemporânea. Essa busca refletiu a importância institucional das forças de segurança e a capacidade de mobilização social construída por muitos desses profissionais ao longo de suas trajetórias. Em diversas cidades do estado do Rio de Janeiro, policiais militares, policiais civis e bombeiros tornaram-se referências locais em temas ligados à ordem pública, à prevenção da violência, à proteção civil e à gestão de crises. Essa legitimidade social converteu muitos deles em potenciais candidatos competitivos para as disputas de deputado estadual e deputado federal.

Os apresentadores de televisão e os comunicadores de rádio também passaram a ocupar posição privilegiada nesse processo de recrutamento. Apesar da expansão das redes sociais e das plataformas digitais, a televisão aberta e o rádio continuam exercendo forte influência sobre a formação da opinião pública. Em diversas regiões do estado, especialmente no interior, na Baixada Fluminense e nos bairros populares da capital, programas jornalísticos, esportivos e de variedades permanecem como importantes fontes de informação cotidiana para milhões de cidadãos.

Os dirigentes partidários compreenderam que a visibilidade acumulada por apresentadores e radialistas ao longo de anos de atuação profissional representa um patrimônio

político valioso. A presença diária nos lares fluminenses, a familiaridade construída junto ao público e a credibilidade acumulada perante amplos segmentos da população transformaram muitos desses comunicadores em potenciais candidatos competitivos. Não por acaso, diversas legendas buscaram nomes conhecidos da televisão e do rádio antes do encerramento do prazo de filiação, avaliando sua capacidade de converter notoriedade pública em capital eleitoral.

A presença dos influenciadores digitais constituiu um dos fenômenos mais expressivos desse período. As redes sociais consolidaram-se como instrumentos centrais da comunicação política contemporânea. Influenciadores com centenas de milhares de seguidores passaram a ser vistos como potenciais candidatos ou apoiadores estratégicos. Muitos receberam convites de diferentes legendas antes do encerramento do prazo legal de filiação. No Rio de Janeiro, essa dimensão assumiu importância especial. O estado possui enorme diversidade social, cultural, territorial e comunicacional. Há influenciadores ligados à cultura periférica, ao humor, ao esporte, à religião, à segurança pública, à saúde, à educação, ao empreendedorismo, ao entretenimento, à defesa dos animais, à mobilidade urbana, à vida comunitária e aos direitos humanos. Cada um desses campos possui públicos próprios, linguagens próprias e formas específicas de pertencimento. Ao serem incorporados às estratégias partidárias, esses influenciadores passaram a representar novas modalidades de capital político.

As redes sociais também modificaram a temporalidade da campanha eleitoral. Antes, a campanha possuía um início mais definido, concentrado no período legal de propaganda. Agora, a política se tornou permanente. O candidato

ou pré-candidato é observado durante todo o tempo. Sua presença digital, seu vocabulário, sua coerência, sua capacidade de responder a crises, sua imagem pública e sua relação com os seguidores passam a ser acumuladas muito antes do início formal da campanha. Dessa forma, os influenciadores digitais chegam ao processo eleitoral com uma vantagem evidente: já possuem audiência, linguagem, reconhecimento e capacidade de mobilização.

Entretanto, essa força não elimina os desafios. Visibilidade digital não se converte automaticamente em voto. Seguidores não são necessariamente eleitores. Por isso, os partidos buscaram avaliar quais influenciadores possuíam densidade social real, presença territorial, capacidade de diálogo fora das plataformas e possibilidade concreta de participação em uma nominata competitiva. A questão central não era apenas quem tinha mais seguidores, mas quem possuía influência politicamente mobilizável.

Ao lado dos influenciadores digitais, ganharam destaque as lideranças de movimentos sociais e identitários. Mulheres, pessoas negras, populações periféricas, lideranças LGBTQIAPN+, representantes de movimentos de moradia, defensores dos direitos das pessoas com deficiência, ativistas ambientais, lideranças estudantis, coletivos culturais, organizações de direitos humanos, grupos feministas, movimentos antirracistas e representantes de comunidades tradicionais passaram a ocupar lugar estratégico nas negociações partidárias. Essas lideranças carregam legitimidades construídas em lutas concretas, em territórios específicos, em experiências coletivas e em trajetórias de enfrentamento das desigualdades.

A influência dessas lideranças nas eleições para deputados estaduais e federais não

pode ser subestimada. Elas expressam demandas que atravessam a sociedade fluminense: direito à cidade, combate ao racismo, enfrentamento da violência contra a mulher, defesa da educação pública, inclusão social, proteção das juventudes periféricas, democratização da cultura, segurança alimentar, moradia digna, respeito à diversidade, sustentabilidade ambiental e ampliação da cidadania. Em um estado marcado por desigualdades profundas, essas pautas são centrais para compreender a disputa política contemporânea.

Os partidos perceberam que fortalecer e estruturar as nominatas para deputados estaduais e federais exigia incorporar essas novas expressões da sociedade civil. Uma chapa competitiva em 2026 não poderia ser formada apenas por nomes tradicionais, empresários, ex-parlamentares e lideranças institucionais. Precisaria também dialogar com as novas subjetividades políticas, com os coletivos sociais e com as formas contemporâneas de organização da vida pública.

Entretanto, a emergência das lideranças vinculadas aos movimentos identitários introduz um elemento adicional de complexidade na análise da política contemporânea. As identidades coletivas constituem simultaneamente espaços de pertencimento, reconhecimento, solidariedade e mobilização, mas também podem se transformar em territórios de controvérsia, conflito e polarização. Essas pautas despertam adesões intensas, produzem identificação emocional e mobilizam segmentos sociais que historicamente permaneceram invisibilizados ou sub-representados. Ao mesmo tempo, geram resistências, críticas e reações de grupos que enxergam essas agendas como ameaças a valores, tradições ou formas consolidadas de organização social. Do ponto de vista sociológico,

essa tensão não representa uma anomalia da democracia. Ao contrário, constitui uma das expressões mais evidentes da pluralidade de interesses, visões de mundo e projetos de sociedade presentes nas democracias contemporâneas.

Nas disputas para presidente da República, governador ou senador, os candidatos frequentemente necessitam construir amplas coalizões eleitorais capazes de dialogar simultaneamente com múltiplos segmentos da sociedade. Nesses casos, agendas excessivamente associadas a determinados grupos podem encontrar limites decorrentes da necessidade de ampliar consensos e reduzir resistências. Nas eleições proporcionais para deputado estadual e deputado federal, entretanto, a dinâmica é diferente. O sistema eleitoral permite que candidatos representem segmentos específicos da sociedade, convertendo identidades, causas, pertencimentos e visões de mundo em bases legítimas de representação política. Dessa forma, tanto lideranças vinculadas aos movimentos sociais quanto lideranças que se apresentam como críticas ou opositoras dessas agendas encontram espaço para construir candidaturas competitivas e conquistar representação institucional.

Essa característica ajuda a compreender por que os partidos dedicaram atenção crescente à incorporação de lideranças associadas a diferentes correntes identitárias e também a setores que organizam sua atuação política em contraposição a essas mesmas correntes. O sistema proporcional brasileiro cria oportunidades para que diferentes sensibilidades culturais, religiosas, morais, geracionais, territoriais e identitárias encontrem expressão eleitoral. Em vez de eliminar os conflitos presentes na sociedade, a disputa proporcional tende a incorporá-los ao processo democrático, transformando diver-

gências sociais em competição política institucionalizada. Nesse sentido, as eleições para deputado estadual e deputado federal tornam-se espaços privilegiados para a representação das múltiplas identidades que coexistem no interior da sociedade fluminense e brasileira.

Nas disputas majoritárias para presidente da República, governador ou senador, os candidatos frequentemente necessitam construir pontes entre diferentes segmentos sociais, reduzindo tensões e ampliando consensos. Já nas eleições para deputado estadual e deputado federal, a representação de identidades específicas ou mesmo a oposição explícita a determinadas agendas identitárias pode se transformar em importante ativo eleitoral. O sistema proporcional permite que setores distintos da sociedade encontrem representação institucional sem a necessidade de construir maiorias absolutas. Dessa forma, tanto candidatos apoiados pelos movimentos identitários quanto aqueles apoiados por grupos críticos a essas pautas encontram oportunidades concretas de obtenção de mandatos parlamentares.

Outro fenômeno que merece destaque é o fortalecimento contínuo das lideranças religiosas. Nas últimas décadas, igrejas, comunidades de fé, organizações religiosas e seus dirigentes ampliaram significativamente sua presença na vida cotidiana da população. Muito além das atividades estritamente espirituais, essas lideranças passaram a desempenhar funções sociais, comunitárias, educacionais, assistenciais e culturais em milhares de bairros, municípios e regiões do estado do Rio de Janeiro. Em muitos territórios, especialmente nas periferias urbanas e em cidades do interior, líderes religiosos tornaram-se referências permanentes para famílias, jovens, idosos e trabalhadores, estabelecendo vínculos de confiança que transcendem a

esfera religiosa propriamente dita.

Por essa razão, praticamente todos os partidos buscaram dialogar com lideranças religiosas durante o período de reorganização partidária. Católicos, evangélicos de diferentes denominações, espíritas e representantes de diversas tradições religiosas passaram a ocupar posição relevante na construção das nominatas para deputado estadual e deputado federal. Sua importância não decorre apenas da capacidade de mobilização eleitoral. Ela está associada também à presença cotidiana dessas lideranças junto às comunidades, à sua legitimidade moral perante amplos setores da população e à capacidade de interpretar demandas concretas relacionadas à família, à educação, à assistência social, à segurança, à juventude e à vida comunitária.

O crescimento da influência das lideranças religiosas tornou-se um dos fenômenos mais consistentes da política brasileira contemporânea. Elas estão presentes em praticamente todos os partidos, em todas as correntes ideológicas e em praticamente todas as nominatas competitivas para deputado estadual e deputado federal. Sua relevância não se limita ao período eleitoral. Ela se manifesta diariamente por meio de atividades comunitárias, projetos sociais, acolhimento de famílias, assistência a pessoas vulneráveis e construção de vínculos de confiança que muitas vezes não são alcançados pelas instituições tradicionais do Estado. Em um contexto de crescente fragmentação social, as lideranças religiosas consolidaram-se como importantes mediadoras entre a política institucional e a vida cotidiana dos cidadãos, tornando-se elementos fundamentais na composição das estratégias eleitorais das diversas legendas presentes no cenário político fluminense.

A cidade do Rio de Janeiro, maior colégio

eleitoral do estado, tornou-se o epicentro dessas articulações. Nenhum partido relevante ignorou a importância estratégica da capital. Com milhões de eleitores distribuídos por bairros socialmente diversos e politicamente heterogêneos, o município concentrou negociações envolvendo parlamentares, lideranças comunitárias, dirigentes partidários, empresários, médicos, professores, policiais, bombeiros, influenciadores digitais, comunicadores e representantes dos mais variados setores da sociedade civil.

A relevância da capital não decorre apenas de sua dimensão eleitoral. A cidade do Rio de Janeiro continua exercendo forte influência simbólica sobre a política estadual. Muitas decisões tomadas em seu território irradiam efeitos para os demais municípios fluminenses, contribuindo para definir tendências e orientar estratégias partidárias em diferentes regiões do estado.

Niterói também preservou papel relevante nesse processo. O município mantém características singulares dentro do cenário político fluminense. A forte presença de universidades, centros de pesquisa, profissionais qualificados e setores culturais organizados faz com que a disputa por quadros técnicos e intelectuais adquira especial importância. Diversos partidos procuraram ampliar sua presença local por meio da filiação de professores, pesquisadores, profissionais liberais e lideranças culturais.

A Baixada Fluminense permaneceu como um dos territórios mais disputados do estado. Municípios como Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Belford Roxo, São João de Meriti, Nilópolis, Mesquita, Queimados e Japeri concentraram intensa movimentação partidária até os prazos de abril. Nessas cidades, lideranças comunitárias continuaram exercendo enorme

influência política. Presidentes de associações de moradores, dirigentes esportivos, representantes religiosos e coordenadores de projetos sociais foram frequentemente procurados pelos partidos.

Na Baixada Fluminense, as redes sociais assumiram papel complementar à política territorial. O líder comunitário que antes dependia apenas da presença física no bairro passou a atuar também no WhatsApp, no Instagram, no TikTok, no YouTube e em grupos digitais de moradores. O dirigente de projeto social passou a divulgar ações em tempo real. O representante religioso passou a alcançar fiéis e simpatizantes para além do espaço do templo. O ativista cultural passou a transformar eventos, rodas, bailes, saraus, festas populares e atividades periféricas em conteúdo político e comunicacional. Essa combinação entre território e rede tornou-se um dos elementos mais importantes da nova disputa proporcional.

Entretanto, a reorganização política observada até abril não se restringiu à Região Metropolitana. Municípios com mais de cinquenta mil eleitores espalhados pelo território fluminense participaram ativamente desse processo. Campos dos Goytacazes, Macaé, Rio das Ostras, Cabo Frio, Araruama, Saquarema, Angra dos Reis, Volta Redonda, Barra Mansa, Resende, Petrópolis, Nova Friburgo, Teresópolis, Itaperuna e diversas outras cidades transformaram-se em espaços estratégicos para o recrutamento de candidatos. Em muitos desses municípios, os partidos procuraram identificar lideranças capazes de ultrapassar os limites locais e conquistar votos em diferentes regiões do estado. Médicos reconhecidos por sua atuação regional, professores respeitados academicamente, ex-parlamentares experientes, policiais, bombeiros, comunicadores de rádio, apresentadores de

televisão e influenciadores digitais com grande alcance passaram a integrar os cálculos eleitorais das direções partidárias. Os segmentos culturais também ampliaram sua relevância. Dirigentes de escolas de samba, artistas populares, produtores culturais, representantes da cultura periférica e organizadores de eventos passaram a ser observados como possíveis candidatos capazes de estabelecer conexões consistentes com setores significativos da sociedade fluminense.

A cultura tornou-se, nesse contexto, uma linguagem política decisiva. O samba, o funk, o teatro popular, o audiovisual periférico, as festas comunitárias, os blocos de carnaval, os coletivos artísticos e os movimentos culturais de base expressam pertencimentos sociais profundos. Muitas lideranças culturais falam com públicos que a política institucional tradicional não alcança. Elas traduzem demandas, dores, esperanças e identidades coletivas. Por isso, também passaram a ser vistas como fundamentais para fortalecer e estruturar as nominatas para deputados estaduais e federais.

Ao mesmo tempo, as lideranças comunitárias continuaram demonstrando sua extraordinária força política. Nos bairros populares da capital, da Baixada Fluminense, de São Gonçalo, de Niterói, de Campos dos Goytacazes e de diversos outros municípios, essas lideranças mantiveram singular capacidade de mobilização social. Muitas concluíram suas filiações antes do prazo legal e poderão disputar espaços relevantes nas eleições de outubro.

Essas lideranças comunitárias são, muitas vezes, as primeiras intérpretes das necessidades concretas da população. Conhecem a falta de saneamento, a dificuldade no transporte, a precariedade da saúde, a ausência de equipamentos culturais, os problemas de segurança, as

demandas das escolas, os dramas da juventude e as urgências das famílias. Sua força política nasce dessa proximidade com a vida real. Quando ingressam em uma nominata para deputado estadual ou federal, levam consigo não apenas seus nomes, mas uma rede social viva, construída no cotidiano das comunidades.

A reorganização partidária observada durante a janela de 2026 revela, portanto, uma transformação mais profunda do que simples mudanças de filiação. Ela evidencia a ampliação dos atores que participam da vida política e eleitoral brasileira. A política contemporânea já não é produzida exclusivamente pelos partidos, pelos parlamentares ou pelas lideranças tradicionais. Ela emerge de uma constelação muito mais ampla de atores sociais que disputam influência, reconhecimento e representação.

Nesse novo cenário, médicos, professores, policiais, bombeiros, lideranças religiosas, influenciadores digitais, dirigentes culturais, líderes comunitários, representantes de movimentos sociais e identitários, empresários, comunicadores e ativistas de diferentes causas passaram a ocupar espaços cada vez mais relevantes na composição das nominatas. O recrutamento dessas lideranças não representa apenas uma estratégia eleitoral. Representa também o reconhecimento de que a sociedade fluminense tornou-se mais plural, mais fragmentada e mais complexa em suas formas de organização e expressão política.

As próprias redes sociais contribuíram para acelerar esse processo. Ao reduzir barreiras de comunicação e permitir a construção de audiências próprias, elas ampliaram significativamente as possibilidades de emergência de novas lideranças. Indivíduos que antes permaneceriam restritos aos limites de seus bairros, profissões ou grupos sociais passaram a alcan-

çar públicos regionais e até estaduais. A política tornou-se mais aberta à circulação de novos atores, embora também mais volátil e sujeita às rápidas transformações do ambiente digital.

Ao mesmo tempo, permanece a importância das estruturas territoriais tradicionais. Nenhuma campanha vitoriosa consegue prescindir completamente da presença física, das redes de relacionamento locais, das lideranças comunitárias e das formas clássicas de mobilização política. O que se observa não é a substituição de um modelo por outro, mas a combinação entre antigas e novas formas de construção do poder político. O território continua sendo decisivo. As redes digitais também. O desafio das candidaturas contemporâneas consiste precisamente em articular essas duas dimensões.

Quando a janela partidária foi encerrada em 3 de abril e o prazo final de filiação terminou em 4 de abril, uma parte significativa da disputa eleitoral de 2026 já havia sido desenhada. As legendas concluíram o recrutamento de seus quadros, estruturaram suas chapas e consolidaram parcela importante de suas alianças. Entretanto, os resultados dessas escolhas ainda pertencem ao terreno do futuro. A disputa proporcional será, portanto, um teste decisivo para essas novas formas de mediação política. Os influenciadores digitais precisarão demonstrar se sua presença nas redes pode se transformar em voto. As lideranças sociais precisarão mostrar se suas causas possuem força eleitoral suficiente para conquistar cadeiras. As lideranças comunitárias precisarão transformar confiança territorial em representação legislativa. As lideranças religiosas precisarão avaliar a extensão de sua capacidade de mobilização eleitoral. Os partidos, por sua vez, precisarão comprovar se foram capazes de fortalecer e estruturar as nominatas para deputados estaduais e federais com equilí-

brio, inteligência estratégica, diversidade social e sensibilidade política.

As eleições proporcionais de 2026 serão também um grande laboratório para observar como a sociedade fluminense está reorganizando suas formas de representação. A composição das futuras bancadas da Assembleia Legislativa e da Câmara dos Deputados oferecerá importantes pistas sobre os valores, interesses, identidades, conflitos e expectativas que atravessam a sociedade do estado do Rio de Janeiro. Cada cadeira conquistada representará não apenas uma vitória individual, mas a expressão de redes, comunidades políticas, territórios, grupos culturais, segmentos profissionais, organizações religiosas e movimentos coletivos que conseguiram transformar sua presença social em força eleitoral.

Dessa forma, os acontecimentos de março e abril já ingressaram na história política de 2026. Seus efeitos, contudo, ainda serão produzidos ao longo dos próximos meses. O que foi decidido nos corredores das sedes partidárias já não pode ser alterado. O que permanece aberto é a resposta que será dada pelos eleitores fluminenses nas urnas de outubro. É nesse encontro entre estratégia e voto, entre organização partidária e vontade popular, entre redes digitais e territórios, entre movimentos sociais e instituições representativas, entre identidades e divergências, entre religiosidade e cidadania, que a reorganização política ocorrida no primeiro semestre revelará sua real dimensão para o futuro do estado do Rio de Janeiro.

O emedebismo fluminense fora do MDB

por Theófilo Rodrigues

Entre 2003 e 2018, o estado do Rio de Janeiro viveu sob uma longa hegemonia do PMDB. O ciclo teve início com o governo de Rosinha Garotinho (2003-2006), seguido pelos dois mandatos de Sergio Cabral (2007-2014) e pelo governo de Luiz Fernando Pezão (2015-2018). Na capital, a legenda elegeu Eduardo Paes prefeito em 2008 e o reelegeu em 2012. A força do PMDB, contudo, não se restringia ao Rio de Janeiro: o partido foi o que mais elegeu prefeitos no estado nas eleições de 2004, 2008, 2012 e 2016. Além disso, alcançou a presidência da Câmara dos Deputados com Eduardo Cunha. Essa hegemonia, entretanto, desmoronou com a prisão de diversas de suas principais lideranças entre 2016 e 2018.

Ao analisar esse processo histórico da política fluminense, argumentei que a crise de hegemonia do PMDB abriu espaço para um novo realinhamento partidário no estado. Durante quase duas décadas, o emedebismo estruturou-se como uma força política centrista e pragmática, capaz de articular amplas coalizões e de incorporar práticas de mediação política que guardavam semelhanças com o antigo chaguismo. A partir da crise do partido, contudo, esse arranjo foi substituído por um novo campo político situado mais à direita do espectro ideológico.

De fato, foi precisamente isso o que

ocorreu com os governos de Wilson Witzel (2019-2020) e Cláudio Castro (2021-2026). Com uma agenda neoliberal na economia – privatização da Cedae –, conservadora nos costumes e autoritária na política de segurança pública, esses governos refletiram o realinhamento do sistema partidário para a direita do espectro político. Como demonstramos recentemente, esses governos – Witzel e Castro – reproduziram a necropolítica no estado do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, emergia uma questão igualmente relevante: a prática do emedebismo teria entrado em declínio junto com o partido? Em termos mais precisos, a pergunta que levantei naquele momento foi: “aquela poderosa máquina política realmente chegou ao fim ou apenas se transformou e se deslocou para outras legendas?”.

Oito anos após o colapso da hegemonia emedebista e quatro anos depois da publicação daquele estudo, os acontecimentos parecem apontar para a resiliência dessa prática para além da própria legenda. A dispersão de antigas lideranças do MDB por diferentes partidos para disputar as eleições deste ano sugere justamente essa continuidade.

O caso mais conhecido é o do ex-prefeito Eduardo Paes, que migrou para o PSD, legenda pela qual disputará o governo do estado. Ex-presidente da ALERJ, Paulo Melo será can-

didato a deputado estadual pelo União Brasil. Pela mesma sigla, Rafael Picciani, filho do ex-presidente da ALERJ Jorge Picciani, também concorrerá a uma vaga na Assembleia Legislativa. Seu irmão, Leonardo Picciani, disputará uma cadeira na Câmara dos Deputados pelo PV. Outro herdeiro de uma importante liderança do antigo PMDB fluminense, Marco Antônio Cabral, filho do ex-governador Sergio Cabral, filiou-se ao Solidariedade e concorrerá ao cargo de deputado estadual. Já o ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha tentará retornar ao Congresso Nacional como candidato a deputado federal pelo Republicanos de Minas Gerais. O aspecto mais significativo não é a permanência dessas lideranças em si, mas o fato de que elas continuam ocupando posições competitivas em partidos distintos, preservando redes políticas construídas durante a hegemonia emedebista.

Isso não significa, contudo, que o MDB tenha desaparecido. A própria legenda ainda preserva importantes redutos de influência no estado, como a família Reis, em Duque de Caxias, Luiz Fernando Pezão, em Piraí, e Edson Albertassi em Volta Redonda, entre outras lideranças. Não por acaso, o partido indicou Jane Reis para compor como candidata a vice-governadora na chapa encabeçada por Eduardo Paes. Ainda que distante da posição hegemônica que ocupou no passado, o MDB segue presente e relevante na política fluminense.

Resta saber se essa dispersão representa apenas uma estratégia de adaptação de antigas elites políticas ou se aponta para a formação de um novo arranjo de poder no estado. De todo modo, os indícios sugerem que o emedebismo fluminense sobreviveu à crise do MDB. Mudaram as siglas, mudaram os protagonistas centrais e mudou o contexto político, mas parte

importante das engrenagens que sustentaram aquela hegemonia parece continuar em funcionamento sob novas formas.

Dito de outro modo, a história recente da política fluminense sugere que o MDB perdeu a hegemonia, mas o emedebismo não. Sua capacidade de adaptação permitiu que antigas lideranças e redes de poder sobrevivessem à crise da legenda, redistribuindo-se por diferentes partidos sem necessariamente abandonar as práticas que sustentaram sua influência ao longo de duas décadas.

Entre todas essas lideranças oriundas da antiga hegemonia peemedebista, Eduardo Paes é aquele que conseguiu preservar maior competitividade eleitoral e capacidade de articulação de uma ampla coalizão política. Se essa hipótese estiver correta, a possibilidade mais evidente de retorno do emedebismo ao comando do estado do Rio de Janeiro passa atualmente pela candidatura de Eduardo Paes. Até onde é possível observar no cenário político fluminense, trata-se da alternativa mais concreta, no curto prazo, para encerrar o ciclo de governos alinhados à direita que se consolidou após a crise do MDB e restabelecer um padrão de governo marcado pelo centrismo, pelo pragmatismo político e pela construção de amplas coalizões.

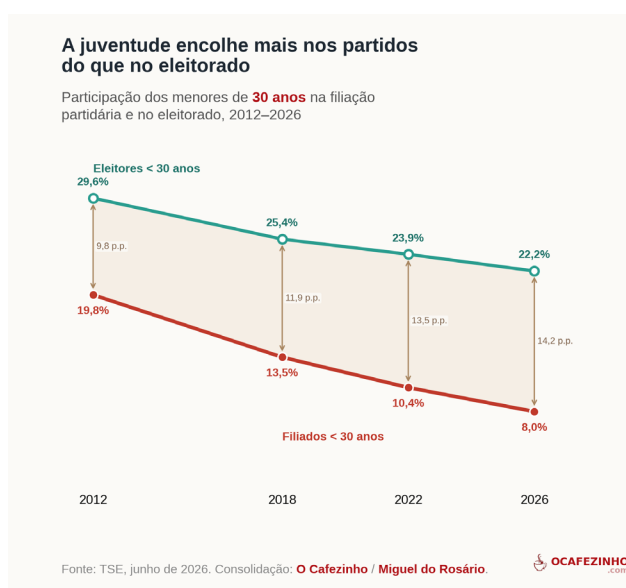
O rápido envelhecimento da filiação partidária

por Miguel do Rosário

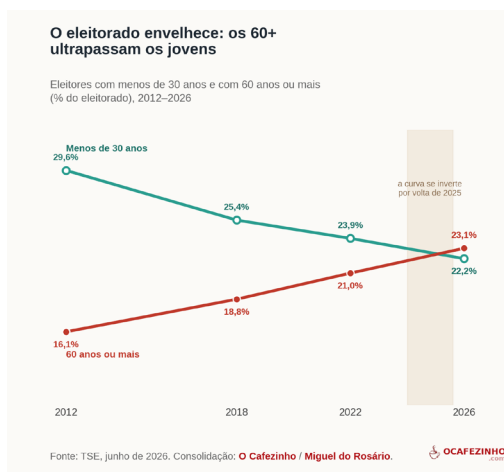
“A segurança de uma república ou de um reino não está em ter um governante que o conduza prudentemente enquanto vive, mas em ter alguém que ordene as coisas de tal modo que, quando ele morra, o Estado ainda consiga manter-se.” - Nicolau Maquiavel, Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio, Livro I, capítulo XI, em tradução livre a partir da edição inglesa de Ninian Hill Thomson.

A frase de Maquiavel serve como uma chave severa para ler os dados da filiação partidária no Brasil. A pergunta decisiva não é apenas quantos filiados os partidos têm hoje, mas se essas organizações estão ordenadas de tal modo que possam sobreviver ao tempo, renovar suas energias, formar novas gerações e continuar funcionando quando seus chefes, caciques e redes antigas saírem de cena. Em termos políticos, não basta que uma organização conserve sua fachada institucional. É preciso saber se ela ainda alcança a sociedade real, se abre espaço para novas gerações, se atualiza seus métodos e se mantém capacidade de formar quadros para o futuro.

A filiação partidária brasileira está envelhecendo mais rápido do que o próprio eleitorado. Em 2012, os filiados com menos de 30 anos eram 2,99 milhões e representavam 19,82% da base formal dos partidos. Em 2026, caíram para 1,29 milhão, ou 8,02% do total. No mesmo período, o eleitorado jovem também diminuiu como proporção do cadastro eleitoral, mas em ritmo bem mais moderado: os eleitores com menos de 30 anos passaram de 29,60% para 22,23% do eleitorado.

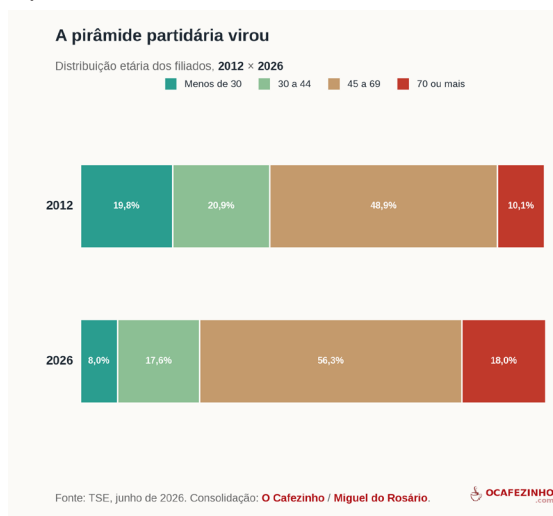


Os números da filiação mostram uma mudança de pirâmide. A faixa dos filiados com 70 anos ou mais subiu de 1,52 milhão em 2012 para 2,91 milhões em 2026. Em percentual, passou de 10,11% para 18,02%. Ao mesmo tempo, a juventude partidária minguou. A base de menos de 30 anos não apenas perdeu participação relativa, mas encolheu em termos absolutos: são cerca de 1,70 milhão de jovens filiados a menos do que havia em 2012.



Maquiavel insistia que as repúblicas duradouras dependem menos da virtude isolada de um homem do que da capacidade de suas instituições de se regenerarem. No Livro III dos Discursos, ao tratar da duração das repúblicas e das seitas, ele escreve que as mudanças saudáveis são aquelas que “as trazem de volta aos seus primeiros princípios”. Essa ideia não significa nostalgia. Significa recuperação da energia original. Uma organização política que não renova seus quadros, seus hábitos e seus canais de entrada perde o contato com a matéria viva da sociedade.

O fenômeno não atinge todos os partidos da mesma maneira. Entre as maiores legendas, o envelhecimento aparece com força em máquinas partidárias tradicionais. O MDB tem 17,74% de seus filiados com 70 anos ou mais. O PP tem 16,63%. O PDT aparece com 15,06%. A antiga espinha dorsal do sistema partidário brasileiro, formada por siglas de capilaridade municipal, parece carregar uma base numerosa, mas bastante envelhecida.



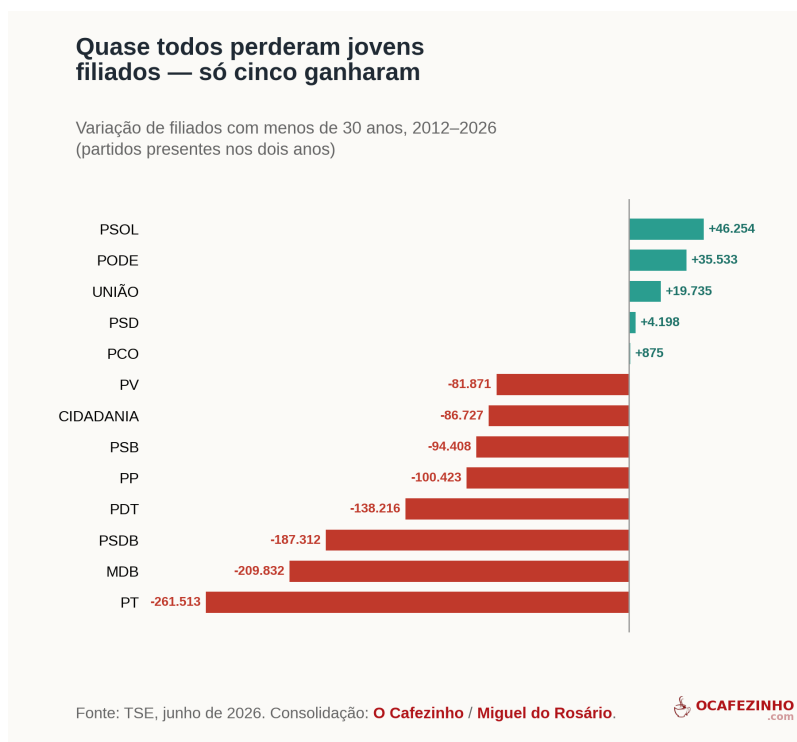
Há também partidos com perfil mais jovem, embora isso precise ser lido com cuidado por-

que algumas siglas têm bases menores. A UP se destaca com 24,74% de filiados com menos de 24 anos. O partido Missão aparece com 20,12% nessa mesma faixa. Entre legendas mais conhecidas, o PSOL tem 3,31% de filiados com menos de 24 anos, número pequeno em termos absolutos, mas superior ao de muitos partidos tradicionais. O NOVO registra 3,95%.

O caso do PDT é especialmente simbólico. Nacionalmente, o partido aparece entre os mais envelhecidos quando se observa a parcela de filiados com 70 anos ou mais. No Rio de Janeiro, essa característica se acentua: 20,82% dos filiados do PDT no estado têm 70 anos ou mais. É um dado relevante para um partido que, historicamente, teve forte presença fluminense, memória trabalhista e enraizamento em redes políticas antigas.

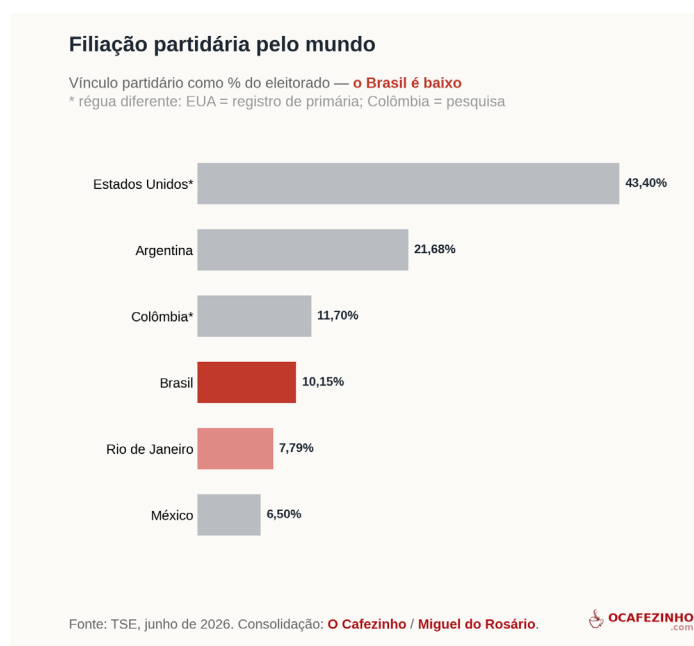
No Rio, o MDB também apresenta envelhecimento elevado, com 18,85% de filiados com 70 anos ou mais. O PP tem 18,15%. O PRD registra 17,34%. A fotografia fluminense mostra um sistema partidário que conserva marcas de ciclos políticos anteriores, especialmente em partidos que se formaram ou se consolidaram por meio de estruturas municipais, mandatos locais, redes de vereadores e lideranças regionais. É como uma estrutura política herdada de outro ciclo: ainda existe, ainda organiza territórios, mas já não responde plenamente à sociedade que se formou ao seu redor.

A comparação internacional precisa ser lida com método, mas sem timidez. Brasil, Estados Unidos, Argentina, México e Colômbia não medem exatamente a mesma coisa: no caso brasileiro, trata-se de filiação formal registrada na Justiça Eleitoral; em outros países, a categoria pode indicar afiliação oficial, registro partidário no cadastro eleitoral, identificação declarada em pesquisa ou vínculo usado para participação em primárias. A régua muda, portanto. Mesmo assim, o contraste não desaparece. Nos Estados Unidos, o vínculo partidário registrado no sistema eleitoral alcança uma escala muito superior à brasileira, e isso é uma informação política forte demais para ser tratada como detalhe técnico.



Nos Estados Unidos, a comparação é metodologicamente distinta, mas politicamente eloquente. Em muitos estados, o eleitor declara partido ao se registrar para votar, sobretudo por causa das regras das primárias. Isso não é filiação partidária nos moldes brasileiros. Ainda assim, os dados nacionais reunidos pela Ballotpedia e pela USAFacts indicam cerca de 88,8 milhões de eleitores registrados como democratas, republicanos ou vinculados a partidos menores, algo próximo de 43,40% dos eleitores registrados. A distância em relação ao Brasil é enorme. Ela mostra que, mesmo num país de partidos profissionalizados, polarizados e muitas vezes oligárquicos, o registro partidário ainda opera como vínculo institucional de massa.

No Brasil, há diferenças regionais importantes. O Amapá lidera o ranking estadual de filiados sobre eleitorado, com 108.268 filiados para 577.806 eleitores, ou 18,74%. Tocantins vem em seguida, com 17,35%. Santa Catarina tem 15,41%, Rio Grande do Sul 15,19% e Roraima 15,07%. São percentuais bem acima da média nacional.



| 110

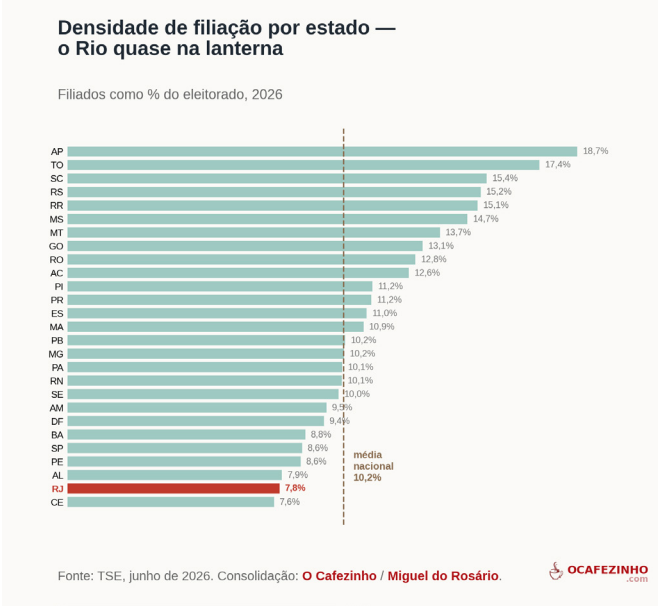
O Rio de Janeiro precisa ser mencionado com destaque porque é parte central desta leitura. O estado tem 1,00 milhão de filiados, equivalentes a 7,79% do eleitorado estadual. No ranking das unidades da federação, aparece na parte inferior da tabela, abaixo da média nacional. Isso não significa ausência de política organizada. Significa que, em relação ao tamanho do seu eleitorado, o Rio tem densidade formal de filiação menor do que estados como Amapá, Tocantins, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Roraima.

Quando se desce ao nível municipal, a política fluminense fica mais interessante. As maiores densidades de filiação no Rio não estão necessariamente nas grandes cidades. Laje do Muriaé tem 25,33% de filiados sobre o eleitorado. São José de Ubá aparece com 24,24%. Itaboraí tem 20,98%. Itaboraí tem 20,69%. Em municípios menores, a filiação partidária pode funcionar como extensão das relações locais de poder, das disputas de Prefeitura, das redes de servidores, lideranças comunitárias e vereadores.

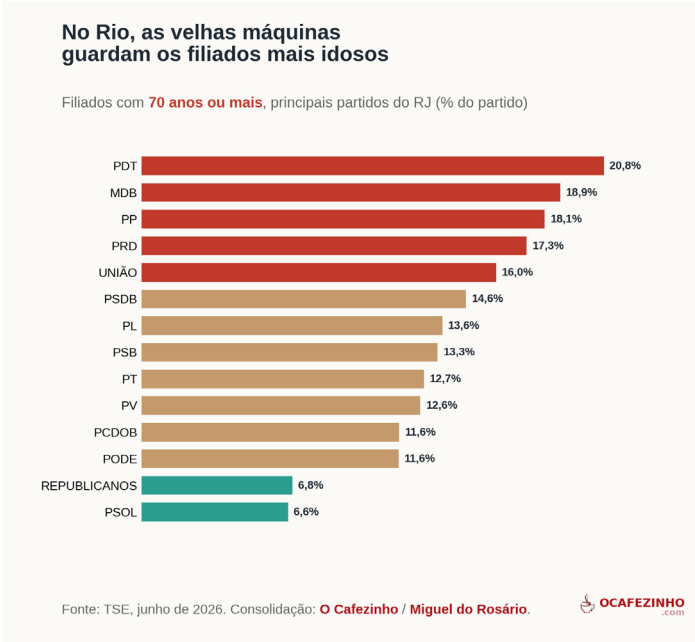
Entre os municípios fluminenses mais envelhecidos na filiação, Nova Friburgo lidera com 31,64% dos filiados com 70 anos ou mais. Depois vêm São Sebastião do Alto, com 29,93%, Petró-

polis, com 29,57%, São Fidélis, com 28,42%, e Três Rios, com 28,04%. Essa lista combina municípios serranos, interioranos e cidades médias com bases partidárias antigas.

No outro extremo, os municípios com filiação mais jovem também contam uma história. Quissamã lidera no Rio, com 10,81% dos filiados abaixo de 30 anos. Carapebus tem 9,93%. Porto Real registra 9,71%. Paraty chega a 9,59%. Maricá aparece com 9,23%, um dado relevante porque o município virou uma das experiências mais observadas da esquerda fluminense.



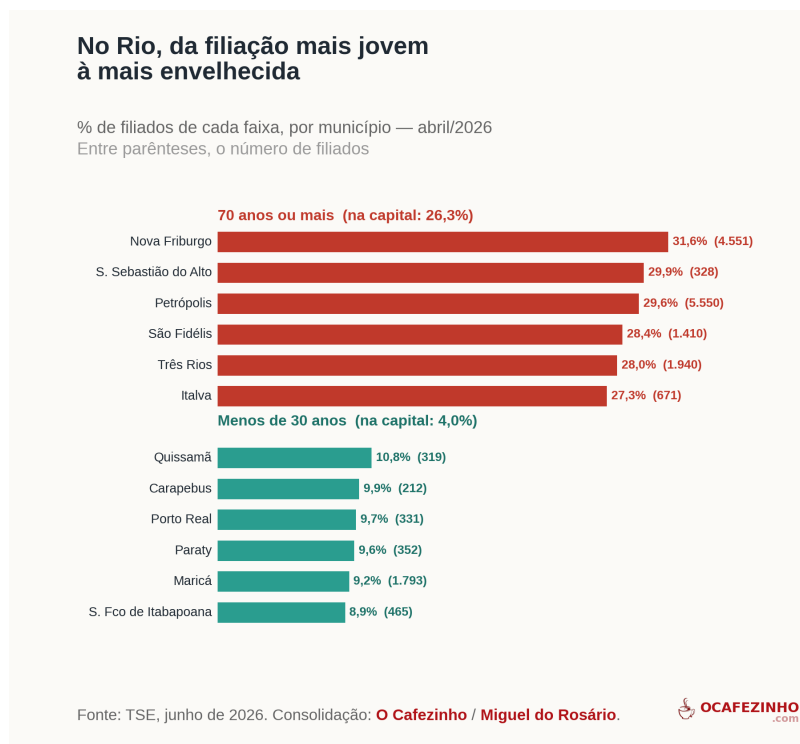
Maricá merece um parágrafo próprio. O PT tem 5.527 filiados no município, o equivalente a 28,44% de todos os filiados locais e 2,98% do eleitorado municipal. É um percentual muito alto para uma cidade de porte médio e confirma que a hegemonia política petista em Maricá não aparece apenas nas urnas ou na gestão municipal. Ela também se materializa numa base formal de filiação.



A Baixada Fluminense tem padrões variados. Em Nova Iguaçu, o PDT aparece como maior partido local, com 9.782 filiados, ou 23,62% dos filiados do município, seguido pelo PT, com 6.927,

ou 16,73%. Em Duque de Caxias, o PDT é ainda mais dominante: 11.068 filiados, equivalentes a 26,94% da base partidária local. Em Queimados, o PDT chega a 29,54%. Esses dados mostram que a força trabalhista ainda sobrevive em bolsões municipais específicos, sobretudo no estado onde o brizolismo teve raízes profundas.

A capital tem uma configuração particular. O PDT lidera no município do Rio de Janeiro com 54.719 filiados, ou 18,04% dos filiados locais. O MDB vem logo depois, com 51.458, ou 16,97%. O PT aparece em terceiro, com 48.760, ou 16,08%. É um tripé que combina a memória brizolista, a capilaridade emedebista e a presença histórica da esquerda organizada.



Maquiavel escreveu que, para Roma preservar a liberdade depois de corrompida, foi necessário “fazer novas leis” e também “formar novas instituições”, pois instituições diferentes são necessárias quando a matéria política muda. É uma lição dura para os partidos brasileiros. Se a matéria mudou, se a juventude se organiza por redes digitais, coletivos, movimentos, universidades, periferias, igrejas, cultura, trabalho precário e novas formas de ativismo, as velhas formas partidárias não podem apenas esperar que os jovens retornem espontaneamente às sedes municipais. Será preciso reconstruir canais de participação, abrir espaços reais de formação e reorganizar as formas de entrada na vida partidária.

A conclusão mais forte é que o sistema partidário brasileiro mantém uma estrutura formal imensa, mas com baixa renovação geracional. O país tem mais de 16 milhões de filiados, um contingente enorme em termos absolutos. Porém, dentro desse universo, os jovens ocupam uma fatia cada vez menor. A política organizada continua existindo, mas sua porta de entrada para as novas gerações parece estreita. Uma democracia pode sobreviver com eleitores jovens, mas terá dificuldade se seus partidos forem incapazes de formar quadros jovens.

Mas há um risco democrático nesse processo. Partidos envelhecidos tendem a renovar menos suas lideranças, reproduzir práticas antigas, comunicar-se pior com o mundo digital e perder

capacidade de organizar conflitos sociais novos. O dado central, portanto, não é apenas estatístico. É político. Em 2012, quase um quinto dos filiados brasileiros tinha menos de 30 anos. Em 2026, essa parcela caiu para pouco mais de 8%. No mesmo período, os filiados com 70 anos ou mais passaram de 10% para 18%. A pirâmide partidária virou.

Maquiavel, no começo do Livro III dos Discursos, oferece a advertência final: as repúblicas que duram são aquelas capazes de renovar-se e voltar aos seus princípios, porque “sem essa renovação, esses corpos não duram”. A filiação partidária brasileira ainda é grande, mas seu envelhecimento acelerado mostra que a renovação não virá por inércia. Se os partidos quiserem continuar sendo instrumentos vivos da democracia, terão de reencontrar a energia de sua origem, reformar suas instituições e abrir caminho para que uma nova geração volte a participar da política organizada.

Nota metodológica: os dados brasileiros foram calculados pelo autor a partir das bases públicas do Tribunal Superior Eleitoral. Para os dados nacionais de 2026, a extração usada nesta apuração corresponde às bases do TSE geradas em 1º de junho de 2026, com filiação partidária referente a maio de 2026, identificada no arquivo oficial como NR_ANO_MES 202605. A comparação internacional deve ser lida com cautela porque cada país mede relações partidárias por categorias diferentes, como filiação formal, registro partidário no cadastro eleitoral, afiliação administrativa ou identificação declarada em pesquisa.

Populismo de esquerda

por Allegra Levandoski

O populismo tem ganhado especial momentum na última década. Com emergências tanto no campo da esquerda quanto da direita, o populismo é um conceito que vem sendo amplamente recuperado pela academia e pela mídia para se referir a lideranças consideradas demagógicas (Mendonça, 2019; Goulart, 2018). Para além disso, o populismo é um termo normalmente associado com uma perspectiva pejorativa e negativa, entretanto, para os fins desta contribuição teórica, reivindica-se uma outra face do populismo: o populismo de esquerda e de fortalecimento democrático.

Conforme as elaborações de Laclau e Mouffe (2015), o populismo não deve ser entendido como um projeto político específico, ou seja, dotado de um conteúdo programático único (Mendonça, 2019; Nascimento, 2018), mas, na realidade, refere-se a uma forma de fazer política que pode englobar uma série de conteúdos, formatos e contextos sociais específicos. Evidentemente, conforme as elaborações clássicas desses autores, que buscam responder às concepções anteriores de populismo caracterizadas por serem amplamente descritivas, Laclau e Mouffe (2015) argumentam acerca da centralidade – para a construção política – de um povo contra um inimigo para compreender o populismo.

A linguagem do discurso populista, nesses termos, deve ser entendida como flutuante e heterogênea, afastando-se de uma perspectiva que define o populismo como um subdesenvolvimento político (Laclau, 2013). Aqui, objetiva-se não encontrar o verdadeiro populismo (Nascimento, 2018), mas apresentar possibilidades de populismo que inclusive podem ser pensadas em termos de reivindicação e inclusão social, ao contrário de casos de populismos de extrema-direita caracterizados por xenofobia, nacionalismo e outros fatores de exclusão e discriminação social.

Para atingir os objetivos desse artigo – de propor reflexões acerca de lideranças brasileiras de esquerda e reivindicar por um populismo de esquerda –, o texto se organiza conforme as seguintes seções: (1) Populismo: uma genealogia do conceito; (2) O populismo de esquerda: considerações acerca Chantal Mouffe e o populismo como resistência política; (3) Lula e Eduardo Paes: exemplos de populismo de esquerda no Brasil; e por fim (4) Considerações Finais. Portanto, aqui a discussão engloba um desenvolvimento acerca das interpretações até então existentes acerca do populismo, a contribuição de Laclau e Mouffe e, por fim, a análise das lideranças de esquerda brasileira como possíveis exemplos de populismo para além da direita,

sobretudo ao considerar a iminência das eleições nacionais e locais de 2026; contexto este no qual se elabora esse artigo.

Populismo: uma genealogia do conceito

Em seu momento inicial, conforme sugere Goulart (2018), o populismo foi um termo aplicado de forma negativa por marxistas e liberais para descrever governos com perfil nacional-desenvolvimentista que assumiam diversas facetas pelo mundo e pela América Latina. Com destaque acadêmico principalmente a partir da década de 1960, Francisco Weffort e Octávio Ianni interpretaram, de maneira historizada, o populismo como '(...) um longo processo de transformação da sociedade brasileira desde 1930' (Batistella, 2020, p.5) que pode ser caracterizado pelos elementos de política de massas, assim como, na interpretação de Ianni (1968) como um momento marcado pelo desenvolvimento econômico nacional de transição de uma sociedade de base agrária para a sociedade urbana e industrial e por lideranças carismáticas.

Nestas leituras, a interpretação clássica que vigora é do populismo, em sentido negativo, como uma política de massas que instrumentaliza a força dos trabalhadores, esses considerados inexperientes e destituídos de consciência de classe (Batistella, 2020). Esse período de elaborações clássicas sobre o populismo na América Latina – bebendo das teorias da modernização e da dependência – de 1945 a 1964 foi denominado como 'democracia populista' (Batistella, 2020; Gomes, 2022).

Em elaboração em resposta a essas, Ernesto Laclau se posiciona como contrário às teses de que o populismo seria um estágio do desenvolvimento econômico e/ou representasse uma ameaça para marxistas e liberais da livre

ação e do progresso (Goulart, 2018), ou seja, a não cooptação dos trabalhadores.

Para Laclau, o populismo não possui ideologia específica, assim como não é um determinado regime político; o verdadeiro sentido do populismo seria a existência de uma articulação particular de conteúdos sociais, políticos e ideológicos (Laclau, 2013; Batistella, 2020).

Para Laclau, o populismo se operacionaliza na construção discursiva de um inimigo, ou seja, de resposta ao status quo e de divisão da sociedade entre 'o povo' e 'os outros'. Nas palavras do autor argentino, a pré-condição do sujeito popular exige a construção de uma fronteira lógica que divide o social em dois campos (Laclau, 2013).

Assim, Laclau não restringe o populismo a uma variante histórica (Nascimento, 2018), mas enfatiza que o populismo é apenas um modo de construir o político (Laclau, 2013) cujos conteúdos são contingentes e impossíveis de serem previstos, dada a existência de significantes flutuantes que podem variar da esquerda para a direita, de acordo com os interesses do povo e seu representante (Nascimento, 2018).

Assim, o populismo se afasta do seu sentido manifesto, isso é, ôntico, para que seja pensada sua natureza em sentido ontológico (Nascimento, 2018; Goulart, 2018). Ainda nesse sentido, cabe ressaltar que o populismo é uma linguagem presente no momento em que não pode haver política como de costume, institucionalizada, uma vez que pressupõe a existência de um povo contra um poder que os nega e os exclui, buscando que esse poder seja substituído pelo verdadeiro povo. O elemento da crise democrática aparece como central nesse momento, uma vez que a democracia foi incapaz de representar os interesses daqueles que se consideram excluídos; o populismo, nessa lei-

tura, aparece como o resultado de uma crise de representação na qual as elites foram incapazes de responder às necessidades do povo (Nascimento, 2018).

A tensão entre os princípios liberais e democráticos levou a redução dos segundos, de modo que a representação foi substituída apenas pela existência de eleições e defesa dos direitos humanos (Mouffe, 2019); Mouffe (2019) entende que ao tornar a política como mero instrumento de gerenciamento da ordem vigente, a soberania popular se torna obsoleta e dialoga com o conceito de pós-política, principalmente mobilizado por Crouch (2020), para pensar a emergência do populismo.

Neste segundo momento de elaboração historiográfica sobre o populismo, associado especialmente ao conceito de pós-política e neoliberalismo, surgem o que se entendem por neopopulistas; lideranças, em geral, de extrema-direita como Donald Trump nos Estados Unidos, o Brexit na Inglaterra, o crescimento de partidos nacionalistas em países como França, Polônia e Hungria, assim como a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 para exemplificar o caso brasileiro (Gomes, 2022). Essa segunda interpretação muitas vezes, como sugere Laclau, é denominado como noção mínima de populismo (Canovan, 1999; Mudde, 2004), ou seja, marcado pelo empiricismo e pela tentativa de localizar um corpo teórico geral para as interpretações dos populismos – sobretudo de direita.

Em linhas gerais, o populismo é um conceito cuja genealogia pode ser traçada até o século XIX, mas que ganhou elaborações teóricas, no Brasil e a fora, especialmente após a metade do século XX e no século XXI. Tratam-se de interpretações que, no caso latinoamericano, tangenciou para a esquerda, e na Europa e na Amé-

rica do Norte, à direita; todas elas com objetivo de gerar generalizações acerca do populismo, mas é com Ernesto Laclau em *A Razão Populista* (2013) que o conceito ganhou sua principal formulação analítica ao apresentar que o cerne do conceito está na existência de uma lógica política que divide o campo de forma antagônica entre o povo e o seu inimigo em sentido ontológico e não meramente manifesto; trata-se de abarcar uma série de possibilidades e locais, não cabendo uma definição do populismo como lógica política positiva ou negativa, progressiva ou conservadora etc (Mendonça, 2019).

O populismo de esquerda: considerações acerca Chantal Mouffe e o populismo como resistência política

Em 'Por um populismo de esquerda' (2019), Chantal Mouffe reivindica que, diante da existência de uma crise hegemônica, deve-se adotar o populismo de esquerda como estratégia discursiva e política para, com a construção de fronteiras entre o 'povo' e a 'oligarquia', recuperar e aprofundar a democracia. Ou seja, para a colaboradora de Laclau, o populismo, bebendo da tradição de ambos, pode ser dotado de valor ontológico positivo e de fortalecimento democrático.

Uma reivindicação que vai em direção contrária ao que a experiência europeia e americana revelara, uma vez que essas regiões foram marcadas pelo consenso à direita com Donald Trump, Marie Le Pen, Boris Johnson e outros personagens; deve-se defender, para a autora, uma estratégia que busque responder a emergência dos partidos populistas de direita, de modo a inscrever a estratégia populista de esquerda na tradição democrática para subversão da ordem e a criação de uma nova.

Para a autora, a construção e mobilização de afetos para a defesa da igualdade e da justiça social seria uma forma de combater as políticas xenófobas de direita (Mouffe, 2019); em outras palavras, trata-se de uma disputa hegemônica que busca desmobilizar práticas sedimentadas na cultura política para defender a transformação das mesmas e o estabelecimento de novas práticas em uma disputa progressista. Essa leitura se afasta das concepções clássicas de populismo discutidas anteriormente que entendiam o populismo sempre como um fenômeno político negativo e de ameaça à democracia; aqui, a proposta é avançar a democracia e garantir que a mesma seja mais responsiva aos cidadãos (Mendonça, 2019; Mouffe, 2019).

Em linhas gerais, Chantal Mouffe discorre em sua elaboração teórica as possibilidades e tensões que o populismo de esquerda pode promover para pensar alternativas radicais à democracia; utiliza-se do caso de Luiz Inácio Lula da Silva e Eduardo Paes para pensar alternativas populistas para o Brasil.

Lula e Eduardo Paes: exemplos de populismo de esquerda no Brasil

A questão acerca se o lulismo pode ser considerado um movimento populista no Brasil acendeu uma série de debates, seja no âmbito acadêmico ou midiático. Com o objetivo de argumentar acerca do entendimento do lulismo como uma alternativa de esquerda de populismo respondente às alternativas não democráticas, reconstrói-se um sobrevoo sobre a literatura que buscou responder a pergunta colocada – “O lulismo é um populismo?”

Em texto de Burity (2021), é argumentando que o fenômeno do lulismo deve ser pensado em termos formais do que empíricos,

isso é, recusar uma construção do populismo de acordo com um conjunto de características específicas, mas sim como um framing que apresenta a política de uma sociedade crescentemente marcada pela heterogeneidade e que busca articular um entendimento comum de sociedade; esse entendimento que, conforme informado por Laclau (...), responde ao status quo vigente ao estabelecer uma fronteira entre o povo e seus inimigos.

Para além, demais elementos, na perspectiva laclauiana devem ser considerados para a argumentação do lulismo como um movimento populista. A existência de um denominador comum do populismo, a convergência na figura de um líder e a convergência de demandas heterogêneas em cadeias de equivalência (Burity, 2021).

Considerando o discurso lulista, na percepção de Burity (2021), o lulismo no período de 2003 a 2010 é passível de ser caracterizado como populista em relação ao discurso oposicionista que elaborou. Evidencia-se essa oposição a partir da dicotomia mobilizada quanto aqueles que excluem os ‘trabalhadores’ e os ‘pobres’ defendidos por Lula e essa mesma massa como constituinte; discurso ainda mais evidente durante o período pós-impeachment de Dilma Rousseff.

Com origem em uma geração petista dos anos 70 e 80 que se colocavam em posição de oposição ao golpe militar de 1964 (Perruso, 2020), o Partido dos Trabalhadores (PT) se colocava como alternativa da classe trabalhadora e que deveria ser construída a partir da mobilização da sociedade civil (Perruso, Narvaes; 2015.; Perruso, 2020).

Argumenta-se como o primeiro passo para a constituição de um ‘povo’ versus uma ‘elite’, o antagonismo preponderante para La-

clau e Mouffe. Ainda nessa linha, Perruso (2020) recupera Paiva (2017) para identificar a existência de uma comunicação direta de Lula com as massas sociais, para além da possível convergência entre o lulismo e o varguismo de modo a reconstituir o populismo pré-64.

Por fim, o lulismo se configura como um bloco de poder de projeto próprio e específico que busca a integração dos trabalhadores na sociedade civil, a qual, novamente é colocada à luz do varguismo por André Singer (2012) (Perruso, 2020); pode-se sugerir até mesmo o deslocamento do projeto socialista petista em direção de uma realidade desenvolvimentista e populista na qual há a institucionalização das relações de classe para a dimensão do Estado. Assim, Singer (2012), à luz de Perruso (2020) afirma que o PT não seria : " (...) um partido de classe, mas do povo" (p.73).

Em suma, há uma transformação do perfil do PT em relação a sua origem e a ocupação da estrutura estatal, a mobilização de um 'povo' passa a ser predominante em resposta a um projeto político e econômico do que poderia ser considerado o status quo brasileiro à época (PSDB/PMB).

Entende-se que Lula e o Partido dos Trabalhadores – aqui referenciado a luz do fenômeno do lulismo – através de elaborações discursivas e ênfases no povo brasileiro e trabalhador permitem aproximar o caso como um exemplo de populismo à esquerda.

Eduardo Paes: o populismo no contexto carioca

Com o objetivo de olhar para um fenômeno de forma mais sensível à multiplicidade de contextos regionais, aqui é utilizado o caso de Eduardo Paes como um exemplo de populis-

mo de esquerda mobilizado em dimensão local. O pré-candidato do PSD ao Governo do Estado do Rio de Janeiro em suas elaborações discursivas, sobretudo nas redes sociais, mobilizou uma série de elementos dos quais é possível inferir a existência de uma lógica populista conforme informado por Laclau e Mouffe (...), mas, especificamente, com uma preponderância de uma perspectiva de esquerda, como sugere os trechos de sua comunicação digital (X, antes Twitter) no ano de 2026: "(...) Assembleia Legislativa dominada pelo crime organizado, instituições degradadas... Desesperança tomando conta da sociedade (...)" (Paes, 8/05/2026) e "É essa ALERJ aí que o 'esquema' do Claudio Castro quer que eleja de forma indireta o Governo do Estado/Querem continuar fazendo roubalheira na Educação! E na previdência! E no CEPERJ! E na Saúde! E aonde mais puder! Tenham vergonha na cara! ELEIÇÕES DIRETAS NO RIO DE JANEIRO!" (Paes, 5/05/2026).

A elucidação dos exemplos destacados permite inferir que Eduardo Paes identifica claramente a existência de uma elite da qual deve se opor, essa sendo caracterizada por elementos de corrupção, crime e degradação social; em resposta, o pré-candidato se coloca como alternativa à esquerda.

Apesar de não apresentar referências diretas ao 'povo' que busca representar, Paes permite a construção e mobilização de afetos para combater políticas de direita que, na argumentação do político, 'controlam' a Assembleia Estadual do Rio de Janeiro. De acordo com a argumentação de Mouffe (2019), Paes se aproxima do esforço de disputa hegemônica para a transformação das estruturas políticas e o estabelecimento de novas práticas progressistas no campo sócio-político.

Como destacado anteriormente na dis-

cussão sobre a perspectiva de esquerda e democrática do populismo, o caso de Eduardo Paes, dentro da realidade contextual do Rio de Janeiro, pode ser pensado em uma 'nova' forma de populismo que se afasta de concepções negativas do mesmo; trata-se de denunciar e propor formas políticas que busquem avançar a democracia e ser mais responsiva aos cidadãos (Mendonça, 2019; Mouffe, 2018).

Considerações Finais

Com a realização de um sobrevoo sobre as literaturas acerca do conceito de populismo, assim como a argumentação a favor de uma noção de populismo à esquerda, esse estudo – ao olhar para lideranças nacionais e estaduais que se colocam como candidatos políticos no ano de 2026 – permitiu rever a comum associação do conceito com entendimentos negativos e vieses liberais.

Lula e Eduardo Paes, como figuras políticas, utilizam de elementos característicos da conceitualização populista de Laclau e Mouffe para se colocarem não apenas como respostas ao status quo vigente, seja ele encarnado pela figura do Centrão no Congresso Federal ou de uma herança política que exclui determinadas camadas da sociedade, mas essencialmente como figuras que buscam promover a democracia. A proposta de Mouffe ao apresentar, em sua obra, um populismo de esquerda renova o campo de estudos acerca do populismo, assim como abre margem para uma série de novas contribuições revigorantes e democráticas, distanciando-se do populismo encarnado por Trump nos Estados Unidos da América, ou Bolsonaro no Brasil.

Conclui-se assim que este artigo, com um olhar para o discurso lulopetista, assim

como as manifestações discursivas de Paes, permitem iniciar um debate sobre a relação entre liderança e a população, assim como os tipos de política almejados para o país no ano de 2026.



**Nossos
Pesquisadores**

Allegra Levandoski

Cientista social pela Universidade de São Paulo. Doutoranda em Estudos Organizacionais (FGV-SP).

Alice Leal

Mestranda em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (PPED/UFRJ). Graduada em Ciências Sociais (UFRJ).

Allana Ribeiro

Doutoranda em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPED/UFRJ).

Ana Kevelin

Graduanda em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Ana Luiza Helpe

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Beatriz Monteiro Lemos

Doutoranda em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Esther Barros

Graduanda em Administração pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Felipe de Andrade

Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Gabriel Melo Mizrahi

Doutor em Relações Internacionais pela PUC-Rio e coordenador do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Judaicos da UFRJ.

Gabriel Meneguete

Mestrando em Sociologia Política (IUPERJ - UCAM).

Isabel Uchoa

Doutoranda em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPED/UFRJ).

João Pedro Alencar

Graduando em Ciência Política pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

João Pedro Silva Dias

Graduado em Ciências Sociais pela UFRJ.

José Fernando Balbi

Mestrando em Políticas Públicas, Estratégia e Desenvolvimento (PPED/UFRJ).
Graduado em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

Julia Pereira

Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Lara Reis

Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Letícia Berto

Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Lourenço Marques

Historiador pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e
Mestrando em Sociologia Política (IUPERJ - UCAM).

Márcia Lopes

Doutora em Estudos Urbanos pelo Iscte e Universidade Nova de Lisboa.

Millena Dias

Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Miguel do Rosário

Jornalista e editor do site O Cafezinho.

Monica Gonçalves

Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGCS/UFRRJ).

Niara Melo Retana

Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Paulo Baía

Sociólogo, cientista político e professor da UFRJ.

Pedro Henrique de Paula Gomes

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (PPED/IE/UFRJ).

Priscila Schmitz

Doutora em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ).

Rayssa Veras

Mestranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Robson Tavares de Paiva

Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

Silvana Telles

Mestra em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Tayná Paolino

Doutoranda em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Theófilo Rodrigues

Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do IUPERJ UCAM e coordenador do Lappcom.

Victor Escobar

Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGCS/UFRRJ).

Vitor Medeiros

Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Referências

- PADRÓN de afiliados a partidos políticos. Argentina. Argentina.gob.ar. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/partidos-politicos/padron-de-afiliados-partidos-politicos>. Acesso em: junho de 2026.
- PARTISAN affiliations of registered voters. Estados Unidos. Ballotpedia. Disponível em: https://ballotpedia.org/Partisan_affiliations_of_registered_voters. Acesso em: junho de 2026.
- BATISTELLA, A. Reflexões acerca do conceito de populismo: da teoria clássica às contribuições de Ernesto Laclau. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 12, n. 29, p. e0204, 2020.
- BURITY, J. O lulismo é um populismo? Debates em torno ao povo, ao carisma e ao legado. *Teoria Do Discurso De Laclau e Mouffe: Implicações Teóricas e Analíticas*, 141–160. 2021
- CANOVAN, M. Trust the People! Populism and the Two Faces of Democracy. *Political Studies*, v. XLVII, n. 1, March, pp. 2-16.1999
- CROUCH, C. *Post-Democracy*. Cambridge,UK/ Polity, 2004.
- DANE, Departamento Administrativo Nacional de Estadística. Encuesta de Cultura Política. Colômbia. Disponível em: <https://www.dane.gov.co/>. Acesso em: junho de 2026.
- DI CESARE, Donatella. O complô no poder. Tradução de Cezar Tridapalli. Belo Horizonte: Âyné, 2022. (Il complotto al potere. Torino: Giulio Einaudi editore, 2021.)
- GHERMAN, Michel. Sobre letramento e distopia na nova extrema direita. In: GHERMAN, Michel; PACHECO, Ronilso (orgs.). *Diálogos em Tempos Difíceis*. Rio de Janeiro: Fósforo, 2026. p. 88-113.
- GIRARDET, Raoul. O Salvador. In: *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 63-100.
- GOMES, A. O populismo no Brasil: Desafios de um debate historiográfico. *Estudos Ibero-Americanos*, [S. l.], v. 48, n. 1, p. e42806, 2022.
- GOULART, Mayra (coord.). *Guia Lappcom Eleições 2026: a estrutura da disputa e as clivagens territoriais*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Lappcom/UFRJ, 2026.
- GOULART, Mayra. *O Populismo para além de Laclau: entre a expansão do demos e a desfiguração do liberalismo*. 2019.
- INSTITUTO Nacional Electoral. Padrón de afiliados a partidos políticos nacionales. México. Disponível em: <https://ine.mx/actores-politicos/partidos-politicos-nacionales/padron-afiliados/>. Acesso em: junho de 2026.
- KLEMPERER, Victor. *LTI: A Linguagem do Terceiro Reich*. Tradução de Miriam Bettina, Paulina Oelsner. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.
- LACLAU, E; MOUFFE, C. *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical*. São Paulo: Intermeios, 2015.
- LACLAU, Ernesto. *A razão populista* São Paulo: Três Estrelas, 2013.
- MACHIAVELLI, Niccolò. *Discourses on the First Decade of Titus Livius*. Tradução inglesa de Ninian Hill Thomson. Project Gutenberg. Disponível em: <https://www.gutenberg.org/files/10827/10827-h/10827-h.htm>. Acesso em: junho de 2026. As passagens foram vertidas livremente ao português para uso jornalístico.
- MENDONÇA, D. A crise da democracia liberal e a alternativa populista de esquerda. *Revista Simbiótica*, v. 6, n. 2, p. 31-50.
- MORAES, Luís Edmundo de Souza. A Negação Negacionista do Holocausto, suas Metamorfoses e a Ilusão de Ótica. In: *A Negação: a construção social do fascismo no tempo presente*. s.l., s.d.
- MOUFFE, C. *Por um populismo de esquerda*. São Paulo: Boitempo. 2019.
- MUDDE, C. *The Populist Zeitgeist*. Government

and Opposition, v. 39, n. 4, pp. 541-563.2004

MUDDE, Cas. A extrema direita hoje. Tradução de João Marcos E. D. de Souza. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022.

NASCIMENTO, K. O populismo na perspectiva de Ernesto Laclau: uma alternativa para a esquerda?. Revista Estudos Políticos, [S.L.], v. 9, n. 17, p. 32, 10 dez. 2019. Pro Reitoria de Pesquisa, Pos Graduacao e Inovacao - UFF.

PACHECO, Ronilso. In: GHERMAN, Michel; PACHECO, Ronilso (orgs.). Diálogos em Tempos Difíceis. Rio de Janeiro: Fósforo, 2026.

PAIVA, Vanilda. O populismo brasileiro em dois tempos. Teoria e Cultura, v. 12, n. 1, 2017.

PERRUSO, M. A. Classificações do pensamento brasileiro em perspectiva sociológica. Lua Nova. São Paulo, v. 111, p. 211-248, 2020.

PERRUSO, M. O lulismo e a reabilitação do populismo. Revista Movimento, São Paulo, 2020.

PERRUSO, M; NARVAES, V. Les journées de(puis) juine 2013. Brésil(s) – sciences humaines et sociales, v. 7, 2015.

SILVEIRA, Sergio Amadeu da. Direita nas redes sociais online. In: VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (orgs.). Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 213- 230.

SINGER, A. Os sentidos do lulismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

TRIBUNAL Superior Eleitoral. Dados Abertos do TSE: perfil do eleitorado e registros de filiação partidária por ano, idade, unidade da federação, município e partido. Disponível em: <https://dadosabertos.tse.jus.br/>. Acesso em: junho de 2026.



EXTREMOS
religião, política e violência